

A Câmara

27 / 10 / 2015

O Presidente

Manuel Moreira

GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO



Ano
Financeiro
2016

**MUNICÍPIO
DE MARCO DE CANAVESES**

Aprovado

Órgão Executivo: Reunião de 30/10/2015

Órgão Deliberativo: Reunião de 16/11/2015



SESSÃO ORDINÁRIA DE
16/11/2015



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MARCO DE CANAVESES

4630-219 Marco de Canaveses - Tel. 255 538 870 - Fax 255 538 889 - E-mail: assembleia.municipal@am-marco-canaveses.pt - Site: www.am-marco-canaveses.pt

APROVAÇÃO EM MINUTA

Ponto n.º 4.4 Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano Financeiro de 2016.

Depois de discutido o assunto referido no ponto 4.4., foi o mesmo aprovado por MAIORIA, com 18 votos a favor, 0 votos contra, e 15 abstenções.

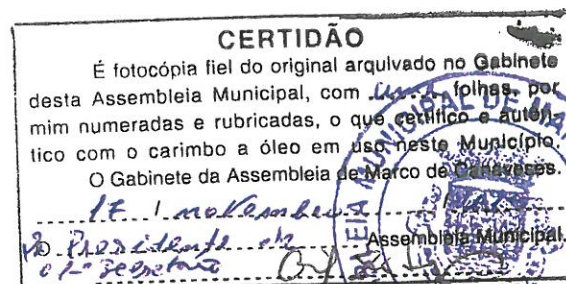
Mais foi deliberado por Unanimidade, com _____ votos a favor; _____ votos contra e _____ abstenções, aprovar o respectivo assunto em minuta, nos termos do art.º 57, n.º 3, da Lei 75/2013, de 12 de Setembro.

Marco de Canaveses, 16 de novembro de 2015

A MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

P. 1. 1. 1. 1. 1.
[Signature]
[Signature]

JT:AM





Câmara Municipal do
Marco de Canaveses

Departamento Financeiro, Económico e Social/Divisão de Administração Geral e Finanças

**Reunião Extraordinária da Câmara Municipal
do Marco de Canaveses nº 21,
realizada em 30/outubro/ 2015**

Ponto 03

Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2016. Presente a proposta para as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2016. Doc. 03 em anexo.

Deliberado, por maioria, com a abstenção dos Senhores Vereadores do PS e do MCFT, com a apresentação de declarações de voto, aprovar as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2016. A submeter à Assembleia Municipal.

O Coordenador Técnico de Administração Geral: _____

DECLARAÇÃO DE VOTO (ponto nº3 ordem de trabalhos)

Os Vereadores do Movimento Marco-Confiante Com Ferreira Torres, vem pelo presente expor o seguinte:

- Em primeiro lugar achamos que este é um orçamento de gestão "corrente" da Câmara Municipal de Marco de Canaveses onde não apontamos claramente uma direção ou diretriz que indique claramente a aposta do Concelho no que diz respeito há Indústria, Cultura, requalificações diversos e ação social no âmbito das famílias.
- No momento crucial do país no que diz respeito à criação de riqueza e emprego, não se denota uma aposta na requalificação da Zona Industrial do Nosso Concelho ou aposta na criação de uma Nova Zona Industrial que está prevista no PDM aprovado este ano, sendo necessário uma aposta do Município na promoção do mesmo e na captação de novas empresas sem deixar de apoiar e atender aos problemas das empresas existentes.
- Ausência de projetos de âmbito cultural (cineteatro ou biblioteca) que, embora sejam exigentes em termos de capital por parte da Câmara Municipal, podem dar um Novo Rumo à Cultura e Educação Marcoense e marcar positivamente o Futuro do Município.
- No que diz respeito a requalificações e após autorização do Governo na eletrificação da Linha Caíde - Marco de Canaveses, exige-se da Nossa parte e atempadamente, uma requalificação da zona envolvente à estação bem como requalificação das vias de acesso nomeadamente do Centro da Cidade até à estação.
- Na área da Ação Social, faltam projetos a nível de apoio à Terceira Idade, temos sim respostas a nível de Centros de Dia e de Apoio Domiciliário, mas falta a resposta a nível de Lares de Acolhimento. Não é fácil implementar projetos a nível da ajuda da comparticipação de medicamentos, mas é necessário fazer um esforço e pensar em respostas para esta área. Temos ação social na Terceira Idade e na Educação mas faltam projetos na Área Familiar, por isso devemos colaborar ao máximo com as nossas Instituições para podermos diminuir as dificuldades sócio- económicas das nossas famílias.
- Na área da Educação, vimos investimento, mas não chega, existem escolas que ainda não foram contempladas, esperamos uma resposta pelo menos para aquelas onde existe a presença de amianto.


Assim, pretendíamos que o orçamento apresentado se destaca-se de outros quer por via das propostas apresentadas, quer por obras para o futuro com um passo para Norte quer por via de financiamento direto da Câmara Municipal, quer por candidatura ao Programa de Apoio Comunitário Norte 2020.

Declaramos que nos Abstemos no ponto 3 da presente ordem de trabalhos.

Mais solicitamos que esta declaração conste na íntegra da acta da reunião ordinária de 30 de Outubro de 2015.

Marco de Canaveses, 30 de Outubro de 2015

Os Vereadores do Movimento Marco-Confiante com Ferreira Torres,

(Natália Ribeiro) (Bruno Magalhães)



DECLARAÇÃO DE VOTO

ASSUNTO: GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA O ANO ECONÓMICO DE 2016

Considerando que:

- i) Não se vislumbra uma linha estratégica que promova o desenvolvimento económico e Social do Concelho, não existindo neste orçamento qualquer plano indutor desse desenvolvimento, por forma a atrair e fixar jovens e quadros especializados. Verificando-se por outro lado uma visão baseada na gestão corrente.
- ii) A presente proposta prevê adiar o investimento, em prejuízo da qualidade de vida das suas populações, adiando-o para 2017 como se verifica no Plano Plurianual de Investimentos, prevê 3 159 200€ para 2016 e 14 803 750€ em 2017.
- iii) A presente proposta não cumpre universalmente o princípio da especificidade, considerando-se as verbas atribuídas às rubricas “Outros” ou “Diversas”, desproporcionais em relação às rubricas devidamente explicitadas. Verifica-se um excesso de contratação de serviços especializados.
- iv) Continua a não ser incluído um plano de requalificação das escolas, no que concerne à remoção do amianto, preocupação tantas vezes colocada em discurso mas inconsequente nas ações.
- v) Desde o início deste mandato esta Câmara tem defendido como prioridade de ação o investimento em Educação e Águas e Saneamento, que não se verifica em sede de PPI onde, se prevê investir apenas 26 100€ em abastecimento de água, adiando para 2017 um investimento previsto de 1 556 150€.

Pelo exposto, o voto do Partido Socialista é de ABSTENÇÃO.

Marco de Canaveses, 30 de Outubro de 2015

Joze Agostinho de Sousa Pinto
O Vereador do Partido Socialista



MUNICÍPIO DO MARCO DE CANAVESES

PROPOSTA

GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA 2016

Considerando os documentos previsionais relativos às Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2016;

PROPONHO, que nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com a alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do mesmo diploma, a Câmara Municipal delibere aprovar os referidos documentos previsionais propostos e seguidamente os submeta à apreciação da Assembleia Municipal.

Paços do Concelho de Marco de Canaveses, 27 de outubro de 2015

O Presidente da Câmara Municipal


Dr. Manuel Moreira



Índice

ÍNDICE	2
I – INTRODUÇÃO	4
ENQUADRAMENTO GERAL	4
CONTEXTO MACROECONÓMICO	4
ADMINISTRAÇÃO LOCAL	5
ESTRUTURA DO ORÇAMENTO	8
APRESENTAÇÃO GERAL DO ORÇAMENTO.....	14
II – PREVISÃO DAS RECEITAS	18
1. VISÃO GLOBAL DAS RECEITAS	18
2. RECEITAS FISCAIS	20
3. RECEITAS NÃO FISCAIS.....	23
3.1 RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	24
3.2 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	25
3.3 VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	26
3.4 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	27
3.5 VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO.....	27
3.6 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL.....	28
3.7 ATIVOS FINANCEIROS	28
3.8 OUTRAS RECEITAS	29
III – PREVISÃO DAS DESPESAS	30
1. VISÃO GLOBAL DAS DESPESAS	30
2. DESPESAS CORRENTES.....	31
2.1 DESPESAS COM PESSOAL	31
2.2 DESPESAS COM AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	34
2.3 ENCARGOS CORRENTES DA DÍVIDA.....	36
2.4 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	37
3. DESPESAS DE CAPITAL.....	37
3.1 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	37
3.2 ESTRUTURA DO INVESTIMENTO.....	38
4. SERVIÇO DA DÍVIDA.....	40
5. CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL DAS DESPESAS AUTÁRQUICAS.....	40



6. PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS	43
7. GRANDES OPÇÕES DO PLANO	43
IV- ANEXOS	46
1- RESUMO DO ORÇAMENTO PARA O ANO 2016	47
2- ORÇAMENTO DA RECEITA	48
3- ORÇAMENTO DA DESPESA	49
4- EMPRÉSTIMOS (PREVISÃO DE ENCARGOS 2016 E EXECUÇÃO 2015).....	50
5- PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS (MAPA)	51
6- PLANO DE ATIVIDADES MAIS RELEVANTES (MAPA)	52
7- GRANDES OPÇÕES DO PLANO (MAPA)	53
8- MAPA DEMONSTRATIVO DO EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL	54
9- MAPA DAS TRANSFERÊNCIAS PARA AS JUNTAS DE FREGUESIA - 2016.....	55
10- MAPA DE PESSOAL 2016	56
11- PROPOSTAS DE GESTÃO DAS DESPESAS COM PESSOAL - 2016	57
12- MAPA DAS RESPONSABILIDADES CONTINGENTES E PROVISÕES	58
13- MAPA DAS ENTIDADES PARTICIPADAS PELO MUNICÍPIO.....	59



I – Introdução

Enquadramento Geral

Contexto Macroeconómico

A proposta do Orçamento e das Grandes Opções do Plano (GOP's) do Município do Marco de Canaveses concretizam os pressupostos macroeconómicos divulgados no artigo do Banco de Portugal com as projeções para a economia portuguesa no período 2015-2017 e, ainda, no relatório do Conselho de Finanças Públicas n.º 3/2015. O Orçamento do Estado para 2016 (OE2016), como é do conhecimento geral, só será conhecido após a tomada de posse do Primeiro-Ministro e do Governo.

Quadro 1 – Projeções dos Principais Indicadores
(Taxa de Variação em % do PIB)

	2015	2016	2017
PIB	1,5%	1,9% ¹	2,0% ¹
Desemprego	13,4%	12,5% ²	12,0% ²
Inflação	0,7%	1,0% ²	1,2% ²
Saldo Externo	0,3%	n.d.	n.d.
Défice Orçamental	-2,7%	-3,3% ²	-3,2% ²
Dívida Pública*	127,4% ²	124,5% ²	122,6% ²

FONTE: Banco de Portugal¹ e Conselho das Finanças Públicas²

O cenário macroeconómico traçado pelo Banco de Portugal aponta para a continuação do processo de recuperação moderada da atividade económica iniciado em 2013. Após um crescimento de 0,9% do PIB em 2014, prevê-se uma aceleração para 1,7% no final do ano de 2015, seguida de crescimentos de 1,9% e 2% em 2016 e 2017, respectivamente.

Segundo o Banco de Portugal, em virtude de uma aceleração esperada da procura interna fomentada exclusivamente pelo consumo privado, o Produto Interno Bruto (PIB) nacional em 2015 poderá registar um crescimento superior ao anteriormente esperado. Na realidade, aos 1,5% de crescimento esperado em dezembro de 2014, o Banco de Portugal agora soma duas décimas de ponto percentual esperando assim que o PIB cresça 1,7%, quase o dobro do registado em 2014.



Estas projeções contemplam a manutenção do ajustamento de alguns desequilíbrios da economia portuguesa. As exportações deverão registar um crescimento robusto (6%), reforçando a tendência recente de transferência de recursos produtivos para os sectores da economia que estão mais expostos à concorrência internacional.

Em resultado, manter-se-á a capacidade de financiamento da economia portuguesa e, desta forma, a redução sustentada dos níveis de endividamento externo. A procura interna privada (1,8%) apresentará um ritmo de crescimento compatível com a continuação da desalavancagem dos agentes económicos privados (famílias e empresas não financeiras). O maior crescimento nominal da economia, a prevalência de taxas de juro historicamente baixas e a existência de saldos primários positivos permitirão o início do processo de redução da dívida pública em percentagem do PIB (124,5%), conforme os cálculos plasmados no relatório do Conselho das Finanças Públicas. Finalmente, o crescimento projetado para a economia portuguesa é compatível com uma progressiva redução da taxa de desemprego (12,5%), mantendo-se em níveis elevados. A taxa de inflação (1%) manter-se-á em níveis reduzidos, mas com tendência de aumento gradual nos anos subsequentes.

Decorre da leitura dos documentos a conclusão de que nos últimos anos, a economia portuguesa verificou progressos significativos na correção de alguns desequilíbrios macroeconómicos acumulados ao longo das últimas décadas, em particular a obtenção de excedentes nas contas externas, a orientação de recursos para sectores com maior exposição à concorrência internacional e a manutenção do processo de consolidação orçamental. Não obstante, o potencial de crescimento da economia portuguesa continua condicionado pela necessidade de manutenção da redução do endividamento no sector público e no sector privado, pelas perspetivas desfavoráveis quanto aos desenvolvimentos demográficos, pelo elevado nível de desemprego de longa duração, bem como pelos limitados níveis de capital produtivo por trabalhador, após um longo período de quedas acentuadas do investimento.

Administração Local

A preparação do Orçamento e das Grandes Opções do Plano do Município do Marco de Canaveses, e dos demais Municípios portugueses, obedece a um conjunto de princípios e regras orçamentais que se



encontram previstos, quer no novo Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, quer no POCAL quer na Lei de Enquadramento Orçamental.

Realça-se a importância do novo Regime Financeiro das Autarquias Locais (RFAL) e das Entidades Intermunicipais (Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro), que consubstanciam um reforço progressivo da disciplina orçamental, nomeadamente no que respeita à extensão do perímetro das entidades neste sector das Administrações Públicas, à vinculação da despesa e da receita a um quadro orçamental plurianual e às regras de endividamento. Acresce referir que o novo RFAL impõe novas condicionantes ao processo de elaboração e aprovação dos documentos previsionais e estabelece, altera e reforça os princípios orçamentais previstos no POCAL. Por outro lado, a entrada em vigor da Lei n.º 53/2014, de 25 de Agosto, aprova o Regime Jurídico da Recuperação Financeira Municipal no qual é regulamentando o Fundo de Apoio Municipal (FAM), impõe que a contribuição do Município do Marco de Canaveses para o FAM seja de € 1.239.871 euros. Relembremos que a realização deste montante será efetuada em 7 anos, pelo que anualmente, até 2021, o orçamento deverá prever uma despesa com ativos financeiros no valor de € 177.127 euros.

Ao longo dos últimos quatro anos Portugal foi submetido a um Programa de Assistência Económica e Financeira, que impeliu a implementação de um conjunto de reformas estruturais na Administração Local plasmadas no designado "Documento Verde".

Iniciadas num contexto de fortes restrições orçamentais, que se refletiram nos municípios, implicaram mudanças significativas na organização do território (freguesias), na distribuição de atribuições e competências entre as entidades da administração local, nos instrumentos de gestão de recursos humanos, na composição das receitas, na assunção de compromissos, nas regras de endividamento e na relação com os cidadãos (desmaterialização dos processos). Perante os desafios colocados às autarquias já são visíveis os resultados do ajustamento financeiro e orçamental alcançados pelos municípios, destacando-se os seguintes: o endividamento total reduziu muito significativamente, estima-se uma redução de 2.345 milhões de euros, isto é, menos 32%; verificou-se uma redução de 1.067 milhões euros nos pagamentos em atraso dos municípios, o que representa uma diminuição de 73%; o prazo médio de pagamentos dos municípios reduziu em cerca de 45%, de 119 para 65 dias. Nos anos de



2012 a 2014 (e 2015 mantém a mesma tendência) o sector municipal registou globalmente um significativo excedente orçamental, superior a 5% da receita anual.

A organização territorial autárquica resultou na redução de 1.168 freguesias. O mapa administrativo do País não era reformado há 150 anos. Note-se ainda que foi reformulado o mapa de entidades intermunicipais (áreas metropolitanas e comunidades intermunicipais), passando de 25 para 23. Passam, assim, a ter maior dimensão (mínimo de 5 municípios e 85 mil habitantes), tendo sido valorizada a escala intermunicipal. A reorganização das estruturas das autarquias foi acompanhada de um movimento de redistribuição das competências e níveis de intervenção, que determinou um reforço de competências das freguesias que pertenciam antes aos municípios, assistido dos recursos financeiros necessários para o exercício dessas competências.

Decorrente das reformas realizadas e em curso, os municípios serão confrontados com novos desafios no ano económico de 2016. Desde logo, na sequência do início de um profundo Programa de Descentralização de Competências para as autarquias locais (Decreto-Lei n.º 30/2015, de 12 de Fevereiro), que está na fase de implementação de projetos-piloto, prevê a descentralização das funções sociais para os municípios e tem como características essenciais a contratualização e adesão voluntária dos municípios. Na área Educação os contratos interadministrativos de delegação de competências pela Administração Central, já foram acordados e fechados com treze municípios: Águeda, Amadora, Batalha, Cascais, Maia, Matosinhos, Óbidos, Oeiras, Oliveira de Azeméis, Oliveira do Bairro, Sousel, Vila de Rei e Vila Nova de Famalicão. Estes municípios representam mais de 1 milhão de habitantes, mais de 110 mil alunos, ou seja, cerca de 10% da população do ensino obrigatório.

A descentralização também ocorre ao nível dos transportes. Aprovado um novo Regime Jurídico de Serviço Público de Transporte de Passageiros (Lei n.º 52/2015 de 9 de Junho). Este Regime procede a uma descentralização universal (para todos os municípios e entidades intermunicipais), legal e definitiva de competências de autoridade de transportes, estando assegurada a capacidade de financiamento destas entidades.

A implementação pelo Governo do Programa Aproximar, abrange 5 freguesias do município do Marco de Canaveses, tem em vista reorganizar os Serviços Públicos de Atendimento da administração central,



através de um processo de desconcentração, complementando-os com soluções de mobilidade. Assenta em três conceitos de prestação de serviços públicos administrativos: Loja do Cidadão, Espaço do Cidadão e Carrinha do Cidadão.

Finalmente no âmbito de um estudo independente de monitorização da evolução das receitas e despesas dos municípios (no período de 2000 a 2014), levado a cabo por vários investigadores da Universidade do Minho, encomendado pela Direcção-Geral das Autarquias Locais, vem confirmar o esforço a que os Municípios foram sujeitos para acomodar o conjunto de reformas estruturais na administração local, com resultados visíveis ao nível da redução do nível de endividamento de longo prazo e um saldo de execução orçamental positivo, compensado pela redução considerável da despesa, sobretudo as de investimento acompanhada de uma forte redução das receitas, nomeadamente a partir do ano 2009. Por outro lado o Estudo vem reforçar os argumentos do Governo para que continue e intensifique a política de transferência de competências específicas da administração central para os municípios privilegiando a cooperação voluntária entre os municípios, a partilha de serviços e em casos extremos a fusão (voluntária) de municípios.

Estrutura do Orçamento

A estrutura do orçamento manter-se-á idêntica à dos últimos anos para possibilitar uma análise orçamental comparativa e evolutiva, pelo que obedecerá à seguinte decomposição em Estrutura Orgânica:

- 01 – Assembleia Municipal
- 02 – Câmara Municipal
- 03 – Operações Financeiras

Esta estrutura valoriza a dimensão política do Orçamento e, simultaneamente, flexibiliza a gestão orçamental na sua componente técnica, responsabilizando mais cada Unidade Orgânica pela execução do seu orçamento e, conseqüentemente, pelos resultados a alcançar.



O controlo do Orçamento poderá ser efetuado através das Grandes Opções do Plano (GOP) que, à semelhança de 2015, incluirá, para além do Plano Plurianual de Investimentos (PPI), o Plano das Atividades mais Relevantes (PAM).

A Câmara Municipal do Marco de Canaveses, no âmbito do processo implementado de melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados aos cidadãos, continua o caminho que assumiu de dar passos graduais na melhoria e modernização dos serviços prestados, assim como no funcionamento e organização internos.

Neste contexto, recordamos que o Executivo lançou o projeto denominado "Um Marco na Gestão Autárquica", cofinanciado pelo POPH, com o objetivo de dotar os serviços e colaboradores municipais de mais ferramentas que permitam responder aos desafios da nova Administração Local, ajustando os seus recursos humanos e financeiros de modo a garantir a satisfação dos cidadãos do Concelho do Marco de Canaveses.

As áreas de intervenção são as seguintes: Excelência em Gestão – Modelo Integrado de Gestão; Melhoria da eficiência e redução de custos; Otimização do uso das Tecnologias de Informação e Comunicação; Apoio à mobilidade interna; Auditoria Interna e Controlo de Gestão.

Assim, na fase de preparação do Orçamento o Município do Marco de Canaveses, assumiu o desafio de definir o Modelo Integrado de Gestão (MIG), conforme se sugere na figura 1.

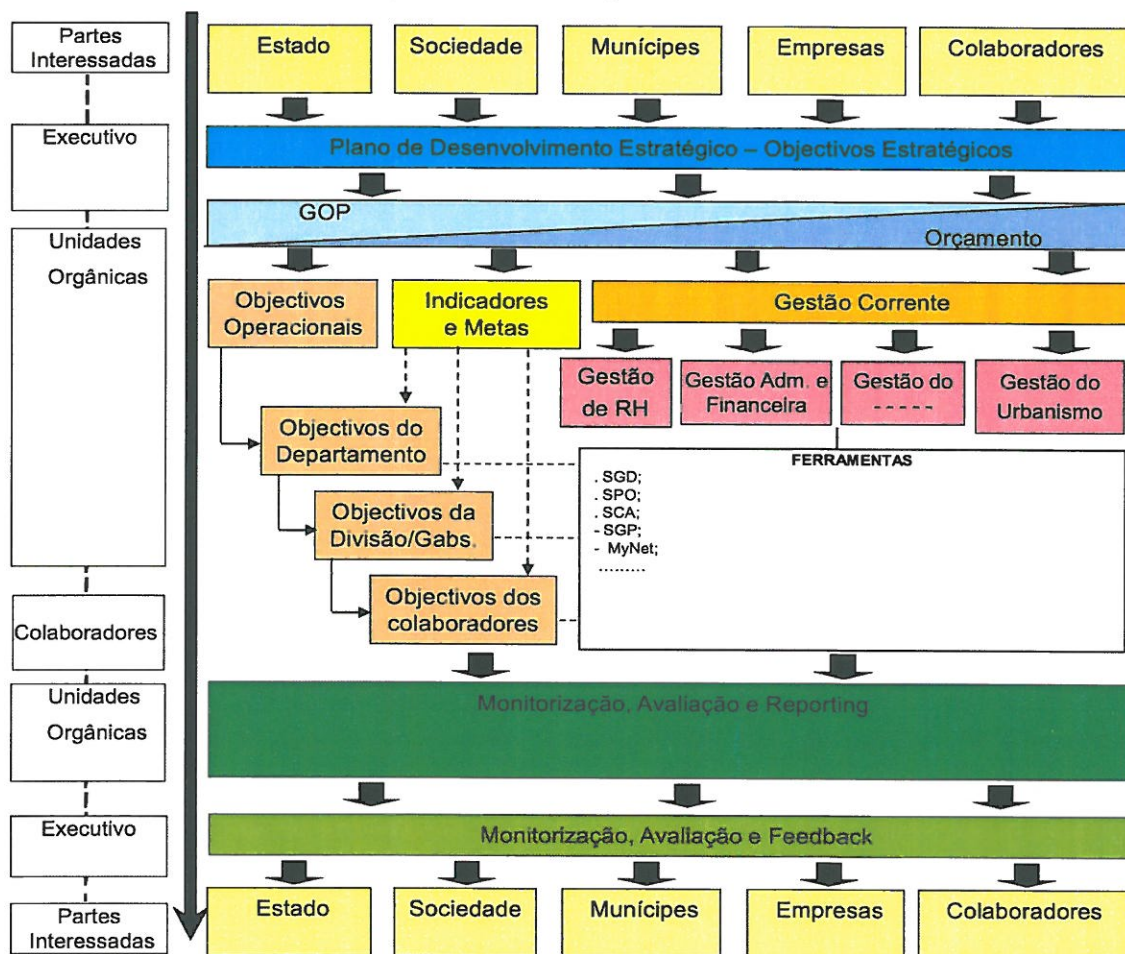
Desta forma, conhecidas as pretensões dos Municípes e Partes Interessadas e tendo por base as orientações do Executivo, o MIG prevê a construção do Mapa Estratégico (ME) e Balanced Scorecard (BSC) quer para o estabelecimento da estratégia do Município quer para o seu desdobramento para as Unidades Orgânicas (UOs) na direta dependência do Executivo (Departamentos).

Para o desdobramento da estratégia, elaboram-se Planos de Desenvolvimento Estratégico que contém as ações/atividades que contribuem para a concretização dos objetivos estratégicos estabelecidos no ME e BSC. Nos PDEs constam a identificação dos recursos, humanos e financeiros, necessários à concretização das ações/ atividades. Com base nesta informação, foram construídas as Grandes Opções do Plano, alinhando assim o Orçamento com os projetos a levar a cabo.

Para além das ferramentas para definição e planeamento da estratégia do Município do Marco de Canaveses, o MIG, inclui ferramentas de monitorização e controlo da execução.



Figura 1 – Modelo Integrado de Gestão



Neste modelo, os objetivos estratégicos para o triénio 2015/2017, contemplam as principais prioridades decorrentes do programa eleitoral de 2013 de modo a facilitar a articulação entre estes instrumentos de planeamento autárquico e permitem ainda acompanhar o sistema de gestão autárquico de acordo com as políticas de qualidade definidas no âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade do Município do Marco de Canaveses, em conformidade com os requisitos das Normas NP EN ISO 9001.

Para o biénio 2015/2016, os objetivos individuais no âmbito do Sistema de Avaliação do Desempenho (SIADAP), foram alinhados com a estratégia do Município.



As prioridades para o triénio 2015/2017 integram o Orçamento através de 6 orientações estratégicas transversais ao Município que enquadram no programa autárquico do Executivo, o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e o Plano de Atividades Mais Relevantes (PAM) de 2015, a saber:

1. Promover o sucesso escolar assente numa Educação de qualidade;
2. Defender a qualidade ambiental, preservando o património natural e reforçando a cobertura dos serviços;
3. Promover o Desenvolvimento Económico;
4. Fomentar o desporto e o lazer;
5. Promover o potencial turístico e cultural apostando no marketing territorial e numa oferta diversificada;
6. Melhorar a prestação de serviços aos Municípios apostando na Modernização Administrativa.

Para o triénio 2015/2017, a orientação estratégica promover o sucesso escolar assente numa Educação de qualidade, inclui a monitorização/revisão da Carta Educativa do Município do Marco de Canaveses (em curso) e o desenvolvimento das ações para a sua implementação.

No âmbito da defesa e qualidade ambiental, preservando o património natural e reforçando a cobertura dos serviços, manterá a sua importância estratégica, continuando o investimento da Autarquia para aumentar as taxas de cobertura das redes de saneamento básico.

A promoção do Desenvolvimento Económico será realizada pela dinamização do Conselho Municipal para o Desenvolvimento Económico e a implementação de um programa de apoio à economia e emprego.

Ao nível do objetivo fomentar o desporto e o lazer projeta-se a elaboração da Carta Municipal do Desporto do Marco de Canaveses.

A promoção do potencial turístico e cultural apostando no marketing territorial e numa oferta diversificada, será realizada através da execução de iniciativas de divulgação do património local, nomeadamente, realização de workshops temáticos, elaboração e divulgação do Plano Municipal de Marketing Territorial, dinamização dos roteiros turísticos, promoção da oferta museológica concelhia, afirmação da Rota do



Românico do Marco de Canaveses, promoção e proteção do edificado, certificação e promoção de produtos tradicionais. Pretende-se, ainda, elaborar a Carta Municipal do Turismo e da Cultura.

Para melhorar a prestação de serviços aos munícipes apostando na Modernização Administrativa, projeta-se a execução dos seguintes projetos: implementar o Sistema de Contabilidade de Custos (em curso); rever a Norma de Controlo Interno (em curso); melhorar a eficiência no uso das Tecnologias de Informação e Conhecimento (em curso); alargar a implementação do Sistema do Sistema de Gestão da Qualidade aos restantes serviços do Município.

O sucesso da implementação dos objetivos estratégicos descritos supra dependerá, em grande medida, da otimização do acesso aos fundos comunitários para a execução dos projetos municipais e do incremento da rede de parcerias e protocolos de políticas públicas.

A Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, na qual o Município do Marco de Canaveses está integrado, desempenhará um papel importante para alavancar a estratégia para o Município, definida em linha com os domínios de intervenção estratégica, vertidos no Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal para região do Tâmega e Sousa.

O período de programação dos fundos comunitários que agora se inicia e se estende até 2020 representa uma oportunidade que não pode ser desperdiçada. As prioridades fundamentais da estratégia Europa 2020, que norteiam a sua aplicação, vão, em grande medida, de encontro às necessidades da região do Tâmega e Sousa. O Plano Estratégico tem, portanto, a preocupação de criar condições para que os fundos que vão estar disponíveis possam ser mobilizados em prol do desenvolvimento do Tâmega e Sousa.

Atente-se este ano pela primeira vez à implementação do Orçamento Participativo Jovem, em que a Câmara Municipal do Marco de Canaveses reconhece que a sociedade civil, nomeadamente os jovens, devem ter um envolvimento acrescido na sociedade democrática promovendo uma cidadania ativa e práticas de construção coletiva.

O exercício de cidadania exige envolvimento, participação e aprendizagem. Sendo que os Orçamentos Participativos Jovens se têm apresentado como um importante meio de atuação, potenciando a participação dos jovens na vida das comunidades locais, a sua implementação no Município do Marco de



Canaveses vai de encontro a essas exigências, permitindo ainda adequar as políticas públicas municipais às necessidades e expectativas dos jovens.

Com o Orçamento Participativo, os jovens marcoenses terão a oportunidade de desenvolverem processos participativos e de decisão em matérias que lhe dizem diretamente respeito, fundamentais para o seu futuro e para o futuro do concelho.

A Câmara Municipal do Marco de Canaveses dá, desta forma, um passo em frente no apelo à cidadania e à participação da juventude na construção de um concelho com maior participação dos jovens.

Importa ainda referir que os princípios base nos quais foi elaborado o Orçamento Municipal assentam no novo Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro que define um conjunto de princípios e regras orçamentais previstos nos seus artigos 40.º a 43.º, que complementa o ponto 3 do POCAL (Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro e na Lei de Enquadramento Orçamental (Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro).

No exercício económico de 2016, para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo n.º 16.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, é fixado o valor de 300.000,00 € como limite à despesa fiscal. Assim, e até ao presente limite fixado pode a Câmara Municipal, sob proposta devidamente fundamentada, conceder isenções ou reduções dentro dos limites estabelecidos nos regulamentos municipais em respeito pelo princípio da legalidade tributária previsto no n.º 9 do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Assim sendo, este Relatório para além da apresentação da política orçamental e da sua fundamentação inclui a identificação e descrição das responsabilidades contingentes e das Provisões até outubro de 2015 em anexo.

Define ainda que os orçamentos anuais devem enquadrar-se num Quadro Plurianual de Programação Orçamental (QPPO) que tem em conta as projeções macroeconómicas que servem de base ao Orçamento do Estado. Este quadro consta de documento que especifica o quadro de médio prazo para as finanças da autarquia local designado de Quadro Plurianual Municipal de Programação Orçamental. Uma vez que a sua elaboração depende de regulamentação por decreto-lei, para este ano de 2016 verifica-se a inaplicabilidade da norma constante no artigo 41.º e 44.º da LFL.



A Lei nº 73/2013, de 03 de setembro prevê ainda ao nível das regras orçamentais que sejam apresentados em anexo ao Orçamento Municipal os orçamentos dos órgãos e serviços com autonomia financeira, bem como das entidades participadas em relação às quais se verifique o controlo ou presunção de controlo do Município, pelo que no caso das entidades participadas esta situação não se verifica. Encontra-se em anexo o Mapa das entidades participadas pelo Município identificadas com o respetivo número de identificação fiscal, percentagem de participação e o valor correspondente.

Apresentação Geral do Orçamento

A estimativa das despesas e das receitas para o próximo ano económico, efetuada com base nos pressupostos anteriores, é apresentada no Quadro I, o qual resume, em termos de distribuição de valores, a despesa e a receita, segundo os dois grandes agrupamentos da classificação económica.

Q.1 - Receita e Despesa prevista para o ano 2016

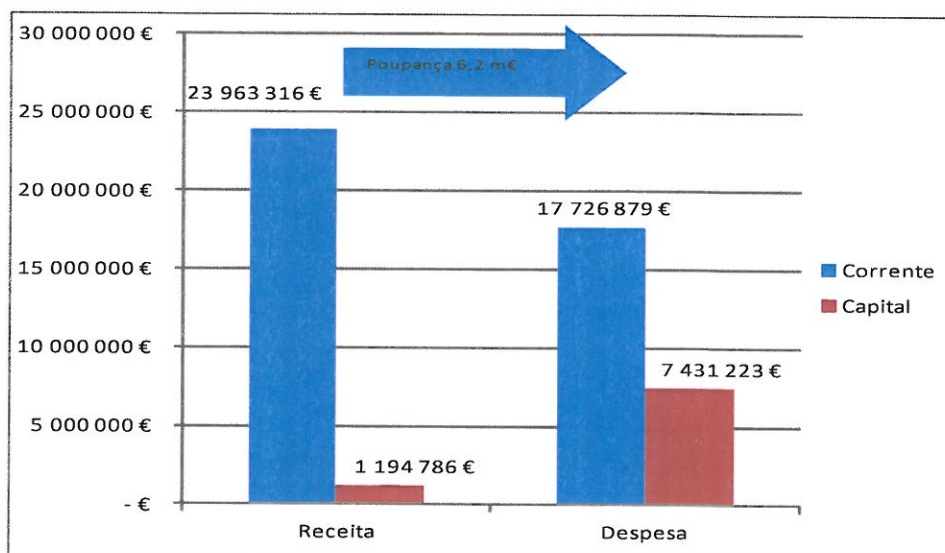
	(Un.: euro)		
	Correntes	Capital	Total
Receitas	23 963 316	1 194 786	25 158 102
Despesas	17 726 879	7 431 223	25 158 102
Saldo	6 236 437	-6 236 437	

A previsão das receitas e das despesas para o próximo ano económico estabiliza na arrecadação de receitas próprias municipais devido ao contexto macroeconómico em Portugal, situando-se, nos 25,2 milhões de euros. A receita corrente atingirá um montante de 24 milhões de euros o que compara com a despesa corrente de 17,7 milhões de euros, enquanto a receita de capital atinge cerca de 1,2 milhões de euros para uma despesa de capital de 7,4 milhões de euros.

Constata-se a existência de um superavit corrente no valor de cerca de 6,2 milhões, que não resulta do excesso das receitas correntes sobre as despesas da mesma natureza, mas que é justificado maioritariamente com o deferimento de despesa corrente e que será dotada com a entrada do saldo da Gerência anterior para 2016 estimado em cerca de 7,5 milhões de euros.

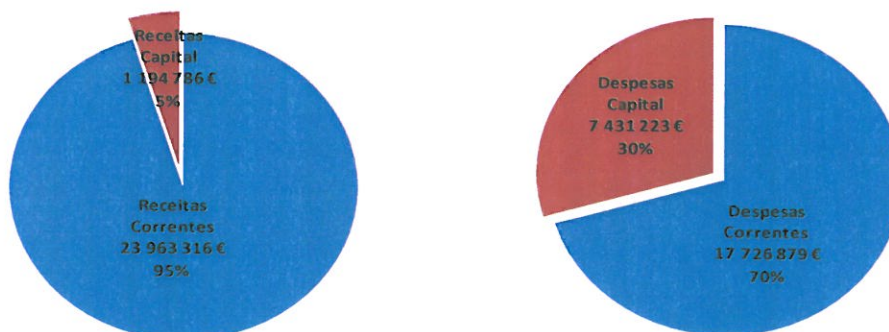
Esta metodologia permite, por um lado, o cumprimento da regra do Equilíbrio Orçamental nos termos do artigo 40.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, em que prevê que a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos. Por outro lado, possibilita também a existência de dotação necessária para a realização dos investimentos, que iniciaram os procedimentos concursais em 2015 e podendo vir a ser objeto de comparticipação mediante a publicação dos avisos de candidaturas no âmbito do Portugal 2020. Assim, se compreende que este superavit corrente financie em idêntico valor as despesas de capital.

F.1 – Gráfico de Receitas e Despesas Previstas



O gráfico F1 de Receitas e Despesas previstas permite ainda verificar que o equilíbrio orçamental também é previsionalmente conseguido. Assim sendo, a receita bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos (sendo estas no valor de € 3.257.977).

F. 2 - Estrutura da Receita e da Despesa



Na figura anterior F2, ao comparar-se as receitas e as despesas de natureza afim, ilustra-se não só o maior volume das despesas correntes no cômputo da despesa total, representando 70% da mesma, segundo a qual as despesas correntes deverão ser totalmente financiadas por receitas correntes. Anota-se que, mais uma vez, a despesa corrente, em termos previsionais, tem maior peso no orçamento global que a despesa de capital que ascende a 30% da despesa total.

Q.2 – Receitas e Despesas Previstas

Receitas e Despesas Previstas

			(Un.: euro)		
Receitas	Valor	%	Despesas	Valor	%
Receitas Correntes	23 963 316	95,3%	Despesa Corrente	17 726 879	70,5%
Impostos directos	6 722 048	26,7%	Despesa com o pessoal	7 643 602	30,4%
Impostos indirectos	69 809	0,3%	Aquisição de bens e serviços	6 377 435	25,3%
Taxas, multas e outras penalidades	282 835	1,1%	Juros e outros encargos	461 374	1,8%
Rendimentos de propriedade	1 796 669	7,1%	Transferências correntes	2 996 368	11,9%
Transferências correntes	14 055 341	55,9%	Subsídios	100	0,0%
Venda de bens e serviços correntes	972 615	3,9%	Outras despesas correntes	248 000	1,0%
Outras receitas correntes	63 999	0,3%			
Receitas de Capital	1 194 786	4,7%	Despesa de Capital	7 431 223	29,5%
Venda de bens de investimento	10	0,0%	Aquisição de bens de capital	3 159 200	12,6%
Transferências de capital	1 194 234	4,7%	Transferências de capital	1 000 945	4,0%
Activos Financeiros	-	-	Activos Financeiros	177 124	0,7%
Passivos Financeiros	-	-	Passivos financeiros	3 093 754	12,3%
Outras receitas de capital	542	0,0%	Outras despesas de capital	200	-
Reposições não abatidas nos pagamentos					
Total	25 158 102	100,0%	Total	25 158 102	100,0%



A análise da evolução das diferentes componentes da receita e da despesa acima discriminadas serão objeto de aprofundamento em capítulos subsequentes.

Em termos de receita destaca-se a continuação da forte dependência do orçamento das transferências correntes do Estado, que totalizam 14,1 milhões de euros e contribuem em 55,9% para a receita total. Assinala-se ainda a receita proveniente das transferências de capital como origem de fundos para os investimentos previstos, não se encontra alicerçada pela componente de financiamento comunitário tendo em conta o início do novo quadro comunitário de apoio, o que justifica a diminuição de valores e representa 4,7% da Receita. Relativamente às receitas fiscais apenas contribuem com 28,1% para o orçamento municipal.

No que se refere à despesa destaca-se o peso dos encargos com pessoal (30,4%), da aquisição de bens e serviços (25,3%), da aquisição de bens de capital (12,6%), das Transferências correntes (11,9%) e dos passivos financeiros (12,3%) que representam, em conjunto, 80,6 % do total da despesa.

Importa referir que a despesa de capital representa para este ano económico cerca de 29,5%, resultante da realização de empreitadas com recurso a autofinanciamento autárquico. Estes investimentos poderão vir a ser objeto de candidaturas através programas operacionais Portugal 2020, com participação até 85% de forma a conseguir a alavancagem necessária para a execução dos projetos estratégicos do Concelho identificados no âmbito da elaboração do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, recorrendo ao instrumento regulamentar dos Investimentos Territoriais Integrados através da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa.

A concretização destas obras depende da aprovação das respetivas candidaturas através dos sistemas de incentivo e apoio dos programas operacionais do Portugal 2020. O ressarcimento de verbas participadas para o ano de 2016 e seguintes irá depender da conciliação entre os objetivos específicos e tipologias dos projetos com as condições de elegibilidade específicas e respetivo mérito dos mesmos. A adoção desta estratégia possibilita a recuperação da capacidade orçamental obtida através de poupança financeira alcançada para fazer face ao plano estratégico de investimentos do Marco de Canaveses previstos no âmbito do novo quadro comunitário de apoio.



II – PREVISÃO DAS RECEITAS

1. Visão global das receitas

Para 2016 estima-se que a receita municipal ascenda a 25,2 milhões de euros, representando um ligeiro aumento de **(+1,0%)**, em termos absolutos, cerca de **duzentos e trinta e nove mil euros**. Este acréscimo, face ao ano anterior, resulta essencialmente do aumento de receita a arrecadar proveniente dos Impostos diretos que compensou a redução das transferências de capital tendo em conta a finalização do Quadro Comunitário de Apoio no âmbito do Programa Operacional Regional do Norte do Quadro de Referência Estratégico Nacional – QREN – 2007-2013 (-39,9%). Saliente-se que o agregado económico Venda de bens de investimento não detém a inscrição de receitas extraordinárias e mais concretamente no que concerne à venda de imóveis só podem ser inscritas até ao limite da média aritmética simples das receitas arrecadadas nos últimos 36 meses que precedem o mês da elaboração do Orçamento Municipal.

Importar referir que alguns investimentos em curso realizados e pagos obtiveram a aprovação das suas candidaturas a fundos comunitários em regime de *Overbooking*, o que permitirá ainda o ressarcimento de verbas comunitárias em 2015.

Verifica-se a manutenção da tendência de redução das receitas próprias, quer por via da crescente consignação das verbas referentes às transferências atribuídas pelo Estado, quer pela via da redução da atividade económica. Acresce que o Município do Marco de Canaveses encontra-se impedido, simultaneamente, de obter quaisquer financiamentos junto de terceiros. Estas restrições vêm não só dificultar o cumprimento do princípio do equilíbrio orçamental exigido por Lei, como limitam igualmente a concretização do investimento municipal, motor inequívoco do desenvolvimento económico.

Q. 3 - Evolução da Receita Prevista

(Un.: euro)

Designação da Rubrica	Anos				Variação 2015/2016	
	2015		2016			
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Receitas Correntes	22 929 200	92,0%	23 963 316	95,3%	1 034 116	4,5%
Impostos directos	5 494 894	22,1%	6 722 048	26,7%	1 227 154	22,3%
Impostos indirectos	94 675	0,4%	69 809	0,3%	-24 866	-26,3%
Taxas, multas e outras penalidades	304 320	1,2%	282 835	1,1%	-21 485	-7,1%
Rendimentos de propriedade	1 679 930	6,7%	1 796 669	7,1%	116 739	6,9%
Transferências correntes	14 384 992	57,7%	14 055 341	55,9%	-329 651	-2,3%
Venda de bens e serviços correntes	898 629	3,6%	972 615	3,9%	73 986	8,2%
Outras receitas correntes	71 760	0,3%	63 999	0,3%	-7 761	-10,8%
Receitas de Capital	1 989 247	8,0%	1 194 786	4,7%	-794 461	-39,9%
Venda de bens de investimento	10	0,0%	10	0,0%	0	0,0%
Transferências de capital	1 986 812	8,0%	1 194 234	4,7%	-792 578	-39,9%
Activos Financeiros	0	0,0%	0	0,0%	0	-
Passivos Financeiros	-	-	-	-	-	-
Outras receitas de capital	2 425	0,0%	542	0,0%	-1 883	-77,6%
Reposições não abatidas nos pagamentos	-	-	-	-	-	-
Total	24 918 447	100,0%	25 158 102	100,0%	239 655	1,0%

Como se pode observar, a estrutura da receita sofreu alguma alteração relativamente ao ano anterior. O peso das receitas correntes aumentou, em cerca de 3,3 p.p, ao qual corresponderá, necessariamente, uma diminuição da mesma importância das receitas de capital.

A receita corrente esperada apresenta um **acréscimo de 4,5%** relativamente ao ano de 2015, traduzido em mais de 1 milhões de euros, pelo efeito acumulado principalmente do aumento dos Impostos Directos, Rendimentos de Propriedade e da Venda de Bens e Serviços correntes em menor escala.

O mesmo não sucede nas receitas de capital para as quais se prevê uma **diminuição de (-39,9%)**, sustentada unicamente no agregado Transferências de Capital. Deste facto, resulta uma redução da importância relativa das Transferências de Capital (4,7% na receita total) que passa a ser a única componente materialmente relevante da Receita de Capital.



Pode concluir-se, contudo, que o pequeno aumento da receita em (+1,%), tem origem no impacto verificado com o aumento do montante previsto de receita a arrecadar na rubrica dos Impostos Diretos (Imposto Municipal sobre Imóveis, Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis e Derrama) face à redução das participações comunitárias de projetos cofinanciados tendo em conta o encerramento deste Quadro Comunitário de Apoio, isto é, menos cerca de 793 mil euros (-39,9%). Contribuem também para a diminuição da receita a impossibilidade do recurso à inscrição de receita extraordinária referente a Venda de Bens de Investimento Imóveis prevista e Rendimentos de propriedade (-6,9%), representando em termos líquidos um **decrécimo total de receita** municipal no valor de **239.655 euros**.

As transferências de capital provenientes do Estado e que se referem à participação das autarquias locais nos Impostos do Estado, designadamente ao nível do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), Fundo Social Municipal (FSM) e a Participação Fixa no IRS mantiveram as importâncias constantes do Orçamento de Estado em vigor de 2015.

2. Receitas fiscais

Os valores estimados para a rubrica das receitas fiscais foram calculados no estrito cumprimento da Lei, a qual impõe que os referidos montantes se obtenham pela média aritmética simples dos valores executados nos últimos 24 meses que antecedem a elaboração do orçamento.

Na estrutura das receitas municipais é relevante o peso das receitas fiscais que, incluindo os impostos diretos, os impostos indiretos e as taxas, multas e outras penalidades, ascendem a cerca de 7,1 milhões de euros e constituem a segunda maior fonte de receita do Orçamento, representando 28,1% da receita total e 29,5% da receita corrente.

Q.4 - Evolução previsional das receitas fiscais

(Un.: euro)

Receitas Fiscais	Orçamento				Variação 2015/2016	
	2015		2016		Valor	%
	Valor	%	Valor	%		
Impostos directos	5 494 894	93,2%	6 722 048	95,0%	1 227 154	22,3%
Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)	3 510 821	59,6%	4 458 519	63,0%	947 698	27,0%
Impostos Único de Circulação (IUC)	1 123 311	19,1%	1 139 255	16,1%	15 944	1,4%
Imposto Municipal sobre Trans. Onerosa Imóv. (IMT)	540 000	9,2%	728 058	10,3%	188 058	34,8%
Derrama	285 000	4,8%	368 488	5,2%	83 488	29,3%
Impostos Abolidos	35 762	0,6%	27 728	0,4%	-8 034	-22,5%
Contribuição Autárquica	915	0,0%	2 344	0,0%	1 429	-
Imposto Municipal de SISA	34 847	0,6%	25 384	0,4%	-9 463	-27,2%
Outros Impostos Abolidos	-	0,0%	-	0,0%	0	-
Impostos indirectos	94 675	1,6%	69 809	1,0%	-24 866	-26,3%
Taxas, Multas e Out. Penalidades	304 320	5,2%	282 835	4,0%	-21 485	-7,1%
Total	5 893 889	100,0%	7 074 692	100,0%	1 180 803	20,0%

À semelhança do ano anterior prevê-se que as receitas fiscais aumentem (+20,0%) ou seja, cerca de 1,2 milhões de euros, essencialmente devido ainda à atualização das avaliações aos prédios urbanos no âmbito do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI). Verifica-se sinais de melhoria da atividade económica evidenciada pela Derrama, após sucessivas desacelerações fruto da conjuntura atual e que tem vindo a refletir-se nas receitas tributárias. O aumento significativo ao nível das Receitas Fiscais só foi alcançado através do aumento do IMI, do IMT e da arrecadação da Derrama.

Saliente-se que por força do Plano de Reequilíbrio Financeiro mantêm-se as taxas máximas no que respeita aos impostos diretos.

A atualização dos respetivos valores da Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais do Código Regulamentar considerados no ano económico de 2015 foi com a taxa de inflação negativa de (-0,27%). Para o ano económico de 2016 e de acordo com os dados publicados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) referente ao mês de setembro a tabela de Taxas e outras Receitas do Município é atualizada à taxa de crescimento médio anual da taxa de inflação que se cifra em (+0,32%). Apesar desta atualização prevê-se uma nova diminuição da receita em cerca de 21 mil euros, ou seja, (-7,1%).



Para este resultado contribui o aumento dos impostos diretos associado ao crescimento do IMI, do IMT e da Derrama, embora penalizado pela perda dos Impostos Indiretos e das Taxas, Multas e Outras Penalidades que, comparativamente ao ano de 2015 diminuíram, no seu conjunto, cerca de 46 mil euros. Espera-se um crescimento de cerca de 948 mil euros em relação ao IMI, e de 188 mil euros referente ao IMT. Em relação à Derrama, apesar de verificar-se alguma incerteza quanto ao montante potencial da receita pelo facto de estar dependente dos apuramentos realizados pela Administração Central que o faz em função das suas necessidades específicas e sem possibilidade de qualquer controlo por parte dos municípios, estima-se pelas médias apuradas um aumento da receita (+29,3%), cifrando-se nos 368 mil euros.

O processo da elaboração da previsão dos impostos diretos municipais, que estão estabelecidos na Lei das Finanças Locais, seguiu as regras impostas no ponto 3.3 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro.

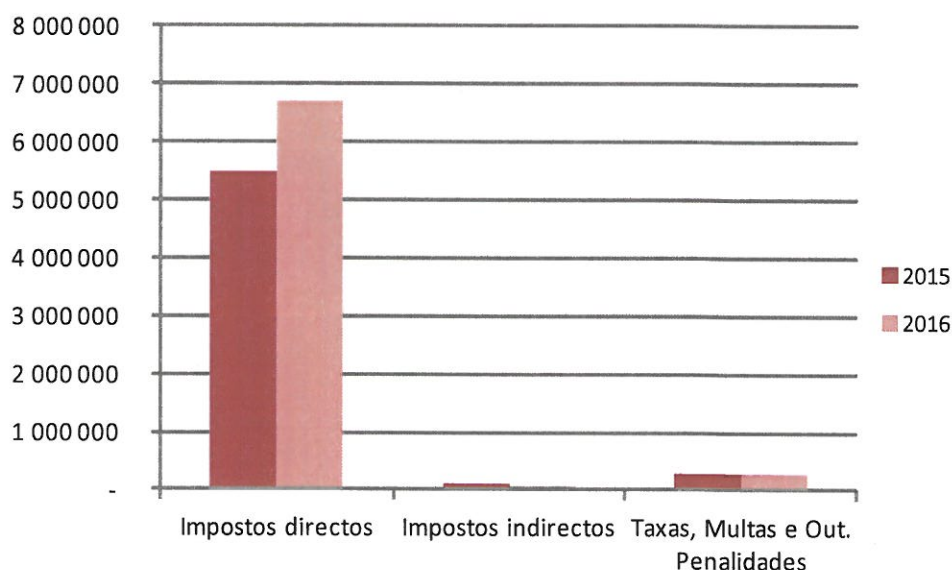
Nos impostos indiretos prevê-se um decréscimo de 26,3%, relativamente ao ano anterior, o que representa cerca de 25 mil euros. Para tal contribuem essencialmente a receita arrecadada referente à Publicidade tendo em conta os critérios de isenção definidos no âmbito do Licenciamento Zero. Mantem-se a níveis muito baixos a arrecadação dos impostos referentes a loteamentos e licenciamento de obras, nomeadamente as infraestruturas urbanísticas. Esta diminuição reflete a estagnação da atividade económica e mais concretamente da atividade empresarial no setor da Construção Civil.

É de salientar que a receita com a taxa municipal de direitos de passagem aumenta ligeiramente, sendo as empresas operadores de comunicações eletrónicas responsáveis pelo apuramento da receita arrecadada no concelho, no entanto o valor previsto a arrecadar em 2016 é residual (cerca de sete mil e setecentos euros).

No que concerne às taxas, multas e outras penalidades, o valor previsto para 2016 representa um decréscimo de (-7,1%), essencialmente pelo efeito conjugado da diminuição da cobrança das taxas de Loteamentos e Obras aos particulares, designadamente ao nível dos Loteamentos na Taxa de urbanização, das Taxas de Cedência e Prorrogações. Prevê-se, ainda, uma estabilização em (+0,32%) para o ano de 2016 das taxas e tarifas referenciada à taxa de crescimento médio da taxa de inflação

verificada nos últimos 12 meses nos termos da alínea j) do n.º1 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 38/2008, de 7 de Março que reforça as regras inerentes ao Contrato de Reequilíbrio Financeiro.

F.3 - Estrutura das receitas fiscais



A figura anterior permite observar melhor a evolução previsional das diferentes componentes das Receitas Fiscais, verificando-se que, com base nas receitas obtidas nos últimos 24 meses, se espera um aumento na arrecadação dos impostos municipais através das taxas máximas nos Impostos Indiretos, sendo visível atualmente o reduzido peso do agregado Taxas e Outras Receitas Municipais.

3. Receitas não fiscais

As receitas não fiscais, excluídos os ativos e passivos financeiros, estimam-se em 18,1 milhões de euros, representando uma diminuição de **(-4,9%)** relativamente a 2015 e deve-se fundamentalmente à quase inexistência de arrecadação de verbas em 2016 referentes à comparticipações comunitárias das candidaturas no âmbito da finalização do Q.R.E.N. incluídas no agregado das transferências provenientes do Estado isto é, menos 793 mil euros. Por outro lado, a não orçamentação de receitas respeitantes à Venda de Imóveis do agregado Venda de Bens de Investimento também contribui para a diminuição de receita extraordinária tendo em conta o artigo 253.º da LOE 2015. Esta redução representa em termos líquidos um **decréscimo** total de receita não fiscal municipal no valor de **941 mil euros**.



De destacar que as transferências (correntes e de capital) constituem recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, tendo a sua origem em verbas transferidas diretamente do Orçamento de Estado para o Município (Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e Participação fixa no IRS) e em verbas originárias de comparticipações, dotações e subsídios provenientes do Orçamento de Estado e do Orçamento da União Europeia (Fundos Comunitários), como era referido nos n.º 1, 2 e 3 do Artigo 10.º, da Lei das Finanças Locais (Lei n.º 42/98, de 6 de agosto alterada pela Lei n.º 94/2001, de 20 de agosto, alterada pela Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro e revogada pelo novo diploma Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro).

Q. 5 - Evolução das receitas não fiscais, excluídos os ativos e passivos financeiros

Evolução das receitas não fiscais, excluídos os ativos e passivos financeiros

Receitas Não Fiscais	Orçamento				Variação 2015/2016	
	2015		2016			
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Receitas Correntes	17 035 311	89,5%	16 888 624	93,4%	-146 687	-0,9%
Rendimentos de propriedade	1 679 930	8,8%	1 796 669	9,9%	116 739	6,9%
Transferências correntes	14 384 992	75,6%	14 055 341	77,7%	-329 651	-2,3%
Venda de bens e serviços correntes	898 629	4,7%	972 615	5,4%	73 986	8,2%
Outras receitas correntes	71 760	0,4%	63 999	0,4%	-7 761	-10,8%
Receitas de Capital	1 989 247	10,5%	1 194 786	6,6%	-794 461	-39,9%
Venda de bens de investimento	10	0,0%	10	0,0%	0	0,0%
Transferências de capital	1 986 812	10,4%	1 194 234	6,6%	-792 578	-39,9%
Activos Financeiros	0	0,0%	0	0,0%	0	#DIV/0!
Outras receitas de capital	2 425	0,0%	542	0,0%	-1 883	-77,6%
Reposições não abatidas nos pagamentos	-	0,0%	-	0,0%	0	0,0%
Total	19 024 558	100,0%	18 083 410	100,0%	-941 148	-4,9%

A agregação das receitas não fiscais por capítulos económicos, de acordo com a natureza das mesmas, permite concluir que 93,4% respeitam a receitas correntes, e 6,6% a receitas de capital.

3.1 Rendimentos de propriedade

Dos 1.797 mil euros previstos em rendimentos de propriedade, 1.642 mil euros respeitam ao contrato de concessão de distribuição de energia elétrica com a EDP, verificando-se um ligeiro aumento para o ano



de 2016 face ao período homólogo do ano anterior (+6,9%), o qual se deve ao encontro de contas entre a arrecadação de receita trimestral das rendas de concessão e o pagamento da iluminação pública. O montante desta rubrica resulta principalmente das rendas arrecadadas à empresa E.D.P.

Os restantes 82 mil euros dizem respeito essencialmente aos juros das aplicações financeiras que a autarquia efetua mensalmente no sentido de rentabilizar os fundos de tesouraria em função do plano de pagamentos e a dividendos provenientes de entidades participadas.

3.2 Transferências correntes

O valor previsto nas transferências correntes assenta essencialmente nos valores definidos do Orçamento de Estado para 2015, nomeadamente Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e Participação fixa no IRS. Estas verbas representam 85,7% do total deste agregado que totaliza 14.055 mil euros. Verifica-se uma diminuição de (-2,3%), isto é, menos 330 mil euros fruto da diminuição de verbas provenientes de transferências correntes do Estado. Saliente-se que as transferências do Estado têm maior peso nas Receitas Correntes e menor peso nas Receitas de Capital no âmbito da consolidação orçamental materializada no Orçamento Geral do Estado.

Destacam-se ainda, neste ano, as receitas provenientes de protocolos com o Ministério da Educação no âmbito do pré-escolar, da generalização do fornecimento de refeições escolares e das atividades de enriquecimento curricular, no montante de 1,9 milhões de euros, 13,6% do total das transferências correntes, sendo o remanescente das transferências correntes, no total de 105 mil euros, proveniente, essencialmente, da execução de protocolos com o Instituto de Emprego e Formação profissional – IEFP e de programas com financiamento comunitário no âmbito do POPH – Qualificação dos profissionais da Administração Pública e de protocolo com o Instituto da Segurança Social.

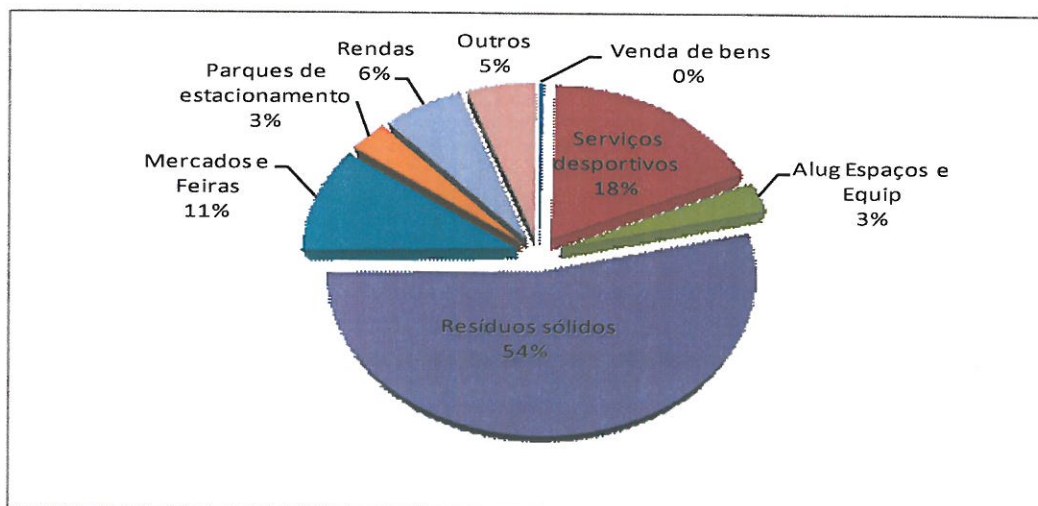
Saliente-se que, neste contexto, o Município celebrou contratos interadministrativos de delegação de competências com as Juntas de Freguesia relativos às transferências provenientes dos acordos de colaboração em parceria com a DGEstE. As transferências correntes constituem, em 2016, o agregado com maior peso, isto é, 55,9% das receitas totais, ou seja, representa 14.055 mil euros.

3.3 Venda de bens e serviços correntes

A venda de bens e serviços correntes representa 3,9% das receitas totais, com especial relevância para as receitas provenientes dos Resíduos Sólidos, Serviços Desportivos, designadamente os serviços prestados nas Piscinas Municipais, Mercados e Feiras, Rendas das habitações sociais e Alugueres de Espaços e Equipamentos com uma previsão total de 973 mil euros. Este ano a autarquia prevê um aumento de (+8,2%) e que não será resultante da cobrança dos preços relativos à receita de resíduos sólidos e urbanos que se traduz numa estagnação na arrecadação de valores. Este aumento deve-se essencialmente ao aumento de verbas relacionadas com Serviços Desportivos (+30,1%) e as licenças dos Mercados e Feiras (+36,5%). Verifica-se ainda que a receita arrecadada até setembro de 2015 corresponde a 10,9% da despesa efetiva com as prestações de serviços na atividade de resíduos sólidos e urbanos, o que evidencia o desequilíbrio existente na sustentabilidade desta prestação e consequente necessidade de reestruturação deste regulamento municipal nos termos do artigo 21.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro – Lei das Finanças Locais. Esta reestruturação implica ainda a redefinição dos preços fixados que não devem ser inferiores aos custos direta ou indiretamente suportados com as prestações destes serviços.

Para melhor visualização da estrutura da receita prevista para o ano de 2016 observe-se a Figura 4, que mostra as diferentes fontes de financiamento, segundo o seu peso na receita total.

F.4 - Estrutura da venda de bens e serviços correntes





3.4 Outras Receitas Correntes

O agregado outras receitas correntes estabilizou a receita que ascende a cerca de 64 mil euros e que se justifica essencialmente pela entrada de verbas relativas a indemnizações das Companhias de Seguros, e outras receitas de carácter residual.

Saliente-se que se encontram regularizados os pagamentos referentes a consumo de água entre o Município e a empresa Águas do Marco, mas mantêm-se em aberto a assunção dos encargos de faturação referente a saneamento, desde 2005, sendo que não foi considerada a verba a arrecadar atendendo à cláusula 71.^a (Retribuição) do Contrato de Concessão e que ascende ao valor de 1.363 mil euros por aguardar um encontro de contas e eventual acordo no âmbito do processo judicial.

Este valor mostra que a atividade económica do Município, materializada na prestação de serviços para além da exercida no desempenho da sua autoridade administrativa, sofre um impacto negativo na capacidade de gerar receita municipal significativa, contribuindo, deste modo, para a dependência da autarquia dos recursos provenientes dos Impostos, das transferências e até dos passivos financeiros se tal cenário fosse viável, dados os condicionalismos decorrentes do Contrato de Reequilíbrio Financeiro.

3.5 Venda de bens de investimento

Neste agrupamento das receitas de capital contrariamente ao ano anterior não se pode prever qualquer encaixe financeiro. O orçamento de Estado para 2015 definiu que a previsão de receitas das autarquias locais resultantes da venda de imóveis só pode ser consideradas até ao limite da média aritmética simples das receitas arrecadadas nos últimos 36 meses que precedem o mês da elaboração do Orçamento Municipal. Neste sentido, o recurso às receitas extraordinárias previstas não podem ser contempladas, o que implica a inexistência de receita neste ano relativa à alienação de bens municipais através de hasta pública, designadamente diversos terrenos e edifícios municipais. No entanto e consciente de que esta conjuntura económica não é a ideal, a aposta na alienação de bens possibilita sempre para além da arrecadação de receita extraordinária, a redução de gastos na conservação e manutenção destes bens.



3.6 Transferências de capital

Os valores considerados em transferências de capital assentam essencialmente nas verbas provenientes do Estado e representam 4,7% da receita total. Verifica-se a manutenção da verba do FEF capital da LOE 2015, cifrando-se o valor em 1.084 mil euros. No que concerne à receita proveniente dos valores comparticipados referentes ao FEDER não se prevê que haja arrecadação de verbas materialmente relevantes tendo em conta que a execução de projetos comparticipados aprovados em regime de overbooking encerra em 2015. A estas verbas deve ser somado financiamentos no valor de cerca de 110 mil euros, referente ao protocolo celebrado com Ministério da Administração Interna no âmbito do projeto de adaptação do edifício para Posto da GNR – Alpendurada e Matos (no montante comparticipado de 439 mil euros). Relembra-se que estas verbas são as que constituem o único meio de alavancagem financeira para permitir a realização de investimentos de elevados montantes no âmbito de protocolos firmados ou candidaturas aprovadas.

Assim, o novo quadro comunitário "Portugal 2020" constitui é o novo instrumento da estratégia do Município e que vai assentar numa inversão da tendência de aposta em infraestruturas e escolas para uma nova lógica de estímulo à economia e às empresas e portanto numa aposta clara nas pessoas e na criação de emprego. Um dos desafios do Município, face à sua limitada capacidade orçamental para realizar novos investimentos, será conseguir obter comparticipações de investimentos em algumas infraestruturas essenciais ao seu desenvolvimento sustentado.

3.7 Ativos Financeiros

A ausência de valores no agregado económico ativos financeiros tem em conta a inexistência de operações de venda de ações detidas pelo Município de Marco de Canaveses em entidades societárias na presente data.



3.8 Outras Receitas

Importa referir que uma das componentes do agregado da receita municipal, os passivos financeiros, não apresenta nenhum valor de abertura de rubrica conforme o estipulado na alínea c) do n.º 1 do artigo 15.º do Decreto-Lei. n.º 38/2008, de 07 de Março, referente às obrigações inerentes ao Contrato de Reequilíbrio Financeiro.

Refira-se que o Órgão Executivo obteve a aprovação por parte do Governo da nova proposta de reestruturação do plano de reequilíbrio financeiro para solver as dívidas existentes com um empréstimo adicional até ao montante de 7 milhões de euros através do Despacho n.º 7397/2011, de 18 de Maio. No entanto, foi contratualizado um empréstimo até 3,5 milhões de euros, tendo sido utilizado o valor de 2,6 milhões de euros para solver e regularizar todos os compromissos apurados. Este empréstimo adicional terá um prazo de amortização de 16 anos a partir de 2014.

No que concerne a rubrica Reposições Não Abatidas Nos Pagamentos, esta não foi dotada, neste ano económico, uma vez que não existe nenhuma entrada de receita prevista de valores respeitantes a pagamentos de exercícios anteriores a favor do Município.

Importa referir que a Receita Total não sofre uma diminuição significativa de valor face à redução de verbas provenientes dos fundos comunitários (justificada pela finalização do Quadro de Referência Estratégico Nacional – Q.R.E.N – 2007-2013), porque é compensada pelo aumento dos Impostos Diretos.

III – PREVISÃO DAS DESPESAS

1. Visão global das despesas

A despesa municipal para 2016, repartida por despesa corrente e despesa de capital, e constituída por diversos agrupamentos económicos, prevê-se que ascenda a 25.158 mil euros, a que corresponde um ligeiro aumento de (+1,0%) face ao ano transato.

Q.6 - Evolução da despesa prevista

(Un.: euro)

Designação da Rubrica	Anos					
	2015		2016		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Despesas Correntes	17 652 632	70,8%	17 726 879	70,5%	74 247	0,4%
Pessoal	7 586 292	30,4%	7 643 602	30,4%	57 310	0,8%
Aquisição de bens e serviços	5 852 883	23,5%	6 377 435	25,3%	524 552	9,0%
Juros e outros encargos	736 360	3,0%	461 374	1,8%	-274 986	-37,3%
Transferências correntes	3 233 997	13,0%	2 996 368	11,9%	-237 629	-7,3%
Subsídios	100	0,0%	100	0,0%	0	0,0%
Outras despesas correntes	243 000	1,0%	248 000	1,0%	5 000	2,1%
Despesas de Capital	7 265 815	29,2%	7 431 223	29,5%	165 408	2,3%
Aquisição de bens de capital	3 381 823	13,6%	3 159 200	12,6%	-222 623	-6,6%
Transferências de capital	764 362	3,1%	1 000 945	4,0%	236 583	31,0%
Activos financeiros	177 124	0,7%	177 124	0,7%	0	0,0%
Passivos financeiros	2 942 506	11,8%	3 093 754	12,3%	151 248	5,1%
Outras despesas de capital	0	0,0%	200	0,0%	200	-
Total	24 918 447	100,0%	25 158 102	100,0%	239 655	1,0%

Conforme se extrai da leitura do quadro anterior, que estabelece a comparação com os valores orçamentados para o exercício de 2015 prevê-se que as Despesas Correntes, em 2016, em termos de variação fiquem sensivelmente estagnadas (+0,4%), e simultaneamente que as Despesas de Capital aumentem (+2,3%).



2. Despesas correntes

As despesas correntes mantêm uma estrutura idêntica à prevista para 2015, salientando-se as despesas com pessoal e as despesas com a aquisição de bens e serviços, que representam, em conjunto, 55,7% do total das mesmas.

As despesas correntes incluem as despesas com o pessoal, a aquisição de bens e serviços, as transferências correntes, os Subsídios, os juros e outros encargos e outras despesas correntes.

Recorda-se que a existência de um superavit corrente entre a receita corrente e a despesa corrente não resulta apenas do excesso das receitas correntes sobre as despesas da mesma natureza, mas é justificado com o deferimento de despesa corrente e que será dotada com a entrada do saldo da Gerência anterior para 2015 estimado em cerca de 7,5 milhões de euros.

Esta metodologia permite, por um lado, o cumprimento da regra do Equilíbrio Orçamental nos termos do artigo 40.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, em que prevê que a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos. Por outro lado, possibilita também a existência de dotação necessária para a realização dos investimentos, que iniciaram os procedimentos concursais em 2015 e serão objeto de candidaturas no âmbito do Portugal 2020. Assim, se compreende que este superavit corrente financie em idêntico valor as despesas de capital.

2.1 Despesas com pessoal

As Despesas com o Pessoal assumem-se, como é inevitável, como a maior parcela do orçamento municipal, no montante de 7.644 mil euros, e representa 30,4% do total da despesa, verificando-se um ligeiro aumento previsional da ordem dos 57 mil euros (+0,8%), justificado essencialmente, pelas necessidades de recrutamento identificadas no segundo semestre de 2015, designadamente ao nível do funcionamento dos Espaços do Cidadão no Concelho do Marco de Canaveses (decorrente do protocolo celebrado entre o Município do Marco de Canaveses e a Agência para a Modernização Administrativa - AMA) e da organização de serviços internos de segurança e saúde no trabalho (decorrente da legislação vigente e da consulta efetuada às entidades competentes neste domínio).

Q.7 – Despesas com pessoal por natureza económica

(Un.: euro)

Designação	Anos					
	2015		2016		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Remunerações Certas e Permanentes	5 565 190	73,4%	5 602 500	73,3%	37 310	0,7%
Abonos Variáveis ou eventuais	231 102	3,0%	236 102	3,1%	5 000	2,2%
Segurança Social	1 790 000	23,6%	1 805 000	23,6%	15 000	0,8%
Encargos com a saúde	400 000	5,3%	400 000	5,2%	0	0,0%
Subsídio Familiar a Crianças e Jovens	60 000	0,8%	60 000	0,8%	0	0,0%
Outras Prestações Familiares	10 000	0,1%	10 000	0,1%	0	0,0%
Contribuições para a Segurança Social	1 145 000	15,1%	1 160 000	15,2%	15 000	1,3%
Assist. na doença a funcionários públicos	10 000	0,1%	10 000	0,1%	0	0,0%
Caixa Geral Aposentações	950 000	12,5%	950 000	12,4%	0	0,0%
Segurança social - Regime geral	185 000	2,4%	200 000	2,6%	15 000	8,1%
Acidentes em serviço e doenças profissionais	20 000	0,3%	20 000	0,3%	0	0,0%
Outras Pensões	30 000	0,4%	30 000	0,4%	0	0,0%
Seguros	125 000	1,6%	125 000	1,6%	0	0,0%
TOTAL	7 586 292	100,0%	7 643 602	100,0%	57 310	0,8%

Uma análise dos valores por subagrupamento permite, pelos motivos explanados, confirmar o ligeiro aumento das despesas com pessoal que ocorre nas remunerações certas e permanentes e consequentemente nos encargos com a Segurança Social e que representam, em termos absolutos, 52 mil euros.

As necessidades de recrutamento identificadas justificam o aumento das remunerações certas e permanentes e consequentemente, o aumento dos encargos no subagrupamento Segurança social, no valor absoluto de 15 mil euros, e valor percentual de 0,8%.

Estas situações, resultantes das políticas de descentralização de competências da administração central para a administração local, e das alterações do quadro legislativo aplicável ao setor público, invertem a tendência para a diminuição das remunerações certas e permanentes que seria expectável, face à redução de trabalhadores imposta pela Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015.

Efetivamente, à semelhança do que sucedeu nos dois últimos anos, o Município conseguiu, no período de tempo decorrido, garantir o cumprimento da redução de trabalhadores em 2% a que se encontrava



obrigado, por força do artigo 63º da Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro, tendo-se verificado a saída de 8 trabalhadores (6 por motivo de aposentação e 2 por motivo de falecimento).

Esta diminuição de despesa encontra-se, no entanto, anulada pelo recrutamento dos 15 trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalho, para além dos 24 técnicos superiores de Desporto para as Atividades de Enriquecimento Curricular contratados anualmente.

No que respeita ao subagrupamento Abonos variáveis ou eventuais, regista-se uma variação de 2,2%, correspondente a um aumento de 5 mil euros, resultante do reconhecimento do direito ao abono para falhas a alguns trabalhadores do Município.

Independentemente das medidas que venham a ser adotadas em matéria de reduções remuneratórias, como medidas excecionais de estabilidade orçamental, o Município mantém, prudentemente, a dotação das remunerações ilíquidas, na totalidade, no subagrupamento remunerações certas e permanentes, face à incerteza do tratamento futuro desta questão, ou seja, não contempla as reduções remuneratórias vigentes durante o ano de 2015.

A redução do número de trabalhadores que tem vindo a ser imposta pelos sucessivos orçamentos de Estado, com especial exigência para os Municípios em situação de desequilíbrio financeiro estrutural, tem resultado numa difícil gestão dos recursos humanos em determinados setores de atividade, sendo as possibilidades de recrutamento cada vez mais escassas.

Neste contexto, refere-se que a previsão dos recrutamentos ainda estão pendentes de autorização pelos membros do Governo competentes, encontrando-se a decorrer as diligências necessárias ao recrutamento. Em função do ano civil em que tal recrutamento venha a efetivar-se, pode vir a verificar-se a necessidade de reafetação da despesa indicada, em termos de rúbrica orçamental.

Tendo em atenção eventuais rescisões por mútuo acordo no Município, a rúbrica de indemnizações por cessação de funções contempla o valor de 107.500 euros destinados a avaliar eventuais situações que possam vir a ocorrer neste domínio.

Aos encargos com remunerações certas e permanentes e aos abonos variáveis e eventuais continuam a ser aplicadas as restrições às valorizações ou acréscimos remuneratórios decorrentes de promoções ou progressões.



A despesa com a Segurança Social, que no seu conjunto engloba as contribuições para as diversas entidades de segurança social para além dos encargos com a saúde, seguros e subsídios e prestações familiares, representa 23,6% das despesas com pessoal.

Em termos absolutos destacam-se as contribuições para a Segurança Social dos funcionários públicos: CGA e Segurança Social-Regime Geral, e os encargos com a saúde, nos montantes de 950; 200 e 400 mil euros, respetivamente.

A previsão das despesas com o pessoal foi efetuada, **tendo em atenção o disposto na alínea e) do n.º 3.3 – Regras Previsionais** do Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro.

2.2 Despesas com aquisição de bens e serviços

A implementação de procedimentos internos definidos no âmbito da gestão orçamental associados à centralização e operacionalização da contratação pública e da gestão de armazém permitiram um maior controlo e monitorização da despesa e consequentemente um maior grau de execução. Os mecanismos adotados ao nível da centralização das requisições e controlo da despesa efetuada pelo setor de Aprovisionamento e Compras articulado com a gestão de stocks, a adoção da plataforma das compras eletrónicas para procedimentos concursais superiores ao ajuste direto simplificado, a otimização e rentabilização dos recursos através das sinergias desenvolvidas pelas direções municipais e o próprio Executivo, continuam a ser os instrumentos fundamentais à prossecução do controlo e otimização da Despesa.

O agregado económico de Aquisição de bens e serviços sofre um aumento de dotação orçamental que se cifra em (+9,0%) e simultaneamente verifica-se a existência de um superavit corrente no valor de cerca de 6,2 milhões de euros, que resulta em parte do deferimento de despesa corrente e que será dotada com a entrada do saldo da Gerência anterior para 2016 estimado em cerca de 7,5 milhões de euros.

Esta metodologia permite, por um lado, o cumprimento da regra do Equilíbrio Orçamental nos termos do artigo 40.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, em que prevê que a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos. Por outro lado, possibilita também a existência de dotação necessária para a realização dos investimentos, em que alguns já iniciaram os procedimentos concursais em 2015



nomeadamente ao nível do Saneamento e Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares. Acresce ainda investimentos na Construção de Passeios, na Habitação Social – Eficiência energética e na Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza que serão objeto de candidaturas no âmbito do Portugal 2020. Assim, se compreende que este superavit corrente financie em idêntico valor as despesas de capital.

O Município procura sempre limitar a aquisição de bens e serviços à necessidade de se assegurar o normal desenvolvimento da atividade municipal não obstante estar sujeito a aumentos de preços praticados ao nível de determinadas aquisições de bens e serviços e cujas variáveis exógenas não controla, como é o caso dos encargos das instalações e equipamentos, designadamente ao nível do custo da Eletricidade e dos Combustíveis. A atualização do valor da retribuição mínima mensal garantida ocorrida em outubro de 2014 continua a refletir-se no custo da mão-de-obra e por conseguinte nos preços dos bens e serviços.

Verifica-se que algumas rubricas deste agrupamento de despesas decrescem face ao ano anterior, destacando-se os **Combustíveis e lubrificantes** (-3,2%) especificamente no **Gasóleo** pela baixa dos preços praticados no seu fornecimento no mercado nacional e pela racionalização da utilização do parque automóvel. A despesa com **aquisição de bens Outros Bens** estabiliza, prevendo-se reduzir em (-1,0%) ao nível dos bens e materiais para obras por administração direta e definição de prioridades na conservação de equipamentos municipais, aproveitando a mão-de-obra municipal existente. No que concerne à rubrica **Material de Educação, Cultura e Recreio** os montantes também diminuem tendo em conta os investimentos já realizados nesta área. Verifica-se ainda um aumento no valor de cerca de 114 mil euros em despesas relacionadas com **prestações de serviços** referentes a **Estudos, projetos, pareceres e consultoria** justificados em parte pela necessidade de projetos relacionados com a preparação das candidaturas ao quadro comunitário de apoio Portugal 2020. Verifica-se ainda uma diminuição no valor de cerca de 43 mil euros em despesas relacionadas com as **prestações de serviços** necessárias no âmbito da atividade municipal e que se prendem com a aplicação da redução remuneratória aos contratos de prestações de serviços nos termos do artigo 75.º da LOE 2015.



No que se refere à classificação económica **Limpeza e Higiene** verificou-se no ano de 2014 e 2015 atualizações anuais do preço praticado em mais 1,5% e 1,225%, respetivamente na prestação de serviço referente à recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos.

As medidas de diminuição de dotação previsível foram estrategicamente definidas de forma a não prejudicar o nível do desempenho do Município nas competências essenciais inerentes ao normal desenvolvimento da atividade autárquica.

Salienta-se que existem contratos sempre presentes e com elevado peso em termos orçamentais, dos quais se destacam os encargos com as instalações, as prestações de serviços na área dos Resíduos Sólidos e Urbanos, as prestações de serviços ao nível do desenvolvimento da atividade municipal para as áreas Social, da Cultura, Educação e Desporto e Outros só possível numa perspetiva plurianual. Estes compromissos contam com uma contribuição do Saldo da Gerência Anterior mais elevado (7,5 milhões de euros) face aos anos anteriores atendendo ao esforço por parte do Órgão Executivo na constituição de poupança e à aprovação de candidaturas no regime de Overbooking que permitiram participação comunitária no montante de cerca de 819 mil euros.

À semelhança dos anos anteriores a poupança financeira conseguida é fundamental para permitir a execução de empreitadas e investimentos com apenas autofinanciamento autárquico e possibilitar concomitantemente a realização dos projetos estratégicos do Concelho determinados no âmbito da definição prévia dos Investimentos Territoriais Integrados através da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, submetendo-os através de candidaturas ao novo quadro comunitário "Portugal 2020".

2.3 Encargos correntes da dívida

Os mercados financeiros mantêm as previsões de retoma numa perspetiva de médio prazo o que tem possibilitado a estabilização da despesa corrente com os juros e outros encargos para níveis históricos, pelo que se prevê a manutenção no próximo ano de 2016 desse impacto positivo na despesa corrente da Autarquia. Ainda assim, a atual previsão dos juros e encargos para 2016 irá atingir o valor de 407 mil euros, resultante da indexação das taxas de juro à taxa de juro de referência Euribor. Estes encargos financeiros aumentaram com a contração do empréstimo adicional de 2,6 milhões de euros e implicaram novos encargos financeiros para mais 16 anos a partir de 2014.



2.4 Transferências correntes

As Transferências Correntes registam uma diminuição de (-7,3%), representando em termos absolutos um valor de cerca de 3 milhões de euros e que se deve essencialmente à celebração dos contratos interadministrativos na área da Educação, Resíduos Sólidos e acordos de execução na área das Vias da delegação de competências.

Assim sendo, prevê-se uma ligeira diminuição das transferências para as Freguesias justificado com alguns pagamentos desfasados, cifrando-se num total de verba transferida de cerca de 2,4 milhões euros. Neste agrupamento figuram os valores previstos no âmbito do funcionamento do Ensino Pré-escolar, Primeiro ciclo do Ensino Básico; da manutenção dos Estabelecimentos Escolares e Espaços envolventes, da Limpeza de Vias e Espaços Públicos, bem como da manutenção dos contratos interadministrativos para apoio em todas as Freguesias.

No que se refere às Instituições sem fins lucrativos a dotação prevista cifra-se em cerca de 412 mil euros, o que revela a manutenção do esforço realizado pela Autarquia em apoiar as Coletividades do Concelho.

Nas transferências para as Associações de Municípios estão previstas participações de despesas correntes para as quotas anuais da Associação Municípios do Baixo Tâmega e eventual gestão de projetos. Para a Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, encontra-se inscrita a participação do Município o nível das quotas e na candidatura ao estágios PEPAL – Ano 2016,

3. Despesas de capital

3.1 Transferências de Capital

Face à atual conjuntura do país, prevê-se uma recuperação moderada da economia, pelo que o Município vê-se confrontado com uma realidade económica e financeira ainda difícil, agravada pelos condicionalismos do Contrato de Reequilíbrio Financeiro e pela contração do empréstimo adicional de 2,6 milhões de euros utilizados em 2014. No entanto, o Órgão Executivo procura manter a contraciclo o nível das Transferências de Capital, sendo visível o esforço de manutenção do montante de participação



que se cifra em 350 mil euros destinados aos investimentos de todas as Juntas de Freguesia do Concelho para o ano 2016.

Consolida-se a vontade deste Órgão Executivo em continuar a apoiar os investimentos de todas as Juntas de Freguesia e das entidades sem fins lucrativos, pese embora esta vontade esteja doravante sempre limitada e condicionada, por um lado, à evolução do serviço da Dívida indexada taxa de juro de referência Euribor; e, por outro lado, às variações dos montantes de transferências provenientes do Estado definidos normalmente em Orçamento Geral do Estado.

Relembre-se que a regularização dos compromissos através das Transferências de Capital resultantes da dívida contraída pelo Órgão Executivo cessante em 2005 e assumida pelo atual Órgão Executivo regularizadas no ano de 2014, com a contração do empréstimo adicional de 2,6 milhões de euros, implicaram encargos financeiros para mais 16 anos.

3.2 Estrutura do Investimento

Em 2016, o Investimento direto definido e executado pelos serviços da autarquia, estima-se que ascenda aos 3,2 milhões euros, ou seja menos (-6,6%) que o orçamentado em 2015 justificado pela execução de empreitadas com recurso apenas a autofinanciamento autárquico e consequente inexistência de comparticipações comunitárias tendo em conta o início do novo quadro comunitário Portugal 2020.

Saliente-se que o Município só consegue potenciar novos investimentos estratégicos com recurso a autofinanciamento devido à poupança financeira alcançada nestes últimos anos. Esta poupança é conseguida pelo “efeito combinado” do aumento da Receita, nomeadamente dos Impostos diretos e Fundos Comunitários e pela diminuição da Despesa, designadamente a redução dos encargos anuais.

Importa referir que a existência da assunção de compromissos resultantes de acordos de processos judiciais com terceiros (designadamente entre a Câmara Municipal, a empresa M2S, Construções Lda. e a Triagem – Sociedade Imobiliária, Limitada); de protocolos de cedências e de acordos no âmbito do PDM entre a Câmara Municipal e terceiros deverão ser acomodados em matéria de despesa com carácter plurianual.



Assim, para concretizar os novos investimentos será fundamental a aposta nas candidaturas comunitárias de forma a permitir a alavancagem necessária para a execução dos projetos estratégicos do Concelho determinados no âmbito da definição dos Investimentos Territoriais Integrados através da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa.

O grau de execução do volume de investimentos a realizar resulta da capacidade de alavancagem financeira proporcionada pela aprovação dos novos fundos comunitários para 2014-2020. Assim, considera-se prioritária a realização de investimentos estruturais para o concelho do Marco de Canaveses ao nível do Saneamento, Abastecimento de Água, Educação, Administração Geral, Rede Viária, Cultura, Desporto, Recreio e Lazer, Eficiência Energética e Habitação.

A execução destas empreitadas em carteira, cujos projetos serão objeto de candidaturas a financiamentos comunitários no âmbito do novo quadro comunitário de apoio "Portugal 2020", irá sempre depender da capacidade de criação de poupança financeira condicionada às variações do serviço da dívida do Plano de Reequilíbrio Financeiro e do controlo da Despesa municipal.

Assim sendo, a limitação das despesas de investimento resulta dos condicionalismos impostos pelo Contrato de Reequilíbrio Financeiro que as fixam em montante limitado ao valor global da receita corrente, acrescido da componente capital do Fundo de Equilíbrio Financeiro, deduzido das despesas obrigatórias. Estes condicionalismos mantêm-se para o ano económico de 2016 através das medidas de controlo mensal orçamental da despesa com a aplicação da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro - Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA) na sua redação atualizada que condiciona a assunção de novos compromissos à existência de Fundos disponíveis municipais. Acresce ainda a necessidade de garantir o cumprimento da regra do Equilíbrio Orçamental nos termos do artigo 40.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro.

O Plano apresenta, também, a orientação estratégica ao nível dos investimentos para o quadriénio do Órgão Executivo. Destaca-se a aposta em áreas como o Saneamento, Abastecimento de Água, Ensino, Administração Geral, Cultura, Desporto, Recreio e Lazer, Transportes Rodoviários e Habitação.



4. Serviço da Dívida

A atual situação dos mercados financeiros mantém baixas as taxas de juro praticadas e em níveis históricos, sendo o **peso dos juros e outros encargos de 1,8% da despesa total em 2016**.

Importa de lembrar que não pode ser ignorada a **enorme dependência do serviço da dívida de fatores exógenos ao controlo do Município**, designadamente eventuais subidas das taxas de juro de referência.

O peso do serviço da dívida **representa 13,9% da despesa total**. Este agregado económico é, também pela sua natureza, uma despesa orçamental que importa analisar, e em relação à qual se estima um montante elevado ao nível da amortização dos empréstimos do Contrato de Reequilíbrio Financeiro, em termos absolutos, cerca de 3.094 mil euros.

Considerando o encaixe financeiro do empréstimo adicional de 2,6 milhões de euros em 2014, o efeito gerado para o serviço da dívida representa um encargo adicional ao longo de 16 anos. Assim sendo, o peso do agregado **Passivos Financeiros** representará **41,6% da despesa de capital do Município**.

Os encargos globais do serviço da dívida previstos totalizam **3.500 mil euros**, e decorrem, na sua globalidade, para o limite de capacidade de endividamento do Município, que está impedido, nos próximos 16 anos, de contrair empréstimos e de assumir encargos que não estejam previstos no Plano de Reequilíbrio Financeiro. O Mapa de Empréstimos do ponto IV – Anexos (Empréstimos – Previsão de Encargos 2016), permite visualizar a informação dos encargos discriminados por instituição de crédito.

5. Classificação Funcional das Despesas Autárquicas

A totalidade da despesa, definida e não definida, são distribuídas por funções e subfunções de acordo com os objetivos finais a realizar pela Autarquia, conforme se apresenta no quadro 8.

A metodologia adotada para a distribuição da despesa pelas diferentes funções segue de perto as atividades desenvolvidas pelas respetivas direções de serviço, procedendo-se à imputação direta dos respetivos encargos.



Estando a maior parte das atribuições e competências das autarquias centradas nas Funções Sociais do Estado, é esta, a função que maior parcela absorverá do orçamento municipal (representando 63,0% do orçamento global). Destacam-se as subfunções: Serviços Auxiliares de Ensino; Administração Geral; Saneamento, Resíduos Sólidos; Transferências entre Administrações e Transportes Rodoviários cujos montantes investidos orçam 2.993 mil euros, 2.119 mil euros, 1.199 mil euros, 1.273 mil euros, 1.180 mil euros, 761 mil euros, respetivamente. No entanto, as Funções Gerais terão, também, em 2016, um peso bastante significativo no total orçamentado (19,3%).

Em suma, relativamente à Função Social, verifica-se que sobressaem as subfunções: A função Habitação e Serviços Coletivos com o peso de 28,4% no Orçamento global, que absorverá 3.263 mil euros, nomeadamente nos Resíduos Sólidos (11,1% do orçamento global), Saneamento (10,4% do orçamento global), Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza (3,2% do orçamento global) e Ordenamento do Território (1,8% do orçamento global).

A função Habitação e Serviços Coletivos representa (28,4% do orçamento Global), Educação (27,6% do orçamento global); Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos (6,7% da Despesa) e Segurança e Ações Sociais (0,3% do orçamento global). A subfunção Serviços Auxiliares de Ensino ao apresentar-se como aglutinadora de 26,0% do orçamento global aparece como a finalidade privilegiada nas atividades delineadas pela Autarquia no montante de 2.993 mil euros.

No que diz respeito às Funções Gerais, é a subfunção Administração Geral a mais expressiva em termos de aplicação, representando 18,4% do Orçamento.

Q.8 - Grandes Opções do Plano/Áreas de Intervenção

(Un.: euro)

ORÇAMENTO 2016 Função / Subfunções	Grandes Opções do Plano		Total	%
	Definido	Não Definido		
1 Funções Gerais	2 216 750	0	2 216 750	19,3%
1.1.0 Serviços Gerais de Adminis. Pública	2 118 750	0	2 118 750	18,4%
1.1.1 Administração geral	2 118 750		2 118 750	18,4%
1.2.0 Segurança e Ordem Públicas	98 000	0	98 000	0,9%
1.2.0 Segurança e Ordem Públicas	50 000		50 000	0,4%
1.2.1 Proteção civil e luta contra incêndios	48 000			
2 Funções sociais	7 245 763	0	7 245 763	63,0%
2.1.0 Educação	3 176 600	0	3 176 600	27,6%
2.1.1 Ensino não superior	184 100		184 100	1,6%
2.1.2 Serviços auxiliares de ensino	2 992 500		2 992 500	26,0%
2.2.0 Saúde				
2.2.1 Serviços individuais de saúde				
2.3.0 Segurança e Ações Sociais	35 000	0	35 000	0,3%
2.3.1 Segurança social				
2.3.2 Acção social	35 000		35 000	0,3%
2.4.0 Habitação e Serviços Coletivos	3 262 713	0	3 262 713	28,4%
2.4.1 Habitação	190 500			
2.4.2 Ordenamento do território	210 845		210 845	1,8%
2.4.3 Saneamento	1 199 000		1 199 000	10,4%
2.4.4 Abastecimento de água	26 600	0	26 600	0,2%
2.4.5 Resíduos sólidos	1 272 768		1 272 768	11,1%
2.4.6 Proteção do meio ambiente e conservação da natureza	363 000		363 000	3,2%
2.5.0 Serv. Culturais, Recreat. e Religiosos	771 450	0	771 450	6,7%
2.5.1 Cultura	228 600		228 600	2,0%
2.5.2 Desporto, recreio e lazer	482 850		482 850	4,2%
2.5.3 Outras atividades cívicas e religiosas	60 000		60 000	0,5%
3 Funções Económicas	865 500	0	865 500	7,5%
3.1.0 Agricultura, Pecuária, Silv., Caça e Pesca	-	0	-	0,0%
3.2.0 Indústria e energia	44 200	0	44 200	0,4%
3.3.0 Transportes e Comunicações	761 200	0	761 200	6,6%
3.3.1 Transportes rodoviários	761 200		761 200	6,6%
3.4.0 Comércio e Turismo	60 100	0	60 100	0,5%
3.4.1 Mercados e Feiras e Turismo	-			
3.4.2 Turismo	60 100		60 100	0,5%
3.5.0 Outras funções económicas				
4 Outras Funções	1 179 824	0	1 179 824	10,3%
4.1.0 Operações da dívida autárquica	100		100	0,0%
4.2.0 Transf.entre administrações	1 179 724		1 179 724	10,3%
4.3.0 Diversas não especificadas				
Total	11 507 837	0	11 507 837	100,0%



6. Plano Plurianual de Investimentos

O Plano Plurianual de Investimentos (P.P.I), da autarquia, inclui, num horizonte móvel de quatro anos, todos os projetos e ações a realizar no âmbito dos objetivos estratégicos e operacionais estabelecidos para o plano de médio e longo prazo, explicitando a respetiva previsão da despesa. O P.P.I. contém, por isso, devidamente discriminados os projetos e ações que apliquem despesas orçamentais a realizar por investimentos, coincidindo, assim, o seu total definido com o total da rubrica 07 – aquisições de bens de capital.

O Plano Plurianual de Investimentos, obedece aos documentos normalizados e integrados no POCAL, nomeadamente o quadro apresentado no ponto 7.1 do respetivo Decreto-Lei por: grupos económicos; áreas de atuação (objetivo, programa, projetos e ações) e ainda discriminar a forma de realização das ações (empreitadas, fornecimentos ou outros), datas de início e fim, montantes previstos para o ano e anos seguintes, bem como as respetivas fontes de financiamento.

O mapa (Plano Plurianual de Investimentos), em anexo, descreve por Objetivos do Plano, os montantes anuais previstos para o investimento a executar apenas pelos serviços da Autarquia distinguindo-se, em 2016, os valores com financiamento definido e os valores com financiamento não definido.

A análise pormenorizada do Plano Plurianual de Investimentos permitirá identificar a ação, a sua finalidade, a entidade responsável pela sua execução, a dotação atribuída e a sua extensão temporal.

7. Grandes Opções do Plano

O mapa (Grandes Opções do Plano), em anexo, mostra as Grandes Opções do Plano discriminadas por objetivos, programas, projetos e ações, explicitando a respetiva previsão de despesas a realizar tanto por investimentos como por outras rubricas económicas do Orçamento.

Estes documentos estruturantes consubstanciam uma estratégia de desenvolvimento para o concelho do Marco de Canaveses. Esta estratégia visa dar um rumo ao seu desenvolvimento e modernização, apostando, na Educação, na Administração Geral, no Ambiente, no Saneamento, no Abastecimento de Água, na Cultura, na Tecnologia e Inovação, no Conhecimento e num amplo conjunto de Políticas Sociais.



As Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2016, embora marque o início de um novo Quadro Comunitário de Apoio, define a continuidade de projetos, com destaque **para** projetos estratégicos do Concelho com a elaboração do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, recorrendo ao instrumento regulamentar dos Investimentos Territoriais Integrados através da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa.

Foram definidas candidaturas pelo Município no âmbito do Portugal 2020, em áreas tão diversas como na **Proteção Civil** através de Aquisição de equipamento de radiocomunicações de emergência – SIRESP, Revisão do Plano Municipal de Emergência da Proteção Civil, Elaboração de Planos de Prevenção e Emergência para os Estabelecimentos de Ensino, Construção de pontos de água (abastecimento de viaturas e helicópteros de combate a incêndios florestais); **Construção de equipamentos com vista à sua conversão em creches; Edifícios Escolares – Intervenções na rede de Educação Pré-escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico; Modernização Administrativa dos serviços públicos** através do Balcão Único de Atendimento Integrado com plataforma AMA, da Plataforma de Gestão Urbanística; do Modelo Integrado de atendimento descentralizado (5 espaços do cidadão/loja do Cidadão), entre outros; **Estabelecimentos de Ensino – Reabilitação energética dos edifícios; Instalações Desportivas – Reabilitação energética das instalações desportivas/Pavilhão Bernardino Coutinho; Instalações Desportivas – Reabilitação energética das instalações desportivas/Piscinas Municipais de Alpendorada; Iluminação Pública - Colocação de reguladores de fluxo luminoso na rede de IP do concelho de Marco de Canaveses e Marco de Canaveses Empreendedor (viveiros de empresas).**

O novo quadro de apoio para 2014-2020 designado “Portugal 2020” será um instrumento fundamental para a realização deste conjunto significativo de candidaturas pretendidas pelo Município tais como a continuação da ampliação da rede de Saneamento básico, do Abastecimento de Água ao Concelho, da implementação de sistemas de informação, a beneficiação da rede viária do concelho, a Eficiência Energética da Iluminação Pública, Requalificação do Parque Escolar no âmbito da Carta Educativa, entre outros.

O Município deve continuar a assumir o papel de agente dinamizador para combater a estagnação económica e crise social que se vive em Portugal, associado à diminuição da atividade, sobretudo no sector industrial e na construção civil. É perceptível o impacto no Orçamento para 2016, que se traduz na



diminuição da arrecadação de receita própria da Autarquia, na limitação da Despesa através das medidas mensais de controlo orçamental da despesa com a aplicação da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro - Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA) e no cumprimento da regra do Equilíbrio Orçamental nos termos do artigo 40.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro.

No entanto, a Autarquia Local deve apostar numa estratégia de maximização dos recursos escassos para assegurar a atividade municipal e potenciar, dentro dos condicionalismos existentes, a otimização do bem-estar social dos cidadãos. Para isso, os fundos de "Portugal 2020" devem ser aproveitadas numa nova lógica preconizada de estímulo à economia e fomentar a competitividade e a internacionalização; valorizar o capital humano através da Educação e da Formação, combater o Desemprego e potenciar o Património Cultural como ativo económico de sustentabilidade territorial em parceria com as Freguesias, Associações / Coletividades.

Nas Grandes opções do Plano, são definidas as linhas de desenvolvimento estratégico da Autarquia e incluem o Plano Plurianual de Investimentos e as Atividades Mais Relevantes da gestão autárquica, absorvendo não só despesas de capital como despesas correntes.

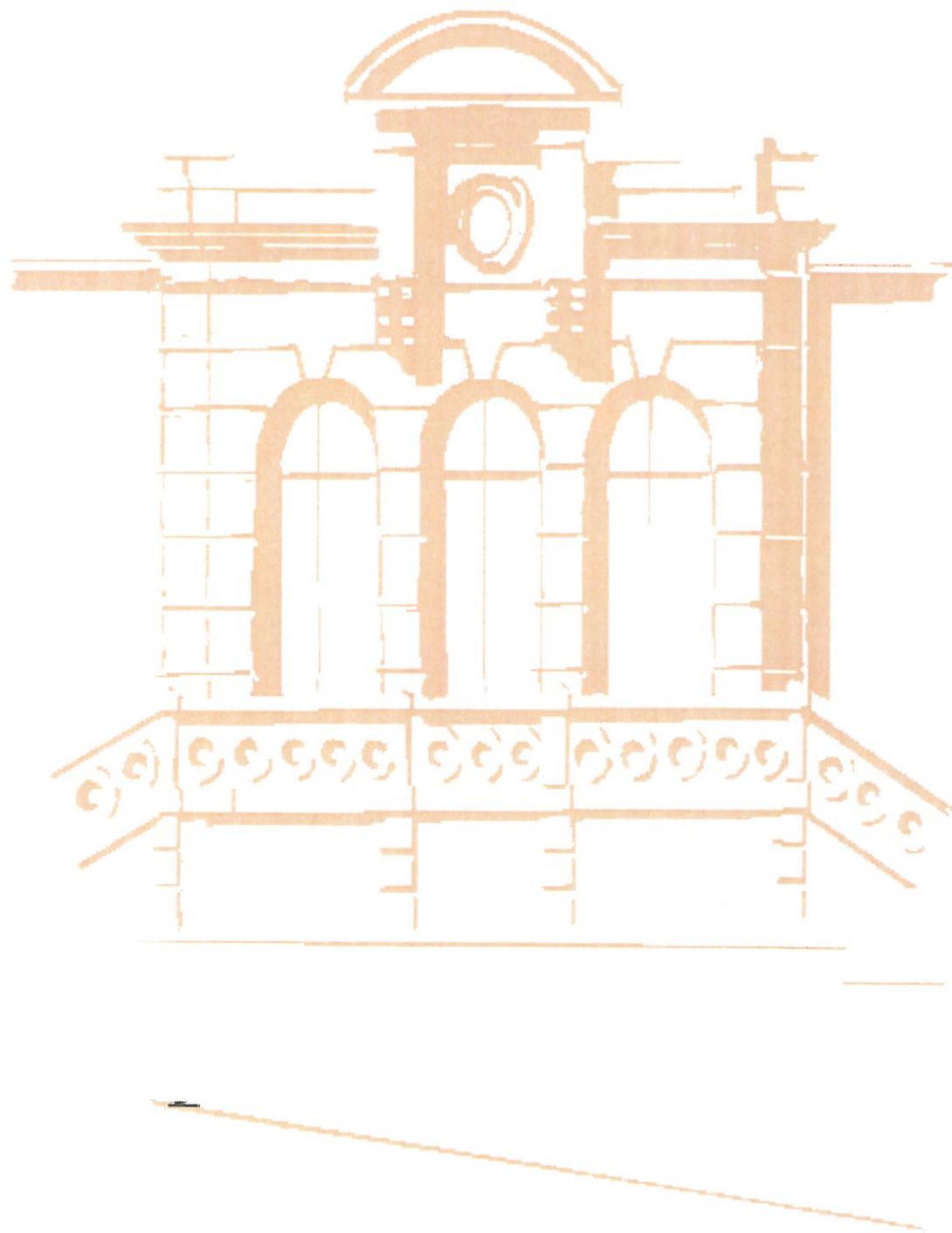
O valor global definido e não definido das Grandes Opções do Plano, apresentado para 2016, é de 11.508 mil euros dos quais 3.159 mil euros se referem ao Plano Plurianual de Investimentos e 8.349 mil euros se referem ao conjunto de ações identificadas como Ações Relevantes.

Por fim, importa esclarecer que são apresentadas as linhas estratégicas do Órgão Executivo num plano bastante ambicioso a quatro anos, que totaliza investimentos na ordem dos 90 milhões de euros, a serem contemplados, no âmbito da aplicação da política comunitária de coesão económica e social deste novo quadro comunitário de apoio para Portugal.

IV- Anexos

- 1- Resumo do Orçamento para o Ano 2016
- 2- Orçamento da Receita
- 3- Orçamento da Despesa
- 4- Empréstimos (Previsão de Encargos 2016 e Execução 2015)
- 5- Plano Plurianual de Investimentos (Mapa)
- 6- Plano de Atividades Mais Relevantes (Mapa)
- 7- Grandes Opções do Plano (Mapa)
- 8- Mapa demonstrativo do Equilíbrio Orçamental
- 9- Mapa das Transferências para as Juntas de Freguesia 2016
- 10- Mapa de Pessoal 2016
- 11- Propostas de Gestão das Despesas com Pessoal – 2016
- 12- Mapa das Responsabilidades Contingentes e Provisões
- 13- Mapa das Entidades Participadas pelo Município

1- Resumo do Orçamento para o Ano 2016



Município de Marco de Canaveses

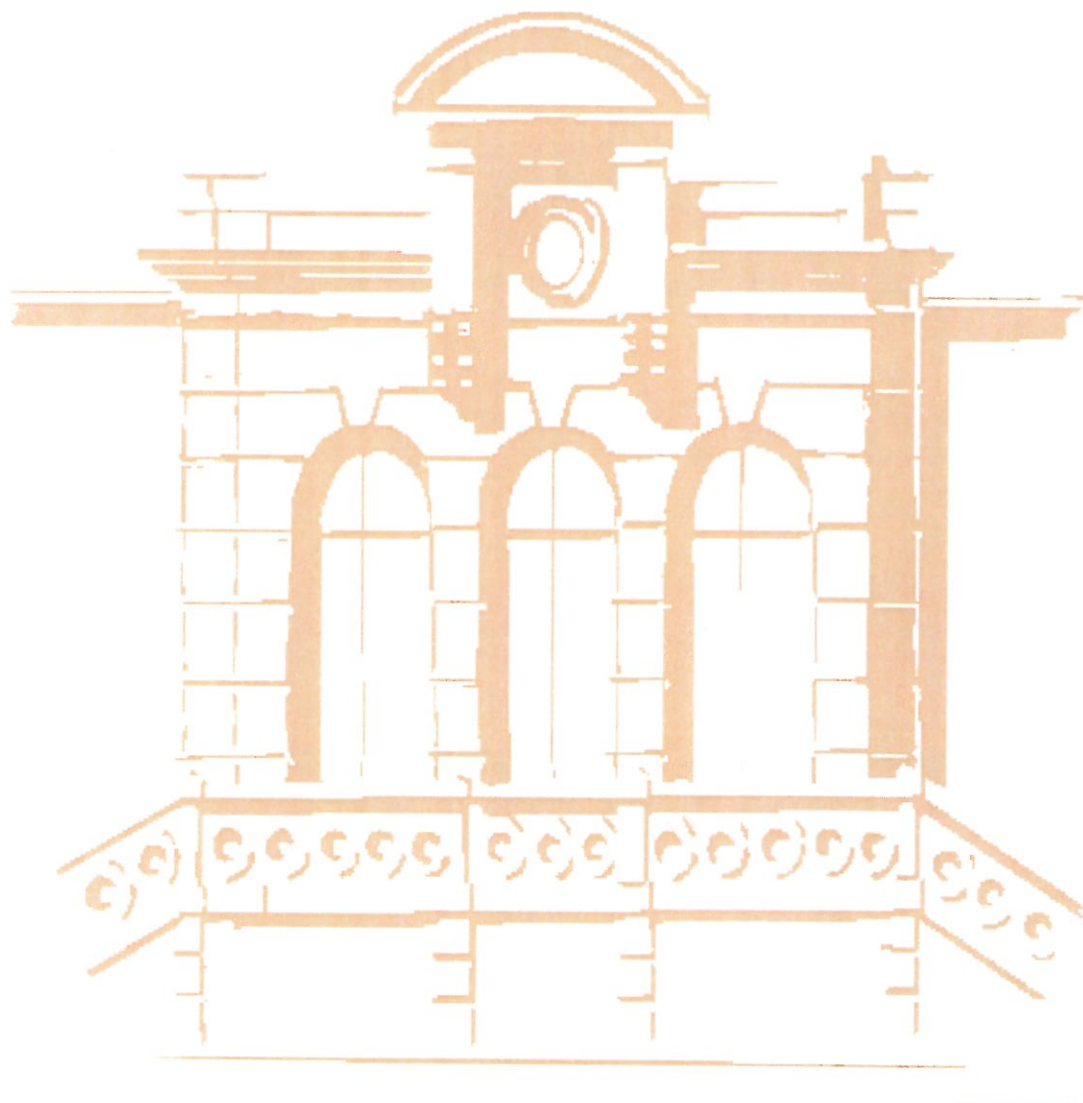
RESUMO DO ORÇAMENTO PARA O ANO 2016

Receitas	Montante (€)	Despesas	Montante (€)
Correntes	23 963 316	Correntes	17 726 879
Capital	1 194 786	Capital	7 431 223
Total:	25 158 102	Total:	25 158 102
Serviços Municipalizados	0	Serviços Municipalizados	0
Total Geral:	25 158 102	Total Geral:	25 158 102

ORGÃO EXECUTIVO
 Em 30 de Outubro de 2015
Manuel Chaves

ORGÃO DELIBERATIVO
 Em 18 de Novembro de 2015
 A. J. - - - - -

2- Orçamento da Receita



Município de Marco de Canaveses

ORÇAMENTO PARA O ANO 2016 - Receita

Código	Designação	Montante
Class. Económica		€
01	Impostos directos	
0102	Outros	
010202	Imposto municipal sobre imóveis	4 458 519
010203	Imposto único de circulação	1 139 255
010204	Imposto municipal sobre transm. onerosas imóveis	728 058
010205	Derrama	368 488
010207	Impostos abolidos	
01020701	Contribuição autárquica	2 344
01020702	Imposto municipal de sisa	25 384
	Total do Capítulo Económico 01:	6 722 048
02	Impostos indirectos	
0202	Outros	
020206	Impostos indirectos específicos das autarq.localis	
02020602	Loteamentos e obras	
0202060201	Loteamentos	188
0202060202	Alvará de Loteamento	498
0202060203	Taxa de Urbanização	185
0202060204	Taxa de Cedência	7 652
0202060205	Licença de Obras	34 071
0202060206	Averbamento	94
0202060207	Vistorias	304
0202060209	Prorrogação	1 067
0202060210	Aditamento	2 864
0202060299	Outros	610
02020603	Ocupação da via pública	3 584
02020605	Publicidade	1 863
02020699	Outros	
0202069901	Taxa municipal de direitos de passagem	7 692
0202069902	Taxa de depósito da ficha técnica da habitação	174
0202069999	Outros	8 963
	Total do Capítulo Económico 02:	69 809
04	Taxas, multas e outras penalidades	
0401	Taxas	
040123	Taxas específicas das autarquias locais	
04012301	Mercados e feiras	7 633
04012302	Loteamentos e obras	
0401230201	Loteamentos	315

Município de Marco de Canaveses

ORÇAMENTO PARA O ANO 2016 - Receita

Código Class. Económica	Designação	Montante €
0401230202	Alvará de Loteamento	4 133
0401230203	Taxa de Urbanização	2 029
0401230204	Taxa de Cedência	9 138
0401230205	Licença de Obras	101 307
0401230206	Averbamento	344
0401230207	Vistorias	772
0401230208	Prescrições	181
0401230209	Prorrogação	12 686
0401230210	Aditamento	2 229
0401230299	Outros	2 106
04012303	Ocupação da via pública	93
04012305	Caça, uso e porte de arma	217
04012399	Outras	
0401239901	Taxa de depósito da ficha técnica da habitação	200
0401239902	Taxa pela emissão do certificado de registo	220
0401239999	Outros	127 399
0402	Multas e outras penalidades	
040201	Juros de mora	263
040299	Multas e penalidades diversas	11 570
	Total do Capítulo Económico 04:	282 835
05	Rendimentos da propriedade	
0502	Juros-Sociedades financeiras	
050201	Bancos e outras instituições financeiras	26 550
0507	Dividend.partic.lucros socied.quase-soc.nãofinanc.	
050799	Outras	55 875
0509	Participações nos lucros de administ. públicas	
050999	Outras	10
0510	Rendas	
051099	Outros	1 714 234
	Total do Capítulo Económico 05:	1 796 669
06	Transferências correntes	
0603	Administração central	
060301	Estado	
06030101	Fundo de Equilíbrio Financeiro	9 755 869
06030102	Fundo Social Municipal	1 527 319
06030103	Participação variável no IRS	759 804
06030199	Outras	674

Município de Marco de Canaveses

ORÇAMENTO PARA O ANO 2016 - Receita

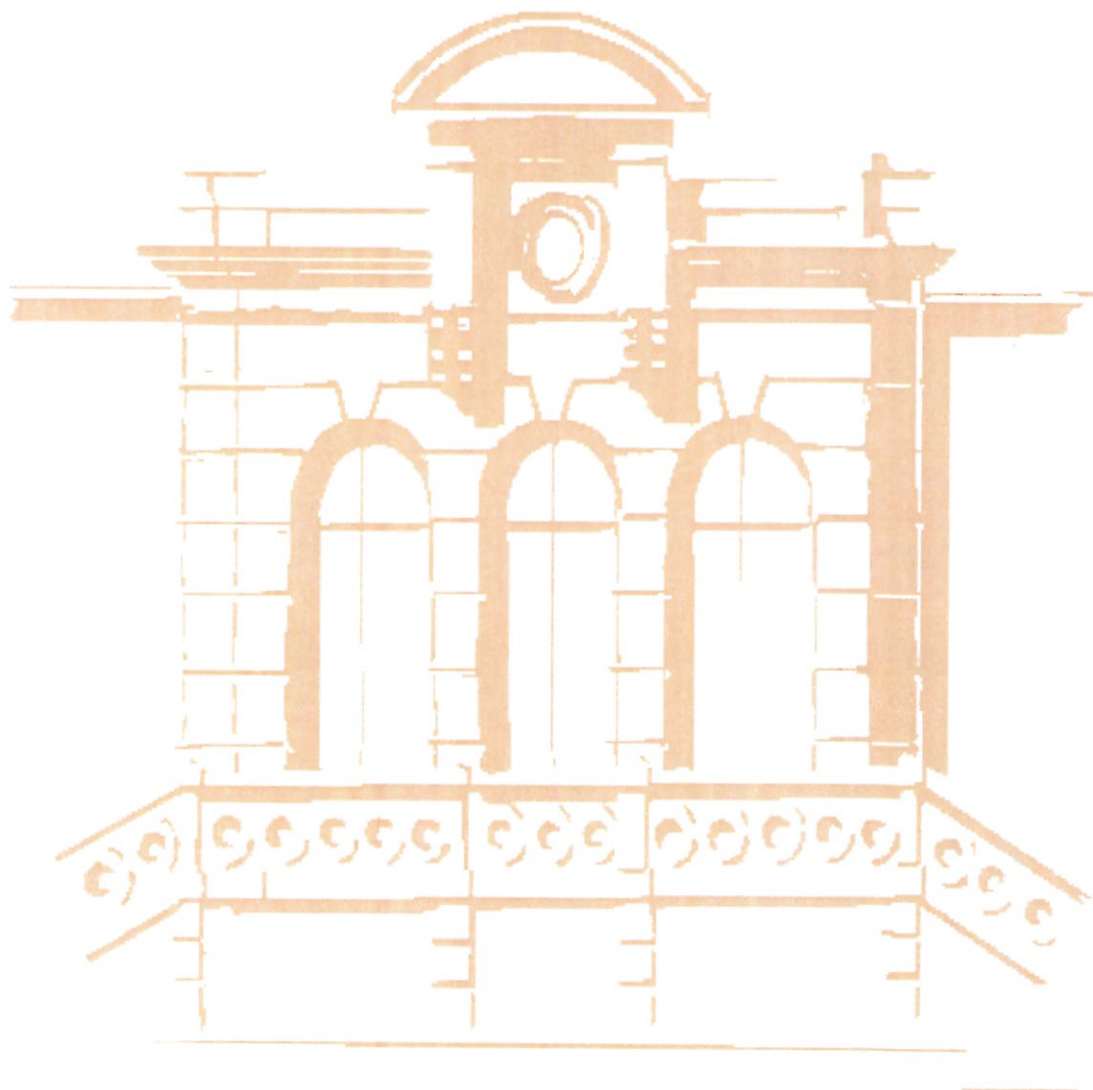
Código Class. Económica	Designação	Montante €
060307	Serviços e fundos autónomos	1 907 591
060309	Serv.fund.autón.-Subsist.prot.famíl.polít.act.EFP	104 084
	Total do Capítulo Económico 06:	14 055 341
07	Venda de bens e serviços correntes	
0701	Venda de bens	
070101	Material de escritório	50
070103	Publicações e impressos	2 846
070105	Bens inutilizados	50
070108	Mercadorias	
07010801	Água	50
07010802	Electricidade	50
07010803	Outros	50
0702	Serviços	
070201	Aluguer de espaços e equipamentos	29 368
070203	Vistorias e ensaios	5 436
070208	Serv.sociais,recreativos,culturais e de desporto	
07020801	Serviços sociais	50
07020802	Serviços recreativos	50
07020803	Serviços culturais	121
07020804	Serviços desportivos	172 414
070209	Serviços específicos das autarquias	
07020902	Resíduos sólidos	521 761
07020903	Transportes colectivos de pessoas e mercadorias	28 251
07020904	Trabalhos por conta de particulares	10
07020905	Cemitérios	4 071
07020906	Mercados e feiras	102 408
07020907	Parques de estacionamento	30 235
07020999	Outros	3 623
070299	Outros	
07029999	Outros	319
0703	Rendas	
070301	Habitacões	18 572
070302	Edifícios	42 682
070399	Outras	10 148
	Total do Capítulo Económico 07:	972 615
08	Outras receitas correntes	
0801	Outras	

Município de Marco de Canaveses

ORÇAMENTO PARA O ANO 2016 - Receita

Código Class. Económica	Designação	Montante €
080199	Outras	
08019901	Indemniz.por deterior,roubo extravio bens patrim.	451
08019902	Indem.estrag.prov.outrém viat.outr.equip.aut.local	1 646
08019999	Diversas	61 902
	Total do Capítulo Económico 08:	63 999
	Total das Receitas Correntes:	23 963 316
09	Venda de bens de investimento	
0904	Outros bens de investimento	
090410	Famílias	
09041003	Outros	10
	Total do Capítulo Económico 09:	10
10	Transferências de capital	
1003	Administração central	
100301	Estado	
10030101	Fundo de Equilibrio Financeiro	1 083 985
10030199	Outras	50
100307	Estado-Particip.comunitária project.co-financiados	
10030701	FEDER	500
10030709	Outros	109 699
	Total do Capítulo Económico 10:	1 194 234
13	Outras receitas de capital	
1301	Outras	
130101	Indemnizações	50
130199	Outras	492
	Total do Capítulo Económico 13:	542
	Total das Receitas de Capital:	1 194 786
	Total do Orçamento da Receita:	25 158 102

3- Orçamento da Despesa



Município de Marco de Canaveses

ORÇAMENTO PARA O ANO 2016 - Despesa

Código	Designação	Montante
Class. Orgânica/Económica		€
01	Administração Autárquica	
0101	ASSEMBLEIA MUNICIPAL	
0101 01	Despesas com o pessoal	
0101 0102	Abonos variáveis ou eventuais	
0101 010204	Ajudas de custo	5 000
0101 010213	Outros suplementos e prémios	
0101 01021302	Outros	29 002
	Total do Capítulo Económico 01:	34 002
0101 02	Aquisição de bens e serviços	
0101 0201	Aquisição de bens	
0101 020108	Material de escritório	1 000
0101 020121	Outros bens	750
0101 0202	Aquisição de serviços	
0101 020209	Comunicações	500
0101 020210	Transportes	500
0101 020213	Deslocações e estadas	2 000
0101 020215	Formação	3 000
0101 020225	Outros serviços	14 180
	Total do Capítulo Económico 02:	21 930
	Total das Despesas Correntes:	55 932
	Total da Divisão Orgânica 0101:	55 932
0102	CÂMARA MUNICIPAL	
0102 01	Despesas com o pessoal	
0102 0101	Remunerações certas e permanentes	
0102 010101	Titulares órgãos soberania e memb. órgãos autárq.	175 000
0102 010104	Pessoal quadros-Regime contrato individ. trabalho	
0102 01010401	Pessoal em funções	3 350 000
0102 01010404	Recrutamento pessoal para novos postos de trabalho	120 000
0102 010106	Pessoal contratado a termo	
0102 01010601	Pessoal em funções	120 000
0102 01010604	Recrutamento pessoal para novos postos de trabalho	70 000
0102 010107	Pessoal em regime de tarefa ou avença	210 000
0102 010108	Pessoal aguardando aposentação	10 000
0102 010109	Pessoal em qualquer outra situação	247 500
0102 010111	Representação	60 000
0102 010113	Subsidio de refeição	410 000
0102 010114	Subsídio de férias e de Natal	650 000

Município de Marco de Canaveses

ORÇAMENTO PARA O ANO 2016 - Despesa

Código	Designação	Montante
Class. Orgânica/Económica		€
0102 010115	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	180 000
0102 0102	Abonos variáveis ou eventuais	
0102 010202	Horas extraordinárias	12 500
0102 010203	Alimentação e alojamento	100
0102 010204	Ajudas de custo	14 500
0102 010205	Abono para falhas	25 000
0102 010206	Formação	500
0102 010210	Subsídio de trabalho nocturno	500
0102 010211	Subsídio de turno	20 000
0102 010212	Indemnizações por cessação de funções	107 500
0102 010213	Outros suplementos e prémios	
0102 01021302	Outros	6 500
0102 010214	Outros abonos em numerário ou espécie	15 000
0102 0103	Segurança social	
0102 010301	Encargos com a saúde	400 000
0102 010303	Subsídio familiar a criança e jovens	60 000
0102 010304	Outras prestações familiares	10 000
0102 010305	Contribuições para a segurança social	
0102 01030501	Assistência na doença dos funcionários públicos	10 000
0102 01030502	Seg.social pess. regime contr.trab.fun.púb.(RCTFP)	
0102 0103050201	Caixa Geral de Aposentações	950 000
0102 0103050202	Segurança social-Regime Geral	200 000
0102 010306	Acidentes em serviço e doenças profissionais	20 000
0102 010308	Outras pensões	30 000
0102 010309	Seguros	
0102 01030901	Seguros acidentes trabalho doenças profissionais	115 000
0102 01030902	Seguros de saúde	10 000
	Total do Capítulo Económico 01:	7 609 600
0102 02	Aquisição de bens e serviços	
0102 0201	Aquisição de bens	
0102 020102	Combustíveis e lubrificantes	
0102 02010201	Gasolina	12 000
0102 02010202	Gasóleo	235 000
0102 02010299	Outros	320 000
0102 020103	Munições, explosivos e artifícios	12 000
0102 020104	Limpeza e higiene	24 000
0102 020105	Alimentação-Refeições confeccionadas	7 500

Município de Marco de Canaveses

ORÇAMENTO PARA O ANO 2016 - Despesa

Código	Designação	Montante
Class. Orgânica/Económica		€
0102 020106	Alimentação-Géneros para confeccionar	1 000
0102 020107	Vestuário e artigos pessoais	15 000
0102 020108	Material de escritório	38 875
0102 020109	Produtos químicos e farmacêuticos	5 000
0102 020112	Material de transporte-Peças	60 000
0102 020114	Outro material-Peças	15 000
0102 020115	Prémios, condecorações e ofertas	31 500
0102 020116	Mercadorias para venda	
0102 02011601	Água	10
0102 02011602	Electricidade	10
0102 02011603	Outras	10
0102 020117	Ferramentas e utensílios	2 000
0102 020118	Livros e documentação técnica	13 000
0102 020119	Artigos honoríficos e de decoração	1 500
0102 020120	Material de educação, cultura e recreio	35 000
0102 020121	Outros bens	310 000
0102 0202	Aquisição de serviços	
0102 020201	Encargos das instalações	1 141 500
0102 020202	Limpeza e higiene	1 145 000
0102 020203	Conservação de bens	90 000
0102 020205	Locação de material de informática	1 000
0102 020206	Locação de material de transporte	40 000
0102 020208	Locação de outros bens	85 000
0102 020209	Comunicações	150 500
0102 020210	Transportes	725 000
0102 020211	Representação dos serviços	5 500
0102 020212	Seguros	88 000
0102 020213	Deslocações e estadas	2 000
0102 020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	377 250
0102 020215	Formação	60 000
0102 020216	Seminários, exposições e similares	500
0102 020217	Publicidade	38 500
0102 020218	Vigilância e segurança	500
0102 020219	Assistência técnica	77 500
0102 020220	Outros trabalhos especializados	424 500
0102 020222	Serviços de saúde	1 000
0102 020224	Encargos de cobrança de receitas	197 500

Município de Marco de Canaveses

ORÇAMENTO PARA O ANO 2016 - Despesa

Código		Designação	Montante
Class. Orgânica/Económica			€
0102	020225	Outros serviços	566 350
Total do Capítulo Económico 02:			6 355 505
0102	04	Transferências correntes	
0102	0405	Administração local	
0102	040501	Continente	
0102	04050102	Freguesias	2 351 768
0102	04050104	Associações de municípios	182 600
0102	0407	Instituições sem fins lucrativos	
0102	040701	Instituições sem fins lucrativos	412 000
0102	0408	Famílias	
0102	040802	Outras	50 000
Total do Capítulo Económico 04:			2 996 368
0102	05	Subsídios	
0102	0501	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	
0102	050101	Públicas	
0102	05010102	Outras	50
0102	0508	Famílias	
0102	050803	Outras	50
Total do Capítulo Económico 05:			100
0102	06	Outras despesas correntes	
0102	0602	Diversas	
0102	060203	Outras	
0102	06020301	Outras restituições	92 500
0102	06020302	IVA pago	70 000
0102	06020304	Serviços bancários	35 500
0102	06020305	Outras	50 000
Total do Capítulo Económico 06:			248 000
Total das Despesas Correntes:			17 209 573
0102	07	Aquisição de bens de capital	
0102	0701	Investimentos	
0102	070101	Terrenos	
0102	07010104	Aquisição de terrenos-outros	41 000
0102	070102	Habitacões	
0102	07010203	Reparação e beneficiação	
0102	0701020301	Reparação de edifícios escolares	75 000
0102	0701020303	Habitacão Social-Eficiência energética	185 500

Município de Marco de Canaveses

ORÇAMENTO PARA O ANO 2016 - Despesa

Código	Designação	Montante
Class. Orgânica/Económica		€
0102 070103	Edifícios	
0102 07010301	Instalações de serviços	
0102 0701030106	Casa dos Arcos	200
0102 0701030109	Adapt.de Instal. para Serviços Técnicos Municipais	10 000
0102 0701030110	Centro Cultural do Marco de Canaveses	100
0102 0701030199	Construção e beneficiação diversas	284 000
0102 07010305	Escolas	
0102 0701030529	Construção da EBI Rio de Galinhas	100
0102 0701030530	Requalificação da EB1 e Jardim Inf. Gandra-V Douro	100
0102 0701030531	Ampliação/Requalificação da EB1 Feira Nova-Ariz	100
0102 0701030533	Ampliação/Requalificação EB1 S. Sebastião-P Longa	100
0102 0701030535	Ampliação/Requalificação EB1 Cruzeiro -Torrão	100
0102 0701030536	Ampliação/Requalificação EB1 Picota - Tuñas	5 000
0102 0701030537	Ampliação/Requalificação EB1 Esperança - V O Aliv	100
0102 0701030539	Ampliação/Requalificação EB1 Lordelo - V B Quires	100
0102 0701030540	Ampliação/Requalificação EB1 Vale Côvo - Alpend.	100
0102 0701030541	Ampliação/Requalificação EB1 Seara - Paços Gaiolo	100
0102 0701030542	Ampliação/Requalificação EB1 e J I-Barroca Rio Gal	100
0102 0701030543	Requalificação da EB1 Ladário - Tabuado	100
0102 0701030544	Requalificação da EB1 e J I Livração - Toutosa	100
0102 0701030545	Ampliação/Requalificação EB1 e J I Igreja-VBQuires	100
0102 0701030546	Ampliação/Requalificação EB1 Carreira - Avessadas	100
0102 0701030547	Ampliação/Requalificação EB1 e J I Fontelas-Const	100
0102 0701030548	Ampliação/Requalificação EB1 e J I Gouveia - V O A	100
0102 0701030551	Centro Escolar de Fornos	5 000
0102 0701030553	Requalificação da Escola Básico de Eiró-Soalhães	12 000
0102 07010307	Outros	
0102 0701030703	Pousada da Juventude do Marco de Canaveses	100
0102 070104	Construções diversas	
0102 07010402	Sistemas de drenagem de águas residuais	
0102 0701040204	Const.Est. Elevat. A.R na Área Municipal (T,S,P,A)	25 000
0102 0701040208	Rede do Freixo	500
0102 0701040209	Estações Elevatórias Águas Res.(Magrelos e Outras)	50 000
0102 0701040210	Redes Abast Água e Sane VBB, Fav, For, Rio G e Tab	53 000
0102 07010403	Estações de tratamento de águas residuais	
0102 0701040303	ETAR de Fontambom-Várzea do Douro	385 000
0102 0701040305	Construção da ETAR do Torrão	424 000

Município de Marco de Canaveses

ORÇAMENTO PARA O ANO 2016 - Despesa

Código	Designação	Montante
Class. Orgânica/Económica		€
0102 0701040307	Construção da ETAR de Maureles	246 000
0102 0701040308	Construção da ETAR de Magães-Freixo	500
0102 0701040314	Outros	15 000
0102 07010404	Iluminação pública	
0102 0701040404	Rede de iluminação pública na área do Concelho	34 000
0102 0701040405	Iluminação Pública LED no Concelho M.C.	200
0102 07010405	Parques e jardins	
0102 0701040506	Parque de Lazer da Cidade	500
0102 07010406	Instalações desportivas e recreativas	
0102 0701040602	Complexo desportivo de Alpendurada	65 000
0102 0701040604	Piscinas municipais-Marco	7 500
0102 0701040606	Outras instalações desportivas e recreativas	20 000
0102 0701040611	Reabilitação Energética Instalações Desportivas	200
0102 07010407	Captação e distribuição de água	
0102 0701040702	Cons. Cond. Elev. (AA) ETA Maria Gil	100
0102 0701040709	Aduutora em Guilhade/Travassos/Torrão	25 000
0102 0701040710	Reforço da Captação de Soalhães	100
0102 0701040711	Extensão da rede a Telhe e Lardosa/Soalhães	100
0102 0701040712	Rede de Abastecimento Água-St.Isidoro e Livração	100
0102 0701040713	Redes de Abastecimento de Água e Saneamento-Torrão	100
0102 0701040714	Estação Elevatória e Aduutora-Carvalheira	100
0102 0701040716	Outros	500
0102 07010409	Sinalização e trânsito	80 000
0102 07010412	Cemitérios	1 000
0102 07010413	Outros	
0102 0701041398	Outras construções	10 000
0102 0701041399	Requalificações Urbanísticas diversas	159 000
0102 070106	Material de transporte	
0102 07010602	Outro	100 000
0102 070107	Equipamento de informática	15 100
0102 070108	Software informático	38 000
0102 070109	Equipamento administrativo	15 100
0102 070110	Equipamento básico	
0102 07011002	Outro	72 700
0102 070111	Ferramentas e utensílios	10 000
0102 0703	Bens de domínio público	
0102 070303	Outras construções e infraestruturas	

Município de Marco de Canaveses

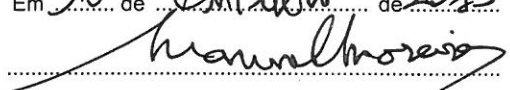
ORÇAMENTO PARA O ANO 2016 - Despesa

Código	Designação	Montante
Class. Orgânica/Económica		€
0102 07030301	Viadutos, arruamentos e obras complementares	517 000
0102 07030308	Viação rural	
0102 0703030802	Construção passeios na área do Concelho	100
0102 0703030820	Alarg. e Repav. da Estrada de Esperança a Gouveia	100
0102 0703030821	Benef Est Marg dir Coroa Barr Carrapatelo ER108	159 000
0102 07030313	Outros	
0102 0703031302	Requalificação da Zona Ribeirinha do Torrão	100
0102 0703031399	Outros	10 000
	Total do Capítulo Económico 07:	3 159 200
0102 08	Transferências de capital	
0102 0805	Administração local	
0102 080501	Continente	
0102 08050102	Freguesias	898 345
0102 08050104	Associações de municípios	35 000
0102 08050108	Outros	100
0102 0807	Instituições sem fins lucrativos	
0102 080701	Instituições sem fins lucrativos	67 500
	Total do Capítulo Económico 08:	1 000 945
0102 09	Activos financeiros	
0102 0908	Unidades de participação	
0102 090806	Admin.pública-Admin.central-Serv. fundos autónomos	177 124
	Total do Capítulo Económico 09:	177 124
0102 11	Outras despesas de capital	
0102 1102	Diversas	
0102 110201	Restituições	100
0102 110299	Outras	100
	Total do Capítulo Económico 11:	200
	Total das Despesas de Capital:	4 337 469
	Total da Divisão Orgânica 0102:	21 547 042
0103	OPERAÇÕES FINANCEIRAS	
0103 03	Juros e outros encargos	
0103 0301	Juros da dívida pública	
0103 030103	Socied.financ.-Bancos e outras instit. financeiras	
0103 03010302	Empréstimos de médio e longo prazos	
0103 0301030201	Caixa Geral de Depósitos	232 535
0103 0301030202	Novo Banco	87 828

Município de Marco de Canaveses

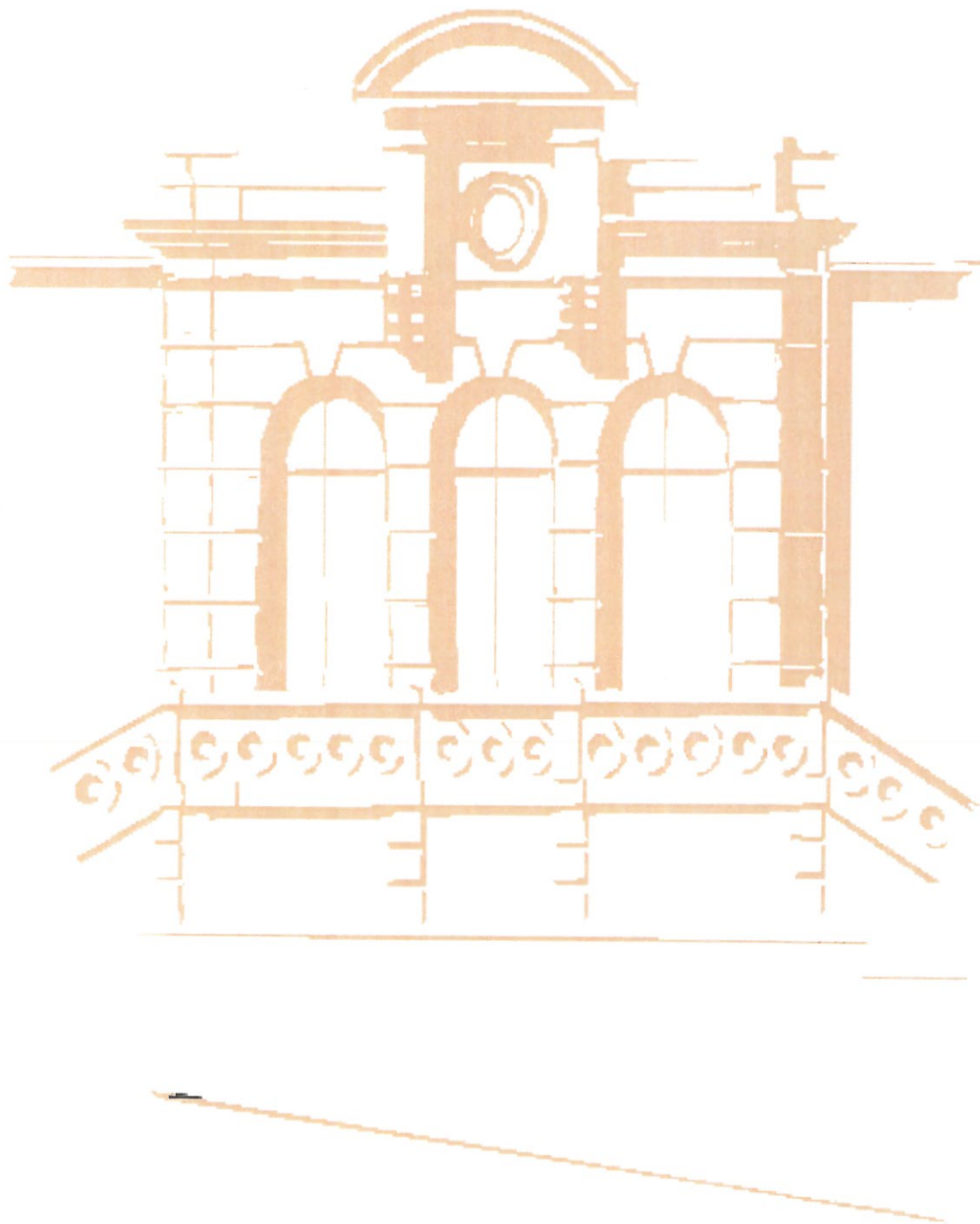
ORÇAMENTO PARA O ANO 2016 - Despesa

Código		Designação	Montante €
Class. Orgânica/Económica			
0103	0301030205	Millennium BCP	86 011
0103	0305	Outros juros	
0103	030502	Outros	55 000
Total do Capítulo Económico 03:			461 374
Total das Despesas Correntes:			461 374
0103	10	Passivos financeiros	
0103	1006	Empréstimos a médio e longo prazos	
0103	100603	Socied.financ.-Bancos e outras instit. financeiras	
0103	10060301	Caixa Geral de Depósitos	1 612 394
0103	10060302	Novo Banco	743 114
0103	10060305	Millennium BCP	738 246
Total do Capítulo Económico 10:			3 093 754
Total das Despesas de Capital:			3 093 754
Total da Divisão Orgânica 0103:			3 555 128
Total do Capítulo Orgânico 01:			25 158 102
Total do Orçamento da Despesa:			25 158 102

ORGÃO EXECUTIVO
 Em 30 de Outubro de 2015


ORGÃO DELIBERATIVO
 Em 16 de Novembro de 2015
 A. J. - L. L. S.

4- Empréstimos (Previsão de Encargos 2016 e Execução 2015)



Município do Marco de Canaveses

MAPA DOS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS A MÉDIO LONGO PRAZO

Data de Aprovação pela As. Municipal	Data de contratação do empréstimo	Visto do tribunal de contas		Finalidade do empréstimo	Entidade credora	Capital		Prazo do contrato (Anos)	Anos decorridos	Previsão das Amortizações acumuladas em 31-12-2015	Encargos Previsionais para 2016			Previsão Capital em Dívida a 01-01-2016	Previsão Capital em Dívida a 31-12-2016		
		Nº de registo	Data			Contratado	Utilizado até 01-01-2015				Amortização	Juros	Total				
21/07/2003	07/05/2004	1053	24/05/04	Contrato Reequilíbrio Fin. (N)	C.G.D.	20 000 000,00	20 000 000,00	20	11	8 086 956,17 €	1 480 786,56 €	137 933,36 €	1 618 719,92 €	11 913 043,83	10 432 287,27		
21/07/2003	19/05/2004	1054	24/05/04	Contrato Reequilíbrio Fin. (N)	N.B	12 500 000,00	12 500 000,00	20	11	5 752 844,21 €	743 114,00 €	87 828,00 €	830 942,00 €	6 747 155,79	6 004 041,79		
21/07/2003	21/04/2004	1052	24/05/04	Contrato Reequilíbrio Fin. (N)	B.C.P.	12 500 000,00	12 500 000,00	20	11	5 784 384,59 €	738 246,00 €	86 011,00 €	824 257,00 €	6 715 615,41	5 977 369,41		
17/04/2009	22/05/2012	1223	26/11/13	Contrato Reequilíbrio Fin. (N)	C.G.D.	2 604 324,94	2 604 324,94	16	1	237 883,89 €	131 607,44 €	94 601,64 €	226 209,08 €	2 366 441,05	2 234 833,61		
Total											47 604 324,94	47 604 324,94	3 093 754,00	406 374,00	3 500 128,00	27 742 256,08	24 648 502,08

Orgão Executivo
Em 30 de Outubro de 2015
Francisco Xavier

Orgão Deliberativo
Em 16 de Novembro de 2015
A. L. ...

Município do Marco de Canaveses

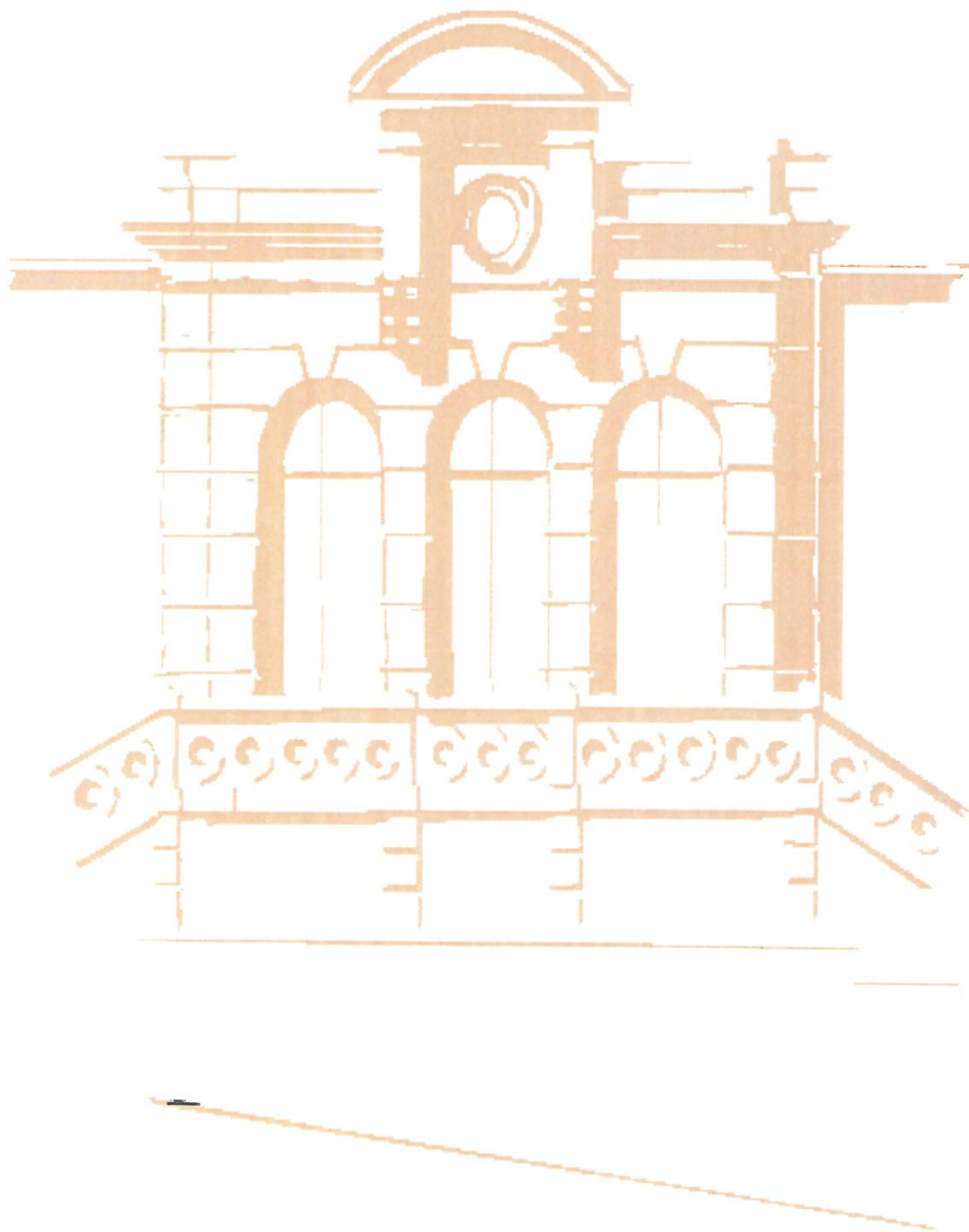
MAPA DOS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS A MÉDIO LONGO PRAZO

Data de Aprovação pela As. Municipal	Data de contratação do empréstimo	Visto do tribunal de contas		Finalidade do empréstimo	Entidade credora	Capital		Prazo do contrato (Anos)	Anos decorridos	Amortizações acumuladas em 31-12-2014	Encargos em 2015 (até 30/09/15)			Divida Apresentada em 01-01-2015	Amortização acumulada em 30-09-2015	Capital em dívida em 30-09-2015
		Nº de registo	Data			Contratado	Utilizado até 01-01-2015				Amortização	Juros	Total			
21/07/2003	07/05/2004	1053	24/05/04	Contrato Reequilíbrio Fin. (N)	C.G.D	20 000 000,00	20 000 000,00	20	11	6 741 286,08	1 007 522,93 €	123 837,90 €	1 131 460,83 €	13 258 713,92	7 748 609,01	12 251 190,99
21/07/2003	19/05/2004	1054	24/05/04	Contrato Reequilíbrio Fin. (N)	N.B	12 500 000,00	12 500 000,00	20	11	5 022 272,16	425 231,20 €	55 603,14 €	480 834,34 €	7 477 727,84	5 447 503,36	7 052 496,64
21/07/2003	21/04/2004	1052	24/05/04	Contrato Reequilíbrio Fin. (N)	B.C.P.	12 500 000,00	12 500 000,00	20	11	5 056 937,68	483 768,63 €	62 832,87 €	546 621,50 €	7 443 062,32	5 540 726,31	6 959 273,69
17/04/2009	22/05/2012	1223	26/11/13	Contrato Reequilíbrio Fin. (N)	C.G.D	2 604 324,94	2 604 324,94	16	1	63 743,55	142 284,54 €	82 731,55 €	225 016,09 €	2 540 581,39	206 028,09	2 398 296,85
						47 604 324,94	47 604 324,94			16 884 239,47	2 058 827,30	325 105,46	2 383 932,76	30 720 085,47	18 943 066,77	28 661 258,17

Orgão Executivo
 Em 30 de Outubro de 2015


Orgão Deliberativo
 Em 16 de Novembro de 2015
 P.A. - - - - -

5- Plano Plurianual de Investimentos (Mapa)



Município de Marco de Canaveses

Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2016

Obj.º/Proj.º	Projeto	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	2016			Anos seguintes			Total previsto (i) = (a)+(b)+(c)+(d)+(e)+(f)+(g)+(h)
					AC	AA	FC		Início	Fim			Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2017 (e)	2018 (f)	2019 (g)	Outros (h)	
01		FUNÇÕES GERAIS																	
		ADMINISTRAÇÃO GERAL																	
01 111	2007/8	Aquisição de terrenos-outros	0102 07010104	O					01/2007	12/2016		313 045	41 000						354 045
01 111	2009/6	Equipamento de informática	0102 070107	O			02		01/2009	12/2016	0	131 143	15 000						146 143
01 111	2009/7	Software Informático	0102 070108	O			02		01/2009	12/2016	0	234 642	38 000						272 642
01 111	2009/8	Equipamento Básico-Outro	0102 07011002	O			02		01/2009	12/2017	0	642 438	50 000		50 000				742 438
01 111	2009/9	Ferramentas e Utensílios	0102 070111	O			02		01/2009	12/2016	0	51 007	10 000						61 007
01 111	2009/10	Equipamento Administrativo	0102 070109	O			02		01/2009	12/2016	0	54 232	15 000						69 232
01 111	2009/11	Equipamento de Transporte	0102 07010602	O			01		01/2009	12/2017	0	183 073	100 000						283 073
01 111	2009/30	Reparação e Beneficiação Diversas de Instalações	0102 0701030199	O			01		01/2009	12/2016	0	192 652	65 000						257 652
01 111	2011/1	Adaptação de instalações para Serviços Técnicos Municipais	0102 0701030109	E			01		01/2011	12/2016	1	109 467	10 000						119 467
									Totais do Programa 111:			1 911 699	344 000	0	50 000	0	0	0	2 305 699
01 120		SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICAS																	
01 120	2013/22	Adap. Edif. Posto GNR de Alp. e Matos-Arranjos Exteriores; AVAC, Equipamento, ITED, Reestruturada e Informática	0102 0701030199	E			15	85	01	04/2013	12/2016	120 045	50 000						170 045
									Totais do Programa 120:			120 045	50 000	0	0	0	0	0	170 045
02		FUNÇÕES SOCIAIS																	
		ENSINO NÃO SUPERIOR																	
02 211	2008/19	Construção EBI - Rio de Galinhas	0102 0701030529	E			01		01/2008	12/2017	0	100	100						100
02 211	2008/20	Ampliação/Requalificação EBI Feira Nova - Ariz	0102 0701030531	E			01		01/2008	12/2017	0	100	100						250 000
02 211	2008/22	Ampliação/Requalificação EBI S. Sebastião - Penhalonga	0102 0701030533	E			01		01/2008	12/2017	0	100	100						250 000
02 211	2008/23	Requalificação EBI e JI Gandra - V Douro	0102 0701030530	E			01		01/2008	12/2017	0	100	100						50 000
02 211	2008/24	Ampliação/Requalificação EBI Cruzeiro - Torrão	0102 0701030535	E			01		01/2008	12/2017	0	100	100						325 000
02 211	2008/25	Ampliação/Requalificação EBI Picota - Tuíais	0102 0701030536	E			01		01/2008	12/2016	0	320 009	5 000						325 009
02 211	2008/26	Ampliação/Requalificação EBI Esperança - V O Aliv	0102 0701030537	E			01		01/2008	12/2017	0	100	100						300 000
02 211	2008/27	Ampliação/Requalificação EBI e JI Gouveia V O Aliviada	0102 0701030548	E			01		01/2008	12/2017	0	100	100						50 000
02 211	2008/28	Ampliação/Requalificação EBI Lordeiro - Vila B Quires	0102 0701030539	E			01		01/2008	12/2017	0	100	100						250 000
02 211	2008/29	Ampliação/Requalificação EBI Vale do Covo - Alpendurada e Matos	0102 0701030540	E			01		01/2008	12/2017	0	100	100						250 000
									Totais do Objetivo 01:			2 031 744	394 000	394 000	0	50 000	0	0	2 475 744

Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2016

Obj_Prog.	Projeto Ano / Nº Ação	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas				Total previsto (i) = (a)+(b)+ (e)+(f)+(g)+(h)	
					AC	AA	FC		2016				2017 (e)	Anos seguintes				
									Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)				2018 (f)	2019 (g)	Outros (h)		
02		FUNÇÕES SOCIAIS																
02 211		ENSINO NÃO SUPERIOR																
02 211 2008/30		Ampliação/Requalificação EB1 - Paços de Gaiolo	0102 0701030541	E				01	01/2008	12/2017	0				149 900		150 000	
02 211 2008/31		Ampliação/Requalificação EB1 e J I Barroca - Rio de Galinhas	0102 0701030542	E				01	01/2008	12/2017	0				149 900		150 000	
02 211 2008/32		Requalificação da EB1 Ladário - Tabuado	0102 0701030543	E				01	01/2008	12/2017	0				74 900		75 000	
02 211 2008/33		Requalificação EB1 e J I Livração - Toutosa	0102 0701030544	E				01	01/2008	12/2017	0				49 900		50 000	
02 211 2008/34		Ampliação/Requalificação EB1 Igreja - Vila B Quires	0102 0701030545	E				01	01/2008	12/2017	0						100	
02 211 2008/35		Ampliação/Requalificação EB1 Carreira - Avesoadas	0102 0701030546	E				01	01/2008	12/2017	0				249 900		250 000	
02 211 2008/36		Ampliação/Requalificação EB1 e J I Fontelas - Constance	0102 0701030547	E				01	01/2008	12/2017	0				249 900		250 000	
02 211 2009/2		Construção Centro Escolar de Fornos																
02 211 2009/2 1		Obra e Arranjos Exteriores	0102 0701030551	E				01	01/2009	12/2016		829 345					834 345	
02 211 2009/12		Requalificação do Parque Escolar																
02 211 2009/12 1		Reparação de Edifícios Escolares-Empreitada	0102 0701020301	E				01	01/2009	12/2016	0	119 468					194 468	
02 211 2016/18		Requalificação da Escola Básica de Eiró-Soalhães	0102 0701030553	E				01	01/2016	12/2017					624 000		636 000	
		Totais do Programa 211:										1 268 822	0	3 272 600	0	0	0	4 640 022
02 241		HABITAÇÃO																
02 241 2015/1		Habitação Social-Eficiência energética																
02 241 2015/1 1		Requalificação/Construção	0102 0701020303	O				01	01/2015	12/2017					1 000 000		1 185 500	
		Totais do Programa 241:										0	185 500	185 500	0	1 000 000	0	1 185 500
02 242		ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO																
02 242 2008/44		Requalificações Urbanísticas diversas	0102 0701041399	E				01	01/2008	12/2016	0	343 101			159 000		502 101	
		Totais do Programa 242:										343 101	159 000	0	0	0	0	502 101
02 243		SANEAMENTO																
02 243 2012/8		Construção de Estações Elevatórias(AR) na Área do Município	0102 0701040204	E				15	85	01	01/2012	12/2016			25 000		25 000	
02 243 2013/9		ETAR de Fontambom-Várzea do Douro	0102 0701040303	E				15	85	01	01/2013	12/2016			385 000		385 000	
02 243 2013/13		Outros	0102 0701040314	E				01	01/2013	12/2017	2	482 218			159 000		656 218	
02 243 2014/6		Construção da ETAR de Maureles	0102 0701040307	E				20	80	01	01/2014	12/2016			246 000		246 000	
02 243 2014/7		Construção da ETAR de Magães/Freixo	0102 0701040308	E				20	80	01	01/2014	12/2017			105 500		106 000	
02 243 2014/10		Rede do Freixo	0102 0701040208	E				20	80	01	01/2014	12/2017			158 500		159 000	
02 243 2015/4		Construção da ETAR de Torrão	0102 0701040305	E				01	01/2015	12/2016					424 000		424 000	

Município de Marco de Canaveses

Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2016

Obj. Prog.	Projeto Ano / Nº Ação	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	2016			Anos seguintes			Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)	
					AC	AA	FC		Início	Fim			2017 (e)	2018 (f)	2019 (g)	Outros (h)				
																	Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)		Financiam. não definido (d)
02 FUNÇÕES SOCIAIS																				
02 243 SANEAMENTO																				
02 243	2015/5	Estações Elevatórias de Águas Residuais (Magrelos e Outras)	0102 0701040209	E			01	01/2015	12/2017			50 000	50 000		158 900			208 900		
02 243	2016/7	Redes de Abast. Água e Sanea em V B Bispo, Fav. Fornos, Rio Galinhas e Tabuado	0102 0701040210	E			01	01/2016	12/2016	1		53 000	53 000				53 000			
Totais do Programa 243:												482 218	1 199 000	1 199 000	0	581 900	0	0	0	2 263 118
02 244 ABASTECIMENTO DE ÁGUA																				
02 244	2013/4	Construção de Conduta Elevatória (AA) ETA - Maria Gil	0102 0701040702	E	20	80	01	01/2013	12/2017			100	100		148 900			149 000		
02 244	2014/2	Adução de Guilhade/Travassos/Torrão	0102 0701040709	E	20	80	01	01/2014	12/2016			133 308	25 000		158 900			158 308		
02 244	2014/3	Reforço da Captação de Soalhões	0102 0701040710	E	20	80	01	01/2014	12/2017			100	100		39 650			159 000		
02 244	2014/4	Extensão da Rede a Teije e Lardosa/Soalhães	0102 0701040711	E	20	80	01	01/2014	12/2017			100	100					39 750		
02 244	2014/5	Outros	0102 0701040716	E			01	01/2014	12/2016			500	500		158 900			500		
02 244	2015/6	Rede de Abastecimento de Água-Santo Isidoro e Livração	0102 0701040712	E			01	01/2015	12/2017			100	100		249 900			159 000		
02 244	2015/8	Estação Elevatória e Adução-Carvalheira	0102 0701040714	E			01	01/2015	12/2017			100	100		799 900			250 000		
02 244	2016/17	Rede de Abastecimento de Água e Saneamento do Torrão	0102 0701040713	E			01	01/2016	12/2017			100	100					800 000		
Totais do Programa 244:												133 308	26 100	26 100	0	1 556 150	0	0	0	1 715 558
02 246 PROTEÇÃO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA N																				
Cemitério Municipal do Marco de Canaveses																				
02 246	2016/15	Ampliação	0102 07010412	E			01	01/2016	12/2017			500	500					500		
02 246	2016/15	Parque de Estacionamento	0102 07010412	E			01	01/2016	12/2017			500	500					500		
02 246	2016/16	Centro de Bem Estar Animal do Marco de Canaveses	0102 0701030199	E			01	01/2016	12/2016			159 000	159 000					159 000		
Totais do Programa 246:												0	160 000	160 000	0	0	0	0	0	160 000
02 251 CULTURA																				
Casa dos Arcos																				
02 251	2008/15	Museu Etnográfico	0102 0701030106	E			01	01/2008	12/2016	0		100	100					100		
02 251	2008/15	Museu do Vinho Verde	0102 0701030106	E			01	01/2008	12/2016	0		100	100					100		
02 251	2015/2	Centro Cultural do Marco de Canaveses																		
02 251	2015/2	Construção	0102 0701030110	E			01	01/2015	12/2017			100	100		1 271 900			1 272 000		
02 251	2015/2	Aquisição de Equipamento Básico	0102 07011002	O			01	01/2015	12/2017			100	100					100		
02 251	2015/2	Aquisição de Equipamento Administrativo	0102 070109	O			01	01/2015	12/2017			100	100					100		

Município de Marco de Canaveses

Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2016

Obj. Prog.	Projeto Ano / Nº Ação	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas			Total previsto (i) = (a)+(b)+ (e)+(f)+(g)+(h)			
					AC	AA	FC		2016				Anos seguintes						
									2016 Financiam. definido (c)	2016 Financiam. não definido (d)			2017 (e)	2018 (f)	2019 (g)		Outros (h)		
					(b)=(c)+(d)														
02 FUNÇÕES SOCIAIS																			
02 251 CULTURA																			
02 251 2015/2	4	Aquisição de Equipamento Informático	0102 070107	O			01	01/2015	12/2017		100	100	100		100				
02 251 2016/9		Reparação e Beneficiação Diversas de Instalações Municipais Culturais																	
02 251 2016/9	1	Empreitada	0102 0701030199	E			01	01/2016	12/2016	0	5 000	5 000	5 000		5 000				
02 251 2016/9	3	Equipamento Básico	0102 07011002	O			02	01/2016	12/2016		5 000	5 000	5 000		5 000				
Totais do Programa 251:											0	10 600	10 600	0	1 271 900	0	0	0	1 282 500
02 252 DESPORTO, RECREIO E LAZER																			
02 252 2003/28		Complexo desportivo de Alpendorada																	
02 252 2003/28	2	Outros Equipamentos e Infra-estruturas	0102 0701040602	E			70	01/2007	12/2017		255 761	65 000	317 900		638 681				
02 252 2003/32		Outras instalações desportivas e recreativas																	
02 252 2010/3		Aquisição de Material e Equipamento Desportivo	0102 0701040606	E			01	01/2003	12/2017		1 202 563	20 000	20 000		1 222 563				
02 252 2010/3	1	Equipamento Desportivo	0102 07011002	O			02	01/2010	12/2016		2 523	2 600	2 600		5 123				
02 252 2010/6		Requalificação da Zona Ribeirinha do Torrão	0102 0703031302	E			01	01/2010	12/2017		100	100	1 999 900		2 000 000				
02 252 2013/1	2	Parque Fluvial de Alpendorada e Matos																	
02 252 2013/1	2	Aquisição de equipamento básico	0102 07011002	O			01	01/2013	12/2016	0	28 157	5 000	5 000		33 157				
02 252 2013/2		Parque de Lazer da Cidade																	
02 252 2013/2	1	Construção/Manutenção do Parque - Obra	0102 0701040506	E			40	01/2013	12/2016	0	29 919	500	500		30 419				
02 252 2013/2	2	Aquisição de equipamento básico	0102 07011002	O			40	01/2013	12/2017	0	59 493	10 000	10 000		69 493				
02 252 2014/14		Reabilitação das Piscinas Municipais-Marco																	
02 252 2016/1		Reabilitação Energética das inst. desportivas - Pavilhão Bernardino Coutinho	0102 0701040604	O			01	01/2014	12/2016		45 203	7 500	7 500		52 703				
02 252 2016/1	2	Empreitada	0102 0701040611	E			15	01/2016	12/2017	0	100	100	1 249 900		1 250 000				
02 252 2016/2		Reabilitação Energética das inst. desportivas - Piscinas Municipais em Alpendorada																	
02 252 2016/2	2	Empreitada	0102 0701040611	E			15	01/2016	12/2017	0	100	100	249 900		250 000				
02 252 2016/12		Construção, Recuperação e Apetrechamento das Infra-Estruturas do Desporto Escolar																	
02 252 2016/12	4	Empreitada	0102 0701030199	O			02	01/2016	12/2016		5 000	5 000	5 000		5 000				
Totais do Programa 252:											1 623 639	115 900	115 900	0	3 817 600	0	0	0	5 557 139
02 253 OUTRAS ACTIVIDADES CÍVICAS E RELIGIOSAS																			
02 253 2016/6		Orçamento Participativo Jovem do Marco de Canaveses																	
02 253 2016/6	1	Projeto O.P.J. - Investimento - domínio público	0102 0703031399	O			100	01/2016	12/2017		10 000	10 000	10 000		20 000				

Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2016

Obj. Prog.	Projeto Ano / Nº / Ação	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	2016		Anos seguintes			Total previsto (i) = (a)+(b)+ (e)+(f)+(g)+(h)		
					AC	AA	FC		Início	Fim			Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2017 (e)	2018 (f)		2019 (g)	Outros (h)
FUNÇÕES SOCIAIS																				
OUTRAS ACTIVIDADES CÍVICAS E RELIGIOSAS																				
02	253	2	0102 0701041398	O	100		100	01/2016	12/2017		0	10 000	10 000	0	0	0	0	20 000		
Totais do Programa 253:												0	20 000	20 000	0	0	0	0	40 000	
Totais do Objetivo 02:												3 851 088	1 974 700	1 974 700	0	11 520 150	0	0	0	17 345 938
FUNÇÕES ECONÓMICAS																				
INDÚSTRIA E ENERGIA																				
03	320	2008/13	0102 0701040404	E	15	85	01	06/2011	05/2016	1	222 373	34 000	34 000					256 373		
03	320	2016/3	0102 0701040405	E	15	85	01	01/2016	12/2017	0	100	100	100					424 000		
03	320	2016/4	0102 0701040405	E	15	85	01	01/2016	12/2017	0	100	100	100					424 000		
Totais do Programa 320:												222 373	34 200	34 200	0	847 800	0	0	0	1 104 373
TRANSPORTES RODOVIÁRIOS																				
03	331	2003/80	0102 07030301	O			01	01/2002	12/2017		1 488 861	320 000	320 000					2 287 861		
03	331	2003/81	0102 0703030802	E			01	01/2002	12/2017	4	81 235	100	100					401 335		
03	331	2003/122	0102 07010409	O			01	01/2002	12/2016		135 496	80 000	80 000					215 496		
03	331	2013/19	0102 0703030820	E			01	01/2013	12/2017	0	132 874	100	100					242 874		
03	331	2015/9	0102 0703030821	E			01	01/2015	12/2052	0		159 000	159 000					159 000		
03	331	2016/8	0102 07030301	E			01	01/2016	12/2017	0	187 000	197 000	197 000					1 197 000		
Totais do Programa 331:												1 838 466	756 200	756 200	0	1 908 900	0	0	0	4 503 566

Município de Marco de Canaveses

Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2016

Obj. Prog.	Projeto Ano / Nº Ação	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas			Total previsto (i) = (a)+(b)+ (e)+(f)+(g)+(h)						
					AC	AA	FC		2016 Financiam. definido (c)	2017 Financiam. não definido (d)			Anos seguintes									
													2018 (f)	2019 (g)	Outros (h)							
03																						
FUNÇÕES ECONÓMICAS																						
03	342																					
TURISMO																						
03	342	2016/5	0102 0701030703	E			01	01/2016	12/2017	0		0	100	100	476 900	0	0	477 000				
													Totais do Programa 342:		0	100	476 900	0	0	477 000		
													Totais do Objetivo 03:		2 060 839	790 500	790 500	0	3 233 600	0	0	6 084 939
													Total Geral:		7 943 671	3 159 200	3 159 200	0	14 803 750	0	0	25 906 621

ORGÃO EXECUTIVO
Em 30 de Outubro de 2015
Chantal Moreira

ORGÃO DELIBERATIVO
Em 16 de Novembro de 2015
A. J. - L. J.

6- Plano de Atividades Mais Relevantes (Mapa)



Atividades mais Relevantes do ano 2016

(valores em euros)

Obj. Prog.	Projeto Ano / Nº Ação	Designação	Código Classificação Orçamental	Formal de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	2016		Anos seguintes		Total previsto (i) = (a)+(b)+ (e)+(f)+(g)+(h)			
					AC	AA	FC		Início	Fim			Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2017 (e)	2018 (f)		2019 (g)	Outros (h)	
FUNÇÕES GERAIS																				
ADMINISTRAÇÃO GERAL																				
01	01 111	Encargos instalações - Consumos água, saneamento e outros	0102 020201	O				02	01/2006	12/2017	5	12 703 764	1 111 500	3 334 500			17 149 764			
01	111	Locação de Material de Transporte	0102 020206	O				02	01/2013	12/2017	2	19 570	25 000	25 000			69 570			
01	111	Locação de Outros Bens	0102 020208	O				02	01/2013	12/2017	2	147 466	35 000	35 000			217 466			
01	111	Combustíveis e lubrificantes																		
01	111	Aquisição de Gasóleo	0102 02010202	O				01	01/2013	12/2018	5	1 462 182	220 000	220 000			1 902 182			
01	111	Aquisição de combustíveis - Outros	0102 02010299	O				01	01/2013	12/2018	5	623 952	291 000	291 000			1 205 952			
01	111	Estudos, Pareceres, Projetos e Consultadoria	0102 020214	O				02	01/2016	12/2017		92 250	92 250				92 250			
Totais do Programa 111:												14 956 934	1 774 750	1 774 750	0	3 905 500	0	0	0	20 637 184
01	01 121	PROTEÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS																		
01	121	Protocolo de colaboração (A.H. Bombeiros Vol. Marco Canaj-Desp corrente	0102 040701	0				02	01/2010	12/2016		288 000	48 000	48 000			336 000			
Totais do Programa 121:												288 000	48 000	48 000	0	0	0	0	0	336 000
Totais do Objetivo 01:												15 244 934	1 822 750	1 822 750	0	3 905 500	0	0	0	20 973 184
FUNÇÕES SOCIAIS																				
ENSINO NÃO SUPERIOR																				
02	211	Requalificação do Parque Escolar																		
02	211	Reparação de Edifícios Escolares-Administração Directa	0102 020121	0				01	01/2009	12/2017	0	88 369	50 000	50 000			238 369			
02	211	Projecto Escola Feliz																		
02	211	Material de educação	0102 020120	O				02	01/2009	12/2016	0	55 767	15 000	15 000			70 767			
02	211	Plano Nacional de Leitura- Ler +																		
02	211	Aquisição de Livros p/ Bibliotecas das escolas	0102 020120	O				02	01/2011	12/2016	0	11 824	2 500	2 500			14 324			
02	211	Protocolo de Colaboração-CERCIMARCO	0102 040701	0				02	01/2016	12/2017		18 000	18 000				18 000			
Totais do Programa 211:												155 960	85 500	85 500	0	100 000	0	0	0	341 460
SERVIÇOS AUXILIARES DE ENSINO																				
02	212	Transportes Escolares	0102 020210	O				02	01/2005	12/2017	5	7 673 774	584 000	584 000			10 009 774			
02	212	Componente de Apoio à Família Prolongamento-JI	0102 020220	0				02	01/2013	12/2016	2	43 211	30 000	30 000			73 211			
02	212	Form. Refeições JI/EB1-Aquisição Serviços	0102 020220	O				02	01/2013	12/2016	2	261 525	200 000	200 000			461 525			
02	212	Form. Refeições JI/EB1 - Protocolos	0102 040701	O							2	86 037	6 000	6 000			92 037			

Atividades mais Relevantes do ano 2016

Obj. Prog.	Projeto	Ano / Nº Ação	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas			Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)		
						AC	AA	FC		Início	Fim			2016 Financiam. definido (c)	2017 (e)	2018 (f)		2019 (g)	Outros (h)
02 FUNÇÕES SOCIAIS																			
02 212 SERVIÇOS AUXILIARES DE ENSINO																			
02 212	2015/5002		Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências-Educação	0102 04050102	0				02	01/2015	12/2017		308 546				576 000	884 546	
02 212	2015/50021		Primeiro Ciclo-Ensino Básico	0102 04050102	0				02	01/2015	12/2017		577 784				1 212 000	1 789 784	
02 212	2015/5005		Ensino Pré-Escolar																
02 212	2015/50051		Acordos de Execução de Delegação de Competências-Educação	0102 04050102	0				02	01/2015	12/2017		44 694				138 000	274 694	
02 212	2015/50052		Conservação e Manutenção de Estabelecimentos Escolares-Pré-Escolar e 1º CEB	0102 04050102	0				02	01/2015	12/2017		11 655				25 000	61 655	
02 212	2015/50053		Manutenção e Conservação de Espaços Envolventes-Pré-Escolar e 1º CEB																
02 212	2015/5007		Programa Generalização Actividades Enriquecimento Curricular																
02 212	2015/50071		Protocolo de Colaboração-Prestação de Serviços	0102 020220	0				02	01/2015	12/2017		73 508				115 000	303 508	
02 212	2015/50072		Encargos com Pessoal	0102 010107	0				02	01/2015	12/2017		26 322				35 000	61 322	
02 212	2015/50073		Protocolos de Colaboração-Colektividades	0102 040701	0				02	01/2015	12/2017		13 584				20 000	53 584	
02 212	2015/50074		Outras Despesas Correntes	0102 020121	0				02	01/2015	12/2017		44 245				1 500	3 000	
02 212	2015/5008		Ação Social Escolar-1º CEB-Material Didático	0102 040802	0				02	01/2015	12/2017		44 245				50 000	94 245	
Totais do Programa 212:													9 164 885	2 982 500	2 982 500	0	0	0	14 162 885
02 232 AÇÃO SOCIAL																			
02 232	2006/5017		Participação, Transf. verbas - Ação Social - Despesas Capital	0102 080701	0				02	01/2005	12/2016		357 500				5 000	362 500	
02 232	2008/5001		Compart. Transf. verbas - Ação Social - Transf. Cap (Centros Dia/Convívio e outras)	0102 08050102	0				02	01/2008	12/2016		65 161				24 000	89 161	
02 232	2010/5001		Campanha de Solidariedade "Natal com um Sorriso"																
02 232	2010/50011		Aquisição de Serviços	0102 020225	0				02	01/2010	12/2016		13 174				5 000	1 000	
02 232	2010/50012		Aquisição de Bens	0102 020121	0				02	01/2010	12/2016		435 835				35 000	18 174	
Totais do Programa 232:													435 835	35 000	35 000	0	0	0	470 835
02 241 HABITAÇÃO																			
02 241	2015/1		Habilitação Social-Eficiência energética																
02 241	2015/1	2	Estudos, pareceres, projetos e consultadoria	0102 020225	0				02	01/2015	12/2017		0				5 000	100 000	
Totais do Programa 241:													0	5 000	5 000	0	0	0	100 000

Município de Marco de Canaveses

Atividades mais Relevantes do ano 2016

Obj. Prog.	Projeto Ano / N.º / Ação	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma Fonte Financiamento de Realiz. (%)			Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	2016			Anos seguintes			Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
				AC	AA	FC	Início	Fim			Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2017 (e)	2018 (f)	2019 (g)	Outros (h)	
02		FUNÇÕES SOCIAIS															
02 242		ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO															
02 242	2006/5009	Comparticipação, Transferências de verbas - Despesas Capital	0102 08050102	0	01		01/2005	12/2016		791 739	51 845	51 845					843 584
							Totais do Programa 242:			791 739	51 845	51 845	0	0	0	0	843 584
02 244		ABASTECIMENTO DE ÁGUA															
02 244	2012/5003	Comparticipação, Transferência de Verbas-Despesas de Capital	0102 08050102	0	02		01/2012	12/2016		35 788	500	500					36 288
							Totais do Programa 244:			35 788	500	500	0	0	0	0	36 288
02 245		RESÍDUOS SÓLIDOS															
02 245	2006/5011	Entrega e Recepção R.S.U e Recol Select Valor, Trat e Destino Final	0102 020202	0	02		01/2006	12/2017		4 888 720	420 000	420 000		1 260 000			6 568 720
02 245	2006/5012	Recolha e Transporte de R.S.U e Lavagem e Desinf. de Contentores	0102 020202	0	02		01/2005	12/2017		7 025 371	630 000	630 000		1 890 000			9 545 371
02 245	2015/5003	Contratos Interadministrativos de Delegação de Competência-RSU	0102 04050102	0	02		01/2015	12/2017		87 581	222 768	222 768		226 232			536 581
							Totais do Programa 245:			12 001 672	1 272 768	1 272 768	0	3 376 232	0	0	16 650 672
02 246		PROTEÇÃO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA N.															
02 246	2006/5013	Comparticipação, Transf verbas-Cemitérios, Capelas Mortu e outras	0102 08050102	0	02		01/2006	12/2016		449 938	25 000	25 000					474 938
02 246	2015/5006	Acordos de Execução de Delegação de Competências-Limpeza de Vias e Espaços Públicos	0102 04050102	0	02		01/2015	12/2017		85 738	178 000	178 000		178 000			441 738
							Totais do Programa 246:			535 676	203 000	203 000	0	178 000	0	0	916 676
02 251		CULTURA															
02 251	2006/5014	Comparticipação,Transf verbas-Dinamização cultural-Despesas Corrente	0102 040701	0	02		01/2005	12/2016		544 553	50 000	50 000					594 553
02 251	2006/5015	Comparticipação, Transf verbas-Dinamização cultural-Despesas Capital	0102 080701	0	02		01/2005	12/2016		58 863	2 500	2 500					61 363
02 251	2009/5004	Festas do Marco-Anho Assado c/ Airoz Forno/Feira Colec/Festa Ceny Franc Petiscos															
02 251	2009/5004.1	Aquisição de bens	0102 020121	0	02		01/2009	12/2016		301	2 000	2 000					2 301
02 251	2009/5004.2	Aquisição de serviços	0102 020225	0	02		01/2009	12/2016		20 417	11 050	11 050					31 467
02 251	2009/5004.3	Publicidade	0102 020217	0	02		01/2009	12/2016			4 650	4 650					4 650
02 251	2009/5005	Festas do Marco - Feira do Artesanato, Gastronomia e Vinhos															
02 251	2009/5005.1	Aquisição de bens	0102 020121	0	02		01/2009	12/2016		8 779	2 000	2 000					10 779
02 251	2009/5005.2	Aquisição de serviços	0102 020225	0	02		01/2009	12/2016		298 700	54 900	54 900					353 600

Atividades mais Relevantes do ano 2016

Obj. Prog.	Projeto	Designação	Código Classificação Orçamental	Formal de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas				Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
					AC	AA	FC		2016	Anos seguintes							
02	Ano / Nº Ação								Início	Fim		2016	2017	2018	2019	Outros	
												Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	(f)	(g)	(h)	
												(b)=(c)+(d)	(e)	(f)	(g)	(h)	
FUNÇÕES SOCIAIS																	
CULTURA																	
02 251	02 251	2009/50053	Pirotecnia	0			02	01/2009	12/2016			11 000				11 000	
02 251	02 251	2009/50054	Publicidade	0			02	01/2009	12/2016			3 850				3 850	
02 251	02 251	2009/50055	Ofertas e Condecorações	0			02	01/2009	12/2016			500				500	
02 251	02 251	2010/5007	Marco de Letras-Feira do Livro de Marco de Canaveses														
02 251	02 251	2010/50071	Aquisição de Serviços	0			02	01/2010	12/2016		11 321	3 600				14 921	
02 251	02 251	2010/50072	Aquisição de Bens	0			02	01/2010	12/2016		635	1 500				2 135	
02 251	02 251	2016/9	Reparação e Beneficiação Diversas de Instalações Municipais Culturais														
02 251	02 251	2016/9 2	Administração direta	0			02	01/2016	12/2016	0		25 000				25 000	
02 251	02 251	2016/10	Bienal da Pedra														
02 251	02 251	2016/10 1	Aquisição de serviços	0			02	01/2016	12/2016			34 300				34 300	
02 251	02 251	2016/10 2	Aquisição de bens	0			02	01/2016	12/2016			1 000				1 000	
02 251	02 251	2016/10 3	Ofertas	0			02	01/2016	12/2016			700				700	
02 251	02 251	2016/10 4	Publicidade	0			02	01/2016	12/2016			4 000				4 000	
02 251	02 251	2016/11	Prémios Carmen Miranda														
02 251	02 251	2016/11 1	Aquisição de serviços	0			02	01/2016	12/2016			1 500				1 500	
02 251	02 251	2016/11 2	Aquisição de bens	0			02	01/2016	12/2016			250				250	
02 251	02 251	2016/11 3	Publicidade	0			02	01/2016	12/2016			200				200	
02 251	02 251	2016/11 4	Prémios e Ofertas	0			02	01/2016	12/2016			3 500				3 500	
Totais do Programa 251:												943 569	0	0	0	0	1 161 569
DESPORTO, RECREIO E LAZER																	
02 252	02 252	2006/5016	Participação, Transf Verbas - Desporto - Despesas Capital	0			02	01/2005	12/2016			806 541				836 541	
02 252	02 252	2006/5020	Participação, transf verbas - Desporto - Despesas Correntes	0			02	01/2005	12/2016			1 677 400				1 947 400	
02 252	02 252	2010/3	Aquisição de Material e Equipamento Desportivo														
02 252	02 252	2010/3 2	Aquisição de Material	0			02	01/2010	12/2016			2 000				2 000	
02 252	02 252	2010/5008	Eventos para o Fomento, Promoção e Difusão da Saúde e do Desporto														
02 252	02 252	2010/5008 1	Aquisição de Serviços	0			02	01/2010	12/2016			923				15 923	
02 252	02 252	2010/5008 2	Aquisição de Bens	0			02	01/2010	12/2016			3 523				12 473	
02 252	02 252	2010/5008 3	Prémios e Ofertas	0			02	01/2010	12/2016			5 000				5 000	

Atividades mais Relevantes do ano 2016

Obj. Prog.	Projeto Ano / Nº / Ação	Designação	Código Classificação Orgâmental	Forma Fonte Financiamento			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	2016			Anos seguintes		Total previsto (i) = (a)+(b)+ (e)+(f)+(g)+(h)	
				Realiz.	%			Início	Fim			Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2017 (e)	2018 (f)	2019 (g)		Outros (h)
					AC	AA												
FUNÇÕES SOCIAIS																		
02	02 252	DESPORTO, RECREIO E LAZER																
02	252	Publicidade	0102 020217	0		02	01/2010	12/2016			5 000	5 000	5 000					5 000
02	252	Reabilitação Energética das inst. desportivas - Pavilhão Bernardino Coutinho	0102 020214	0	15	85	02	01/2016	12/2017	0	70 000	5 000	5 000	70 000				75 000
02	252	Reabilitação Energética das inst. desportivas - Piscinas Municipais em Alpendorada	0102 020214	0	15	85	01	01/2016	12/2017	0	70 000	5 000	5 000	70 000				75 000
02	252	Construção, Recuperação e Apetrechamento das Infra-Estruturas do Desporto Escolar	0102 020225	0		02	01/2016	12/2016			12 000	12 000	9 000					12 000
02	252	Aquisição de serviços	0102 020121	0		02	01/2016	12/2016			9 000	9 000						9 000
02	252	Aquisição de bens									2 488 387	366 950	366 950	0	140 000	0	0	2 995 337
Totais do Programa 252:																		
02	253	OUTRAS ACTIVIDADES CÍVICAS E RELIGIOSAS									177 561	30 000	30 000					207 561
02	253	Compart., Transf Verbas - Ações Recreativas e outras - Despesas Capital	0102 080701	0			01/2008	12/2016			177 561	30 000	30 000					207 561
02	253	Orçamento Participativo Jovem do Marco de Canaveses																
02	253	Projeto O.P.J - Aquisição de serviços	0102 020225	0	100	02	01/2016	12/2017	0		5 000	5 000	5 000	5 000				10 000
02	253	Projeto O.P.J - Aquisição de bens	0102 020121	0	100	02	01/2016	12/2017			5 000	5 000	5 000	5 000				10 000
Totais do Programa 253:																		
											177 561	40 000	40 000	0	10 000	0	0	227 561
Totais do Objetivo 02:																		
											26 731 072	5 271 063	5 271 063	0	5 904 732	0	0	37 906 867
03	03 320	FUNÇÕES ECONÓMICAS																
03	320	INDÚSTRIA E ENERGIA																
03	320	Ilum Pub LED na cidade do M.C. na área não abrangida pela Reab. Urbana	0102 020214	0	15	85	02	01/2016	12/2017	0	5 000	5 000	5 000	70 000				75 000
03	320	Estudos, pareceres, projetos e consultadoria																
03	320	Ilum Pub LED na rede da Vila de Alpendorada	0102 020214	0	15	85	02	01/2016	12/2017	0	5 000	5 000	5 000	70 000				75 000
03	320	Estudos, pareceres, projetos e consultadoria																
Totais do Programa 320:																		
											0	10 000	10 000	0	140 000	0	0	150 000

Atividades mais Relevantes do ano 2016

Obj. Prog.	Projeto Ano / Nº Ação	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	2016			Anos seguintes			Total previsto (i) = (a)+(b)+(c) (e)+(f)+(g)+(h)	
					AC	AA	FC		Início	Fim			Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2017 (e)	2018 (f)	2019 (g)	Outros (h)		
																				(b)=(c)+(d)
03 FUNÇÕES ECONÓMICAS																				
03 331 TRANSPORTES RODOVIÁRIOS																				
03 331	2006/5001	Comparticipação, Transferências verbas - Juntas de Freguesia	0102 08050102	0			02	01/2005	12/2016		1 702 033	5 000	5 000	5 000	0	0	0	0	1 707 033	
Totais do Programa 331:												1 702 033	5 000	5 000	0	0	0	0	0	1 707 033
03 342 TURISMO																				
03 342	2015/3	Promoção do Potencial Turístico do Marco de Canaveses																		
03 342	2015/3	Aquisição de Bens	0102 020121	0			02	01/2015	12/2016		791	10 000	10 000	10 000	0	0	0	0	10 791	
03 342	2015/3	Aquisição de Serviços	0102 020225	0			02	01/2015	12/2016		2 357	35 000	35 000	35 000	0	0	0	0	37 357	
03 342	2015/3	Prémios, Condecorações e Ofertas	0102 020115	0			02	01/2015	12/2016			10 000	10 000	10 000	0	0	0	0	10 000	
03 342	2015/3	Publicidade	0102 020217	0			02	01/2015	12/2016			5 000	5 000	5 000	0	0	0	0	5 000	
Totais do Programa 342:												3 148	60 000	60 000	0	0	0	0	0	63 148
Totais do Objeto 03:												1 705 181	75 000	75 000	0	140 000	0	0	0	1 920 181
04 OUTRAS FUNÇÕES																				
04 410 OPERAÇÕES DA DÍVIDA AUTÁRQUICA																				
04 410	2009/5007	Transferências de capital para instituições	0102 08050108	0			02	01/2009	12/2016	0	0	100	100	100	0	0	0	0	100	
Totais do Programa 410:												0	100	100	0	0	0	0	0	100
04 420 TRANSFERÊNCIAS ENTRE ADMINISTRAÇÕES																				
04 420	2007/5008	Compart. do Município no Pacto de Promoção do Baixo Tâmega																		
04 420	2007/50081	Comparticipação nos projectos da A.M.B.T - Despesas Correntes	0102 04050104	0				01/2007	12/2016		342 429	80 000	80 000	80 000	0	0	0	0	422 429	
04 420	2007/50082	Comparticipação nos projectos da A.M.B.T - Despesas de Capital	0102 08050104	0				01/2007	12/2016		51 100	10 000	10 000	10 000	0	0	0	0	61 100	
04 420	2007/50083	Comparticipação nos projectos da A.D.R.E.D.T - Despesas Correntes	0102 04050104	0				01/2007	12/2016			100	100	100	0	0	0	0	100	
04 420	2009/28	Transferências entre Administrações - Outras																		
04 420	2009/28 1	Transferências correntes	0102 04050104	0			02	01/2009	12/2016	0	62 717	41 000	41 000	41 000	0	0	0	0	103 717	
04 420	2009/28 2	Transferências de capital	0102 08050104	0			02	01/2009	12/2016	0	8 071	5 000	5 000	5 000	0	0	0	0	13 071	
04 420	2010/1	Compart.do Município na CIM-TS																		
04 420	2010/1 1	Comparticipação nos projectos-Transf. Corrente	0102 04050104	0			02	01/2010	12/2017		92 715	61 500	61 500	61 500	0	0	0	0	215 715	
04 420	2010/1 2	Comparticipação nos projectos-Transf. Capital	0102 08050104	0			02	01/2010	12/2017		37 328	20 000	20 000	20 000	0	0	0	0	57 328	
04 420	2015/5001	Contribuição para o Fundo de Apoio Municipal	0102 090806	0			02	01/2015	12/2021		88 562	177 124	177 124	177 124	0	0	0	0	354 251	

Município de Marco de Canaveses

Atividades mais Relevantes do ano 2016

Obj. Prog.	Projeto Ano / Nº Ação	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	2016 Financiam. definido		2017 (e)	Anos seguintes		Total previsto (i) = (a)+(b)+ (e)+(f)+(g)+(h)		
					AC	AA	FC		Início	Fim			2016 Financiam. definido (c)	2018 (f)		2019 (g)				
																	(b)=(c)+(d)		Outros (h)	
04		OUTRAS FUNÇÕES																		
04 420		TRANSFERÊNCIAS ENTRE ADMINISTRAÇÕES																		
04 420	2015/5004	Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências-Investimentos	0102 08050102	0			02	01/2015	12/2017		116 508	785 000	785 000	350 000					1 251 508	
Totais do Programa 420:												799 430	1 179 724	1 179 724	0	588 624	177 124	177 124	354 251	3 276 277
Totais do Objetivo 04:												799 430	1 179 824	1 179 824	0	588 624	177 124	177 124	354 251	3 276 377
Total Geral:												44 480 617	8 348 637	8 348 637	0	10 538 856	177 124	177 124	354 251	64 076 609

ORGÃO EXECUTIVO
Em 30 de Outubro de 2015
Manuel Moreira

ORGÃO DELIBERATIVO
Em 16 de Novembro de 2015
P.L. - 11

7- Grandes Opções do Plano (Mapa)



Município de Marco de Canaveses

Grandes Opções do Plano do ano 2016

Obj. Prog.	Projeto Ano / Nº / Ação	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Despesas (valores em euros)				Total previsto (i) = (a)+(b)+ (e)+(f)+(g)+(h)		
					AC	AA	FC		Início	Fim		Realizado (a)	2016		Anos seguintes			
													2016 Financiam. definido (c)	2016 Financiam. não definido (d)	2017 (e)		2018 (f)	2019 (g)
01		FUNÇÕES GERAIS																
01 111		ADMINISTRAÇÃO GERAL																
01 111	2006/5007	Encargos instalações - Consumos água, saneamento e outros	0102 020201	0			02	01/2006	12/2017	5			12 703 764	1 111 500	1 111 500	3 334 500	17 149 764	
01 111	2007/8	Aquisição de terrenos-outros	0102 070104	0				01/2007	12/2016				313 045	41 000	41 000		354 045	
01 111	2009/6	Equipamento de informática	0102 070107	0			02	01/2009	12/2016	0			131 143	15 000	15 000		146 143	
01 111	2009/7	Software Informático	0102 070108	0			02	01/2009	12/2016	0			234 642	38 000	38 000		272 642	
01 111	2009/8	Equipamento Básico-Outro	0102 0701002	0			02	01/2009	12/2017	0			642 438	50 000	50 000		742 438	
01 111	2009/9	Ferramentas e Utensílios	0102 070111	0			02	01/2009	12/2016	0			51 007	10 000	10 000		61 007	
01 111	2009/10	Equipamento Administrativo	0102 070109	0			02	01/2009	12/2016	0			54 232	15 000	15 000		69 232	
01 111	2009/11	Equipamento de Transporte	0102 07010602	0			01	01/2009	12/2017	0			183 073	100 000	100 000		283 073	
01 111	2009/30	Reparação e Beneficiação Diversas de Instalações	0102 0701030199	0			01	01/2009	12/2016	0			192 652	65 000	65 000		257 652	
01 111	2011/1	Adaptação de Instalações para Serviços Técnicos Municipais	0102 0701030109	E			01	01/2011	12/2016	1			109 467	10 000	10 000		119 467	
01 111	2013/5003	Locação de Material de Transporte	0102 020206	0			02	01/2013	12/2017	2			19 570	25 000	25 000		69 570	
01 111	2013/5004	Locação de Outros Bens	0102 020208	0			02	01/2013	12/2017	2			147 466	35 000	35 000		217 466	
01 111	2013/5005	Combustíveis e lubrificantes																
01 111	2013/5005.1	Aquisição de Gasóleo	0102 02010202	0			01	01/2013	12/2018	5			1 482 182	220 000	220 000		1 902 182	
01 111	2013/5005.2	Aquisição de combustíveis - Outros	0102 02010299	0			01	01/2013	12/2018	5			623 952	291 000	291 000		1 205 952	
01 111	2016/13	Estudos, Pareceres, Projetos e Consultadoria	0102 020214	0			02	01/2016	12/2017				92 250	92 250	92 250		92 250	
		Totais do Programa 111:											16 868 633	2 118 750	2 118 750	3 955 500	22 942 883	
01 120		SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICAS																
01 120	2013/22	Adap. Edif. Posto GNR de Alp. e Matos-Arranjos Exteriores, AVAC, Equipamento, ITED, REestruturada e Informática	0102 0701030199	E			15	85	01	04/2013	12/2016		120 045	50 000	50 000		170 045	
		Totais do Programa 120:											120 045	50 000	50 000		170 045	
01 121		PROTEÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÉNDIOS																
01 121	2010/5012	Protocolo de colaboração (A.H. Bombeiros Vol. Marco Canal)-Desp corrente	0102 040701	0			02	01/2010	12/2016				288 000	48 000	48 000		336 000	
		Totais do Programa 121:											288 000	48 000	48 000		336 000	
		Totais do Objetivo 01:											17 276 678	2 216 750	2 216 750	0	3 955 500	23 448 928

Grandes Opções do Plano do ano 2016

Obj. Prog.	Projeto	Ano / Nº Ação	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	2016			Total (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)		
						AC	AA	FC		Início	Fim			Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)		Anos seguintes	
																		2017 (e)	2018 (f)
FUNÇÕES SOCIAIS																			
ENSINO NÃO SUPERIOR																			
02 211			Construção EBI - Rio de Galinhas	0102 0701030529	E				01	01/2008	12/2017	0		100			100		
02 211	2008/19																250 000		
02 211	2008/20		Ampliação/Requalificação EB1 Feira Nova - Atiz	0102 0701030531	E				01	01/2008	12/2017	0		100			249 900		
02 211	2008/22		Ampliação/Requalificação EB1 S. Sebastião - Penhalonga	0102 0701030533	E				01	01/2008	12/2017	0		100			249 900		
02 211	2008/23		Requalificação EB1 e JI Gandra - V Douro	0102 0701030530	E				01	01/2008	12/2017	0		100			50 000		
02 211	2008/24		Ampliação/Requalificação EB1 Cruzeiro - Torrão	0102 0701030535	E				01	01/2008	12/2017	0		100			324 900		
02 211	2008/25		Ampliação/Requalificação EB1 Picota - Tuias	0102 0701030536	E				01	01/2008	12/2016	0	320 009	5 000			325 009		
02 211	2008/26		Ampliação/Requalificação EB1 Esperança - V O Aliv	0102 0701030537	E				01	01/2008	12/2017	0		100			300 000		
02 211	2008/27		Ampliação/Requalificação EB1 e JI Gouveia V O Alviada	0102 0701030548	E				01	01/2008	12/2017	0		100			50 000		
02 211	2008/28		Ampliação/Requalificação EB1 Lordelo - Vila B Quires	0102 0701030539	E				01	01/2008	12/2017	0		100			250 000		
02 211	2008/29		Ampliação/Requalificação EB1 Vale do Côvo - Alpendurada e Matos	0102 0701030540	E				01	01/2008	12/2017	0		100			250 000		
02 211	2008/30		Ampliação/Requalificação EB1 - Paços de Gaiolo	0102 0701030541	E				01	01/2008	12/2017	0		100			150 000		
02 211	2008/31		Ampliação/Requalificação EB1 e JI Barroca - Rio de Galinhas	0102 0701030542	E				01	01/2008	12/2017	0		100			150 000		
02 211	2008/32		Requalificação da EB1 Ladário - Tabuado	0102 0701030543	E				01	01/2008	12/2017	0		100			75 000		
02 211	2008/33		Requalificação EB1 e JI Livração - Toutosa	0102 0701030544	E				01	01/2008	12/2017	0		100			50 000		
02 211	2008/34		Ampliação/Requalificação EB1 Igreja - Vila B Quires	0102 0701030545	E				01	01/2008	12/2017	0		100			100		
02 211	2008/35		Ampliação/Requalificação EB1 Carreira - Avesadas	0102 0701030546	E				01	01/2008	12/2017	0		100			250 000		
02 211	2008/36		Ampliação/Requalificação EB1 e JI Fontelas - Constance	0102 0701030547	E				01	01/2008	12/2017	0		100			250 000		
02 211	2009/2		Construção Centro Escolar de Fornos						01	01/2009	12/2016		829 345	5 000			834 345		
02 211	2009/2	1	Obra e Arranjos Exteriores	0102 0701030551	E														
02 211	2009/12		Requalificação do Parque Escolar																
02 211	2009/12	1	Reparação de Edifícios Escolares-Emprelada	0102 0701020301	E				01	01/2009	12/2016	0	119 468	75 000			194 468		
02 211	2009/12	2	Reparação de Edifícios Escolares-Administração Direcia	0102 020121	0				01	01/2009	12/2017	0	88 369	50 000			238 369		
02 211	2009/14		Projecto Escola Feliz																
02 211	2009/14	2	Material de educação	0102 020120	0				02	01/2009	12/2016	0	55 767	15 000			70 767		
02 211	2011/2		Plano Nacional de Leitura- Ler +																
02 211	2011/2	3	Aquisição de Livros p/ Bibliotecas das escolas	0102 020120	0				02	01/2011	12/2016	0	11 824	2 500			14 324		
02 211	2016/14		Protocolo de Colaboração-CERCIMARCO	0102 040701	0				02	01/2016	12/2017		18 000	18 000			18 000		

Grandes Opções do Plano do ano 2016

Obj. Prog.	Projeto Ano / Nº Ação	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	2016			Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)	
					AC	AA	FC		Início	Fim			2016 Financiam. definido (c)	2017 Financiam. não definido (d)	Anos seguintes		
															2017 (e)		2018 (f)
FUNÇÕES SOCIAIS																	
ENSINO NÃO SUPERIOR																	
02 211	02 211	Requalificação da Escola Básica de Eiró-Soalhães	0102 0701030553	E				01	01/2016	12/2017		12 000	12 000	12 000	624 000	636 000	
Totais do Programa 211:												1 424 782	184 100	184 100	3 372 600	4 981 482	
SERVIÇOS AUXILIARES DE ENSINO																	
02 212	02 212	Transportes Escolares	0102 020210	0				02	01/2005	12/2017	5	7 673 774	584 000	584 000	1 752 000	10 009 774	
02 212	02 212	Componente de Apoio à Família Prolongamento-JI	0102 020220	0				02	01/2013	12/2016	2	43 211	30 000	30 000		73 211	
02 212	02 212	Forn. Refeições JI/EB1-Aquisição Serviços	0102 020220	0				02	01/2013	12/2016	2	261 525	200 000	200 000		461 525	
02 212	02 212	Forn. Refeições JI/EB1 - Protocolos	0102 040701	0				02	01/2013	12/2016	2	86 037	6 000	6 000		92 037	
02 212	02 212	Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências-Educação															
02 212	02 212	Primeiro Ciclo-Ensino Básico	0102 04050102	0				02	01/2015	12/2017		308 546	576 000	576 000		884 546	
02 212	02 212	Ensino Pré-Escolar	0102 04050102	0				02	01/2015	12/2017		577 784	1 212 000	1 212 000		1 789 784	
02 212	02 212	Acordos de Execução de Delegação de Competências-Educação															
02 212	02 212	Conservação e Manutenção de Estabelecimentos Escolares-Pré-Escolar e 1º CEB	0102 04050102	0				02	01/2015	12/2017		44 694	138 000	138 000	92 000	274 694	
02 212	02 212	Manutenção e Conservação de Espaços Envolventes-Pré-Escolar e 1º CEB	0102 04050102	0				02	01/2015	12/2017		11 655	25 000	25 000	25 000	61 655	
02 212	02 212	Programa Generalização Atividades Enriquecimento Curricular															
02 212	02 212	Protocolo de Colaboração-Prestação de Serviços Encargos com Pessoal	0102 020220	0				02	01/2015	12/2017		73 508	115 000	115 000	115 000	303 508	
02 212	02 212	Protocolos de Colaboração-Colectividades	0102 010107	0				02	01/2015	12/2017		26 322	35 000	35 000		61 322	
02 212	02 212	Outras Despesas Correntes	0102 040701	0				02	01/2015	12/2017		13 584	20 000	20 000	20 000	53 584	
02 212	02 212	Ação Social Escolar-1º CEB-Material Didático	0102 020121	0				02	01/2015	12/2017		44 245	1 500	1 500	1 500	3 000	
02 212	02 212		0102 040802	0				02	01/2015	12/2017		44 245	50 000	50 000		94 245	
Totais do Programa 212:												9 164 885	2 992 500	2 992 500	2 005 500	14 162 885	
AÇÃO SOCIAL																	
02 232	02 232	Participação, Transf. verbas - Ação Social - Despesas Capital	0102 080701	0				02	01/2005	12/2016		357 500	5 000	5 000		362 500	
02 232	02 232	Compart. Transf. verbas - Ação Social - Transf. Cap (Centros Dia/Convívio e outras)	0102 08050102	0					01/2008	12/2016		65 161	24 000	24 000		89 161	
02 232	02 232	Campanha de Solidariedade "Natal com um Sorriso"															
02 232	02 232	Aquisição de Serviços	0102 020225	0					01/2010	12/2016		1 000	1 000	1 000		1 000	

Município de Marco de Canaveses

Grandes Opções do Plano do ano 2016

Obj. Prog.	Projeto	Ano / Nº Ação	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	2016			Total (b)=(c)+(d)	2017 (e)	Anos seguintes		Total previsto (i)=(a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
						AC	AA	FC		Início	Fim			Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2018 (f)			2019 (g)	Outros (h)	
02			FUNÇÕES SOCIAIS																		
02 232			AÇÃO SOCIAL																		
02 232	2010/50012		Aquisição de Bens	0102 020121	O					01/2010	12/2016		13 174	5 000	5 000	5 000					18 174
			Totais do Programa 232:										435 835	35 000	35 000						470 835
02 241			HABITAÇÃO																		
02 241	2015/1		Habituação Social-Eficiência energética																		
02 241	2015/1	1	Requalificação/Construção	0102 0701020303	O				01	01/2015	12/2017			185 500	185 500		1 000 000				1 185 500
02 241	2015/1	2	Estudos, pareceres, projetos e consultadoria	0102 020225	O				02	01/2015	12/2017			5 000	5 000		95 000				100 000
			Totais do Programa 241:											190 500	190 500		1 095 000				1 285 500
02 242			ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO																		
02 242	2006/5009		Participação, Transferências de verbas - Despesas Capital	0102 08050102	O				01	01/2005	12/2016		791 739	51 845	51 845						843 584
02 242	2008/44		Requalificações Urbanísticas diversas	0102 0701041399	E				01	01/2008	12/2016	0	343 101	159 000	159 000						502 101
			Totais do Programa 242:										1 134 840	210 845	210 845						1 345 685
02 243			SANEAMENTO																		
02 243	2012/8		Construção de Estações Elevatórias(AR) na Área do Município	0102 0701040204	E	15	85	01		01/2012	12/2016			25 000	25 000						25 000
02 243	2013/9		ETAR de Fontambom-Várzea do Douro	0102 0701040303	E	15	85	01		01/2013	12/2016			385 000	385 000						385 000
02 243	2013/13		Outros	0102 0701040314	E				01	01/2013	12/2017	2	482 218	15 000	15 000		159 000				656 218
02 243	2014/6		Construção da ETAR de Maureles	0102 0701040307	E	20	80	01		01/2014	12/2016			246 000	246 000						246 000
02 243	2014/7		Construção da ETAR de Magães/Freixo	0102 0701040308	E	20	80	01		01/2014	12/2017			500	500		105 500				106 000
02 243	2014/10		Rede do Freixo	0102 0701040208	E	20	80	01		01/2014	12/2017			500	500		158 500				159 000
02 243	2015/4		Construção da ETAR do Torrão	0102 0701040305	E				01	01/2015	12/2016			424 000	424 000						424 000
02 243	2015/5		Estações Elevatórias de Águas Residuais (Magrelos e Outras)	0102 0701040209	E				01	01/2015	12/2017			50 000	50 000		158 900				208 900
02 243	2016/7		Redes de Abast. Água e Saneamento em V B Bispo, Fav. Fornos, Rio Galinhas e Tabuado	0102 0701040210	E				01	01/2016	12/2016	1		53 000	53 000						53 000
			Totais do Programa 243:										482 218	1 199 000	1 199 000		581 900				2 263 118
02 244			ABASTECIMENTO DE ÁGUA																		
02 244	2012/5003		Participação, Transferência de Verbas-Despesas de Capital	0102 08050102	O				02	01/2012	12/2016		35 788	500	500						36 288
02 244	2013/4		Construção de Conduta Elevatória (AA) ETA - Maria Gil	0102 0701040702	E	20	80	01		01/2013	12/2017			100	100		148 900				149 000
02 244	2014/2		Auditora de Guilhade/Travassos/Torrão	0102 0701040709	E	20	80	01		01/2014	12/2016		133 308	25 000	25 000						158 308

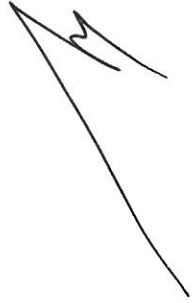
Grandes Opções do Plano do ano 2016

Obj./Proj.	Projeto Ano / Nº Ação	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Despesas (valores em euros)				Total previsto (i) = (a)+(b)+ (e)+(f)+(g)+(h)
					AC	AA	FC		Início	Fim		Anos seguintes			Outros (h)	
												2016 Financiam. definido (c)	2017 (e)	2018 (f)		
02		FUNÇÕES SOCIAIS														
02 244		ABASTECIMENTO DE ÁGUA														
02 244	2014/3	Reforço da Captação de Soalhões	0102 0701040710	E	20	80	01	01/2014	12/2017			100	100	158 900		159 000
02 244	2014/4	Extensão da Rede a Telhe e Lardosa/Soalhães	0102 0701040711	E	20	80	01	01/2014	12/2017			100	100	39 650		39 750
02 244	2014/5	Outros	0102 0701040716	E			01	01/2014	12/2016			500	500	500		500
02 244	2015/6	Rede de Abastecimento de Água-Santo Isidoro e Livração	0102 0701040712	E			01	01/2015	12/2017			100	100	158 900		159 000
02 244	2015/8	Estação Elevatória e Adutora-Carvalheira	0102 0701040714	E			01	01/2015	12/2017			100	100	249 900		250 000
02 244	2016/17	Rede de Abastecimento de Água e Saneamento do Torrão	0102 0701040713	E			01	01/2016	12/2017			100	100	799 900		800 000
														1 556 150		1 751 846
														26 600		26 600
02 245		RESÍDUOS SÓLIDOS														
02 245	2006/5011	Entrega e Recuperação R.S.U e Recol Select Valor, Trat e Destino Final	0102 020202	O			02	01/2006	12/2017			420 000	420 000	1 260 000		6 568 720
02 245	2006/5012	Recolha e Transporte de R.S.U e Lavagem e Desinf. de Contentores	0102 020202	O			02	01/2005	12/2017			630 000	630 000	1 890 000		9 545 371
02 245	2015/5003	Contratos Interadministrativos de Delegação de Competência-RSU	0102 04050102	O			02	01/2015	12/2017			222 768	222 768	226 232		536 581
														3 376 232		16 650 672
														1 272 768		1 272 768
02 246		PROTEÇÃO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA N/														
02 246	2006/5013	Comparticipação, Transf verbas-Cemitérios, Capelas Mortu e outros	0102 08050102	O			02	01/2006	12/2016			25 000	25 000	449 938		474 938
02 246	2015/5006	Acordos de Execução de Delegação de Competências-Limpeza de Vias e Espaços Públicos	0102 04050102	O			02	01/2015	12/2017			178 000	178 000	178 000		441 738
02 246	2016/15	Cemitério Municipal do Marco de Canaveses														
02 246	2016/15 1	Ampliação	0102 07010412	E			01	01/2016	12/2017			500	500	500		500
02 246	2016/15 2	Parque de Estacionamento	0102 07010412	E			01	01/2016	12/2017			500	500	500		500
02 246	2016/16	Centro de Bem Estar Animal do Marco de Canaveses	0102 0701030199	E			01	01/2016	12/2016			159 000	159 000	159 000		159 000
														178 000		1 076 676
														363 000		363 000
02 251		CULTURA														
02 251	2006/5014	Comparticipação Transf verbas-Dinamização cultural-Despesas Corrente	0102 040701	O			02	01/2005	12/2016			50 000	50 000	544 553		594 553
02 251	2006/5015	Comparticipação, Transf verbas-Dinamização cultural-Despesas Capital	0102 080701	O			02	01/2005	12/2016			2 500	2 500	58 863		61 363
02 251	2008/15	Casa dos Arcos														
02 251	2008/15 1	Museu Etnográfico	0102 0701030106	E			01	01/2008	12/2016			100	100	100		100

Município de Marco de Canaveses

Grandes Opções do Plano do ano 2016

Obj. Prog.	Projeto	Ano / N.º Ação	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas			Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
						AC	AA	FC		Início	Fim			2016			
														2016	2017	2018	
02			FUNÇÕES SOCIAIS														
02	251		CULTURA														
02	251	2008/15	2	Museu do Vinho Verde	E				01	01/2008	12/2016	0	100				100
02	251	2009/5004		Festas do Marco-Anho Assado c/ Arroz Forno/Feira Colecf/Festa Cerv Franc Peliscos	O				02	01/2009	12/2016	0	301				2 301
02	251	2009/5004.1		Aquisição de bens	O				02	01/2009	12/2016	0	2 000				2 000
02	251	2009/5004.2		Aquisição de serviços	O				02	01/2009	12/2016	0	20 417				31 467
02	251	2009/5004.3		Publicidade	O				02	01/2009	12/2016		4 650				4 650
02	251	2009/5005		Festas do Marco - Feira do Artesanato, Gastronomia e Vinhos	O				02	01/2009	12/2016	0	8 779				10 779
02	251	2009/5005.1		Aquisição de bens	O				02	01/2009	12/2016	0	2 000				2 000
02	251	2009/5005.2		Aquisição de serviços	O				02	01/2009	12/2016	0	298 700				353 600
02	251	2009/5005.3		Pirotecnia	O				02	01/2009	12/2016		11 000				11 000
02	251	2009/5005.4		Publicidade	O				02	01/2009	12/2016		3 850				3 850
02	251	2009/5005.5		Ofertas e Contdecorações	O				02	01/2009	12/2016		500				500
02	251	2010/5007		Marco de Letras-Feira do Livro de Marco de Canaveses	O				02	01/2010	12/2016		11 321				14 921
02	251	2010/5007.1		Aquisição de Serviços	O				02	01/2010	12/2016		635				2 135
02	251	2010/5007.2		Aquisição de Bens	O				02	01/2010	12/2016		1 500				1 500
02	251	2015/2		Centro Cultural do Marco de Canaveses	O				01	01/2015	12/2017		100				100
02	251	2015/2	1	Construção	E				01	01/2015	12/2017		100				100
02	251	2015/2	2	Aquisição de Equipamento Básico	O				01	01/2015	12/2017		100				100
02	251	2015/2	3	Aquisição de Equipamento Administrativo	O				01	01/2015	12/2017		100				100
02	251	2015/2	4	Aquisição de Equipamento Informático	O				01	01/2015	12/2017		100				100
02	251	2016/9		Reparação e Beneficiação Diversas de Instalações Municipais Culturais	O				01	01/2016	12/2016		5 000				5 000
02	251	2016/9	1	Emprelhada	E				01	01/2016	12/2016	0	25 000				25 000
02	251	2016/9	2	Administração direta	O				02	01/2016	12/2016	0	5 000				5 000
02	251	2016/9	3	Equipamento Básico	O				02	01/2016	12/2016		34 300				34 300
02	251	2016/10		Bienal da Pedra	O				02	01/2016	12/2016		1 000				1 000
02	251	2016/10	1	Aquisição de serviços	O				02	01/2016	12/2016		700				700
02	251	2016/10	2	Aquisição de bens	O				02	01/2016	12/2016		4 000				4 000
02	251	2016/10	3	Ofertas	O				02	01/2016	12/2016						
02	251	2016/10	4	Publicidade	O				02	01/2016	12/2016						
02	251	2016/11		Prémios Carmen Miranda	O				02	01/2016	12/2016						



Grandes Opções do Plano do ano 2016

Obj. Prog.	Projeto Ano / Nº Ação	Designação	Código Classificação Organsamental	Forma de Realiz.			Forma de Financiamento (%)	Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas			Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)		
				AC	AA	FC			Início	Fim			2016 Financiam. definido (c)	2017 (e)	2018 (f)		2019 (g)	Outros (h)
02 FUNÇÕES SOCIAIS																		
02 251 CULTURA																		
02 251	2016/11 1	Aquisição de serviços	0102 020225	O			02	01/2016	12/2016			1 500	1 500			1 500		
02 251	2016/11 2	Aquisição de bens	0102 020121	O			02	01/2016	12/2016			250	250			250		
02 251	2016/11 3	Publicidade	0102 020217	O			02	01/2016	12/2016			200	200			200		
02 251	2016/11 4	Prémios e Ofertas	0102 020115	O			02	01/2016	12/2016			3 500	3 500			3 500		
Totais do Programa 251:												943 569	228 600	228 600	1 271 900	2 444 069		
02 252 DESPORTO, RECREIO E LAZER																		
02 252	2003/28	Complexo desportivo de Alpendorada																
02 252	2003/28 2	Outros Equipamentos e Infra-estruturas	0102 0701040602	E		70	01	01/2007	12/2017			255 781	65 000	317 900		638 681		
02 252	2003/32	Outras instalações desportivas e recreativas	0102 0701040606	E			01	01/2003	12/2017			1 202 563	20 000			1 222 563		
02 252	2006/5016	Comparticipação, Transf Verbas - Desporto - Despesas Capital	0102 080701	O			02	01/2005	12/2016			806 541	30 000			836 541		
02 252	2006/5020	Comparticipação, transf verbas - Desporto - Despesas Correntes	0102 040701	O			02	01/2005	12/2016			1 677 400	270 000			1 947 400		
02 252	2010/3	Aquisição de Material e Equipamento Desportivo																
02 252	2010/3 1	Equipamento Desportivo	0102 07011002	O			02	01/2010	12/2016			2 523	2 600			5 123		
02 252	2010/3 2	Aquisição de Material	0102 020120	O			02	01/2010	12/2016			2 000	2 000			2 000		
02 252	2010/6	Requalificação da Zona Ribeirinha do Torrão	0102 0703031302	E			01	01/2010	12/2017			100	100	1 999 900		2 000 000		
02 252	2010/5008	Eventos para o Fomento, Promoção e Difusão da Saúde e do Desporto																
02 252	2010/5008 1	Aquisição de Serviços	0102 020225	O			02	01/2010	12/2016			923	15 000			15 923		
02 252	2010/5008 2	Aquisição de Bens	0102 020121	O			02	01/2010	12/2016			3 523	8 950			12 473		
02 252	2010/5008 3	Prémios e Ofertas	0102 020115	O			02	01/2010	12/2016			5 000	5 000			5 000		
02 252	2010/5008 4	Publicidade	0102 020217	O			02	01/2010	12/2016			5 000	5 000			5 000		
02 252	2013/1	Parque Fluvial de Alpendorada e Matos																
02 252	2013/1 2	Aquisição de equipamento básico	0102 07011002	O			01	01/2013	12/2016	0		28 157	5 000			33 157		
02 252	2013/2	Parque de Lazer da Cidade																
02 252	2013/2 1	Construção/Manutenção do Parque - Obra	0102 0701040606	E		40	60	01	01/2013	12/2016		29 919	500			30 419		
02 252	2013/2 2	Aquisição de equipamento básico	0102 07011002	O		40	60	01	01/2013	12/2017	0	59 493	10 000			69 493		
02 252	2014/14	Reabilitação das Piscinas Municipais-Marco	0102 0701040604	O			01	01/2014	12/2016			45 203	7 500			52 703		
02 252	2016/1	Reabilitação Energética das inst. desportivas - Pavilhão Bernardino Coutinho																
02 252	2016/1 1	Estudos, pareceres, projetos e consultadoria	0102 020214	O		15	85	02	01/2016	12/2017	0	5 000	5 000			75 000		
02 252	2016/1 2	Empreitada	0102 0701040611	E		15	85	01	01/2016	12/2017	0	100	100			1 249 900		

Grandes Opções do Plano do ano 2016

Obj. Prog.	Projeto Ano / Nº Ação	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	2016			Total (b)=(c)+(d)	Financiam. não definido (d)	Anos seguintes			Total previsto (i) = (a)+(b)+ (e)+(f)+(g)+(h)
					AC	AA	FC		Início	Fim			2017 (e)	2018 (f)	2019 (g)			Outros (h)			
																			2016 definido (c)	2017 (e)	
02 FUNÇÕES SOCIAIS																					
02 252 DESPORTO, RECREIO E LAZER																					
02 252 2016/2		Reabilitação Energética das inst. desportivas - Piscinas Municipais em Alpendorada	0102 020214	O	15	85	01	01/2016	12/2017	0			5 000	5 000		70 000				75 000	
02 252 2016/2	1	Estudos, pareceres, projetos e consultadoria	0102 0701040611	E	15	85	01	01/2016	12/2017	0			100	100		249 900				250 000	
02 252 2016/2	2	Empreitada																			
02 252 2016/2	4	Construção, Recuperação e Apetrechamento das Infra-Estruturas do Desporto Escolar	0102 020225	O			02	01/2016	12/2016				12 000	12 000						12 000	
02 252 2016/12	1	Aquisição de bens	0102 020121	O			02	01/2016	12/2016				9 000	9 000						9 000	
02 252 2016/12	2	Aquisição de bens	0102 0701030199	O			02	01/2016	12/2016				5 000	5 000						5 000	
02 252 2016/12	4	Empreitada											5 000	5 000						5 000	
Totais do Programa 252:												4 112 026	482 850	482 850	3 957 600	8 552 476					
02 253 OUTRAS ACTIVIDADES CÍVICAS E RELIGIOSAS																					
02 253 2008/5003		Compart., Transf. Verbas - Acções Recreativas e outras - Despesas Capital	0102 060701	0				01/2008	12/2016			177 561	30 000	30 000						207 561	
02 253 2016/6		Orçamento Participativo Jovem do Marco de Canaveses																			
02 253 2016/6	1	Projeto O.P.J. - Investimento - domínio público	0102 0703031399	O	100		02	01/2016	12/2017				10 000	10 000		10 000				20 000	
02 253 2016/6	2	Projeto O.P.J. - Investimento - domínio privado	0102 0701041398	O	100			01/2016	12/2017				10 000	10 000		10 000				20 000	
02 253 2016/6	3	Projeto O.P.J. - Aquisição de serviços	0102 020225	O	100		02	01/2016	12/2017	0			5 000	5 000		5 000				10 000	
02 253 2016/6	4	Projeto O.P.J. - Aquisição de bens	0102 020121	O	100		02	01/2016	12/2017				5 000	5 000		5 000				10 000	
Totais do Programa 253:												177 561	60 000	60 000	30 000	267 561					
Totais do Objetivo 02:												30 582 160	7 245 763	7 245 763	0 17 424 882	0 55 252 805					
03 FUNÇÕES ECONÓMICAS																					
03 320 INDÚSTRIA E ENERGIA																					
03 320 2008/13		Rede de iluminação pública na área do Concelho																			
03 320 2008/13	1	Eficiência Energética da Iluminação Pública Ilum. Pub LED na cidade do M.C. na área não abrangida pela Reab. Urbana	0102 0701040404	E	15	85	01	06/2011	05/2016	1		222 373	34 000	34 000						256 373	
03 320 2016/3		Estudos, pareceres, projetos e consultadoria	0102 020214	O	15	85	02	01/2016	12/2017	0			5 000	5 000		70 000				75 000	
03 320 2016/3	2	Empreitada	0102 0701040405	E	15	85	01	01/2016	12/2017	0			100	100		423 900				424 000	
03 320 2016/4		Ilum. Pub LED na rede da Vila de Alpendorada																			
03 320 2016/4	1	Estudos, pareceres, projetos e consultadoria	0102 020214	O	15	85	02	01/2016	12/2017	0			5 000	5 000		70 000				75 000	

Grandes Opções do Plano do ano 2016

Obj./Prog.	Projeto	Ano / Nº / Ação	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.			Forma de Financiamento (%)	Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	2016		Anos seguintes			Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
					AC	AA	FC			Início	Fim			Financiam. definido (c)	Total (b)=(c)+(d)	2017 (e)	2018 (f)	2019 (g)	
03 FUNÇÕES ECONÓMICAS																			
03 320 INDÚSTRIA E ENERGIA																			
03 320	2016/4	2	Empreitada	0102 0701040405	E	15	85	01	01/2016	12/2017	0	222 373	44 200	44 200	100	423 900	424 000		
Totais do Programa 320:													222 373	44 200	44 200	100	987 800	1 254 373	
03 331 TRANSPORTES RODOVIÁRIOS																			
03 331	2003/80		Viadutos, arruamentos e obras complementares	0102 07030301	O			01	01/2002	12/2017		1 488 861	320 000	320 000		479 000	2 287 861		
03 331	2003/81		Construção passeios na área do Concelho	0102 0703030802	E			01	01/2002	12/2017	4	81 235	100	100		320 000	401 335		
03 331	2003/122		Sinalização e Trânsito	0102 07010409	O			01	01/2002	12/2016		135 496	80 000	80 000		215 496			
03 331	2006/5001		Comparticipação, Transferências verbas - Juntas de Freguesia	0102 08050102	O			02	01/2005	12/2016		1 702 033	5 000	5 000		1 707 033			
03 331	2013/19		Alarg. e Repav. da Estrada de Esperança a Gouveia	0102 0703030820	E			01	01/2013	12/2017	0	132 874	100	100		109 900	242 874		
03 331	2015/9		Benef. Estr. Lig. Marg. Dir. entre Corcamento da Barragem Carrapateiro e ERY08	0102 0703030821	E			01	01/2015	12/2052	0	159 000	159 000	159 000		159 000	159 000		
03 331	2016/8		Urbanização, Infraestruturas, Passeios, Parque Urbano e Outras Beneficiárias - Acordos c/ terceiros	0102 07030301	E			01	01/2016	12/2017	0	197 000	197 000	197 000		1 000 000	1 197 000		
Totais do Programa 331:													3 540 499	761 200	761 200	100	1 908 900	6 210 599	
03 342 TURISMO																			
03 342	2015/3		Promocão do Potencial Turístico do Marco de Canaveses	0102 020121	O			02	01/2015	12/2016		791	10 000	10 000		10 791			
03 342	2015/3	1	Aquisição de Bens	0102 020225	O			02	01/2015	12/2016		2 357	35 000	35 000		37 357			
03 342	2015/3	2	Aquisição de Serviços	0102 020115	O			02	01/2015	12/2016			10 000	10 000		10 000			
03 342	2015/3	3	Prémios, Condecorações e Ofertas	0102 020217	O			02	01/2015	12/2016			5 000	5 000		5 000			
03 342	2015/3	4	Publicidade	0102 0701030703	E			01	01/2016	12/2017	0		100	100		476 900	477 000		
03 342	2016/5		Pousada da Juventude do Marco de Canaveses									3 148	60 100	60 100		476 900	540 148		
Totais do Programa 342:													3 148	60 100	60 100	100	476 900	540 148	
04 OUTRAS FUNÇÕES																			
04 410 OPERAÇÕES DA DíVIDA AUTÁRQUICA																			
04 410	2009/5007		Transferências de capital para instituições	0102 08050108	O			02	01/2009	12/2016	0	3 766 020	865 500	865 500	0	3 373 600	0	8 005 120	
Totais do Objetivo 03:													3 766 020	865 500	865 500	100	3 373 600	8 005 120	
04 420 TRANSFERÊNCIAS ENTRE ADMINISTRAÇÕES																			
04 420	2007/5008		Comp. do Município no Pacto de Promoção do Baixo Tâmega									100	100	100		100	100		
Totais do Programa 410:													100	100	100	100	100	100	
Totais do Programa 420:													100	100	100	100	100	100	

Município de Marco de Canaveses

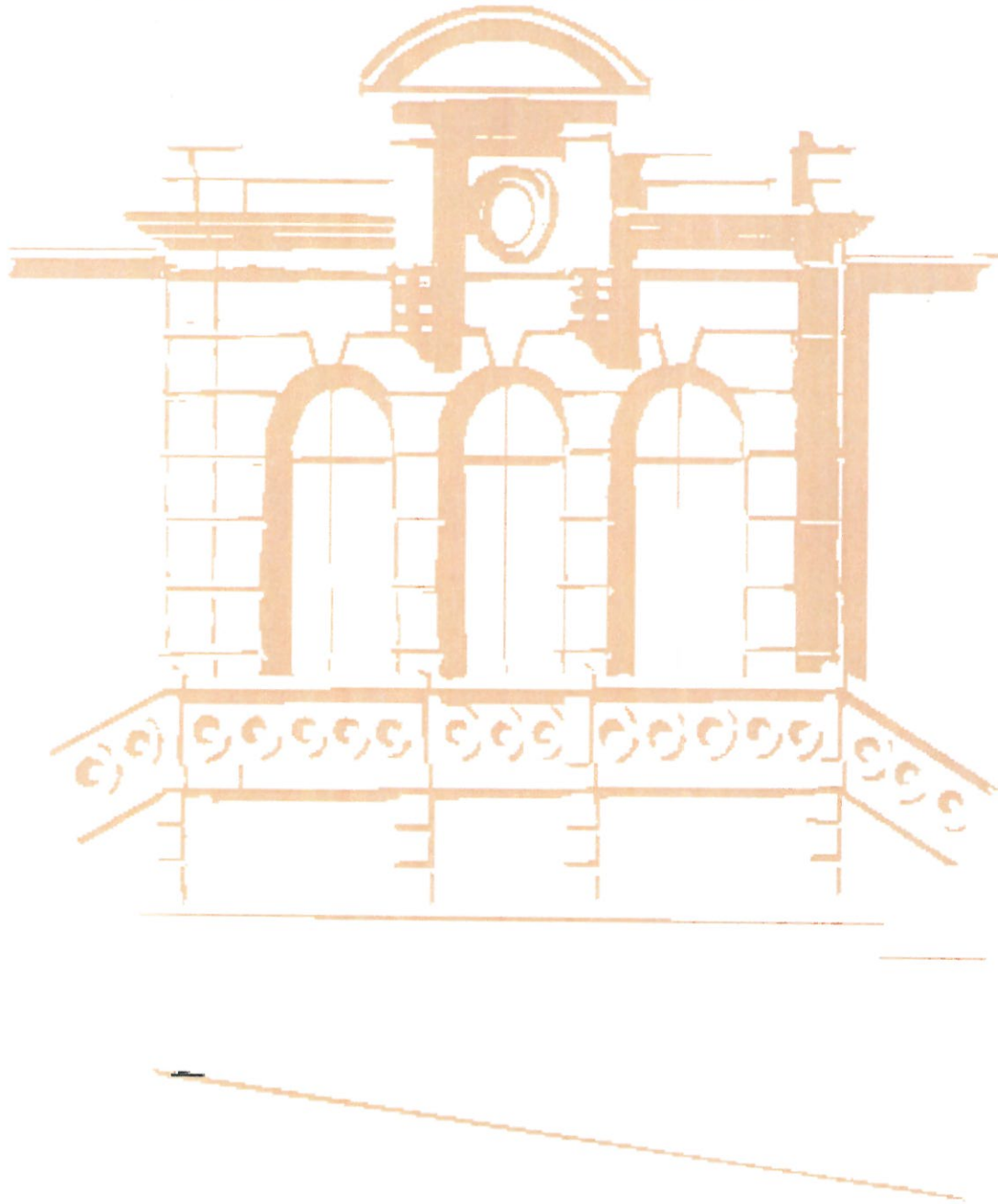
Grandes Opções do Plano do ano 2016

Obj. Prog.	Projeto	Ano / Nº Ação	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)	Fases de Exec.	Despesas				Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)				
						AC	AA	FC				Realizado (a)	2016		Anos seguintes					
													Formam. não definido (c)	Financiam. definido (d)	2017 (e)		2018 (f)	2019 (g)	Outros (h)	
												(b)=(c)+(d)								
04			OUTRAS FUNÇÕES																	
04 420			TRANSFERÊNCIAS ENTRE ADMINISTRAÇÕES																	
04 420	2007/5008 1		Participação nos projectos da A.M.B.T - Despesas Correntes	0102 04050104	0				01/2007 12/2016				80 000	80 000			422 429			
04 420	2007/5008 2		Participação nos projectos da A.M.B.T - Despesas de Capital	0102 08050104	0				01/2007 12/2016				10 000	10 000			61 100			
04 420	2007/5008 3		Participação nos projectos da A.D.R.E.D.T - Despesas Correntes	0102 04050104	0				01/2007 12/2016				100	100			100			
04 420	2009/28		Transferências entre Administrações - Outras																	
04 420	2009/28 1		Transferências correntes	0102 04050104	0			02	01/2009 12/2016	0			41 000	41 000			103 717			
04 420	2009/28 2		Transferências de capital	0102 08050104	0			02	01/2009 12/2016	0			5 000	5 000			13 071			
04 420	2010/1		Compart. do Município na CIM-TS																	
04 420	2010/1 1		Participação nos projectos-Transf. Corrente	0102 04050104	0			02	01/2010 12/2017				61 500	61 500			215 715			
04 420	2010/1 2		Participação nos projectos-Transf. Capital	0102 08050104	0			02	01/2010 12/2017				20 000	20 000			57 328			
04 420	2015/5001		Contribuição para o Fundo de Apoio Municipal	0102 090806	0			02	01/2015 12/2021				177 124	177 124			1 151 309			
04 420	2015/5004		Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências-Investimentos	0102 08050102	0			02	01/2015 12/2017				785 000	785 000			1 251 508			
Totais do Programa 420:												799 430	1 179 724	1 179 724	177 124	177 124	177 124	354 251	3 276 277	
Totais do Objectivo 04:												799 430	1 179 824	1 179 824	0	588 624	177 124	177 124	354 251	3 276 377
Total Geral:												52 424 288	11 507 837	11 507 837	0	25 342 606	177 124	177 124	354 251	89 983 230

ORGÃO EXECUTIVO
Em 30 de Outubro de 2015
António Amorim

ORGÃO DELIBERATIVO
Em 16 de Novembro de 2015
A. L. - - - - -

8- Mapa demonstrativo do Equilíbrio Orçamental



MAPA DEMONSTRATIVO DE EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

(alínea a) do n.º 1 do artigo 46.º do RFALEI)

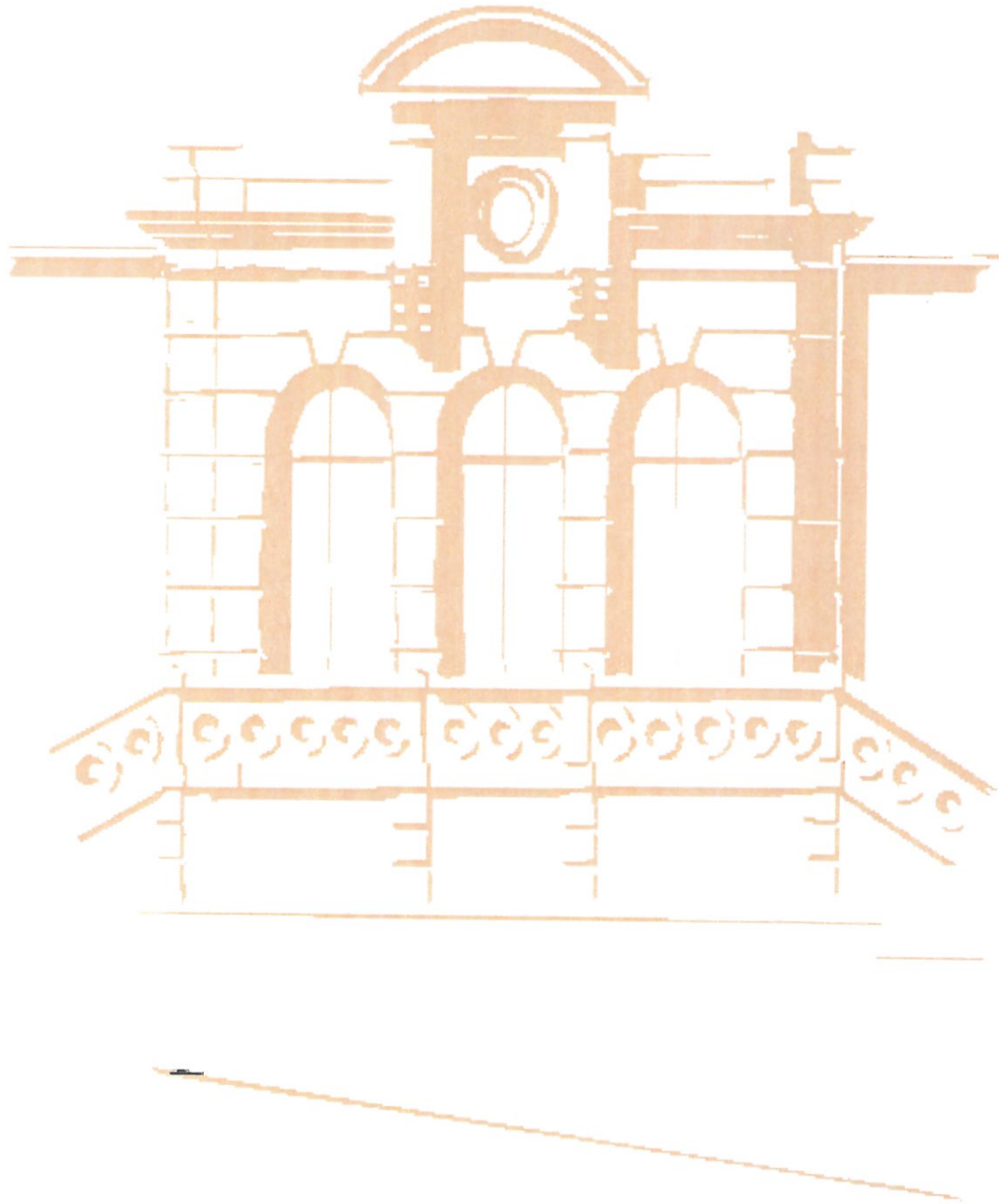


Município do Marco de Canaveses

Mapa Demonstrativo do Equilíbrio Orçamental em cumprimento do artigo 40.º da Lei .º 73/2013, de 3 de setembro;

Descrição	Elaboração do Orçamento para 2016 (Regra de Equilíbrio)
A - Receitas correntes previstas	23 963 316,00
B - Amortização média dos EMLP	3 257 976,52
C - Montante máximo das despesas correntes a considerar ((A) - (B))	20 705 339,48

9- Mapa das Transferências para as Juntas de Freguesia - 2016



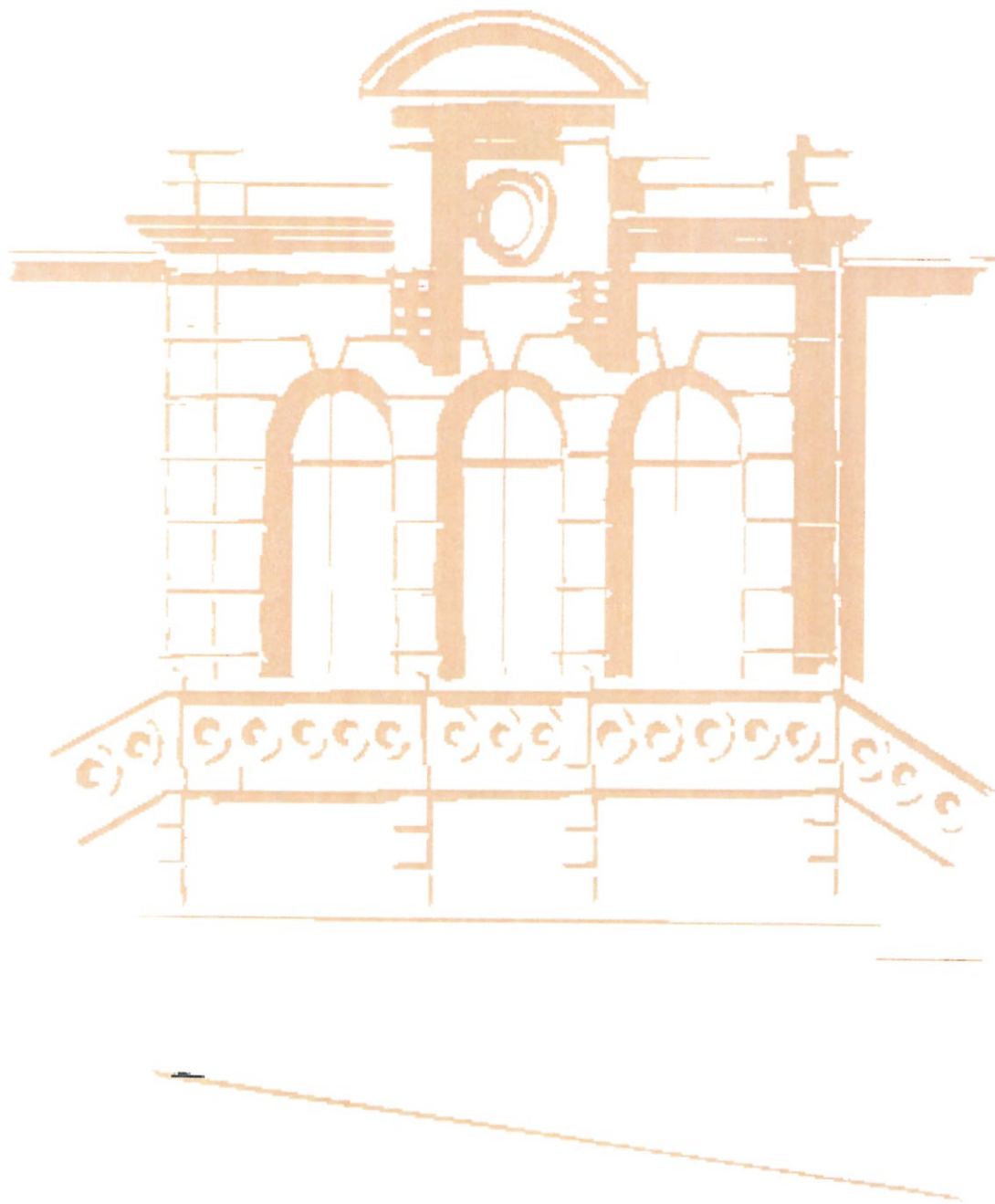
Transferências para as Juntas de Freguesia 2016

1. Distribuição de 350.000 € pelas 16 freguesias para obras de melhoramento e projetos	350 000 €
Alínea a) 20% distribuídos igualmente por todas as freguesias	70 000 €
Alínea b) 60% distribuídos na razão direta do número de habitantes	210 000 €
Alínea c) 20% distribuídos na razão direta das áreas	70 000 €

Freguesia	Alínea a)	N.º de Habitante	Alínea b)	Área	Alínea c)	Total
Banho e Carvalhosa	4 375,00	1 276	5 013,28	5	1 702,92	11 091
Constance	4 375,00	1 626	6 388,40	5	1 664,77	12 428
Soalhães	4 375,00	3 682	14 466,23	24	8 344,67	27 186
Sobretâmega	4 375,00	1 132	4 447,52	3	984,99	9 807
Tabuado	4 375,00	1 375	5 402,25	7	2 358,43	12 136
Vila Boa do Bispo	4 375,00	3 240	12 729,65	12	4 331,88	21 437
Alpendorada, Várzea e Torrão	4 375,00	8 485	33 336,76	17	5 819,77	43 532
Avessadas e Rosém	4 375,00	1 467	5 763,70	11	3 863,66	14 002
Bem Viver	4 375,00	3 877	15 232,37	10	3 326,08	22 933
Livração	4 375,00	2 083	8 183,91	5	1 619,68	14 179
Marco	4 375,00	11 014	43 272,97	17	6 027,86	53 676
Paredes de Viadores e Manhuncel	4 375,00	1 775	6 973,81	13	4 543,23	15 892
Penhalonga e Paços de Gaiolo	4 375,00	2 924	11 488,12	18	6 287,98	22 151
Sande e São Lourenço	4 375,00	2 869	11 272,03	13	4 376,96	20 024
Várzea, Aliviada e Folhada	4 375,00	2 771	10 887,00	23	8 042,93	23 305
Vila Boa de Quires e Maureles	4 375,00	3 854	15 142,00	19	6 704,18	26 221
TOTAL	70 000,00	53 450,00	210 000,00	201,83	70 000,00	350 000



10-Mapa de Pessoal 2016



MUNICÍPIO DE MARCO DE CANAVESES
MAPA DE PESSOAL 2016 (artº 29º da Lei nº 35/2014, de 20 de junho)

Unidade Orgânica	Atribuições/Competências/Atividades	Cargo/carreira/Categoria	Área de formação académica e/ou profissional	Total	Comissão Serviço		Trabalhadores em funções						OBS.		
					Preenchidos	A preencher	Preenchidos		A preencher		CTTR			CTTR	
							Temp Int.	Temp parci.	Temp Int.	Temp parci.	Temp Int.	Temp parci.			
GABINETE DE APOIO	Presidência	Assistente Técnico	Téc. Prof. Museografia	1			1								
		Assistente Operacional	Auxiliar Administrativo	1			1								
	Vereação	Assistente Técnico	Auxiliar Técnico de Turismo	1			1								
		Técnico Superior	Administrativo	1			1							a)	
			Estudos Europeus	1			1								
	Sub Total			5	0	0	5	0	0	0	0	0	0		
SMPC	As definidas na estrutura orgânica em vigor no Município e no anexo referido no nº 2 do artº 88º da Lei 35/2014	Técnico Superior	Geografia	1			1								
			Planeamento Regional Urbanismo	1			1								
			Engenharia Florestal	1			1								
			Auxiliar Técnico de BAD	1			1								
	Sub Total			4	0	0	4	0	0	0	0	0	0		
VETERINÁRIO	As definidas na estrutura orgânica em vigor no Município e no anexo referido no nº 2 do artº 88º da Lei 35/2014	Técnico Superior	Veterinário	1			1								
DFES	As definidas no Estatuto do Pessoal Dirigente	Diretor de Departamento	Financeiro, Económico e Social	1	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	
		Chefe de Divisão	Administração Geral e Finanças	1	1										
			Recursos Humanos	1	1										
		Técnico Superior	Desenvolvimento Económico e Social	1	1										
			Economia	1	1										b)
			Gestão	3	3										c)
			Recursos Humanos	2	2										b)
			Recursos Humanos/Higiene e Segurança no Trabalho	1	1								1		
			Estudos Europeus	1	1										
			Biblioteca e Documentação	1	1										
			Desporto	29	5										l)
			Turismo	1	1										
			História	1	1										b)
			Psicologia	2	2										
			Tradutor Interpretre	1	1										
			Medicina, especialidade em Medicina do trabalho	1	1								1		l)
			Enfermagem, certificado Enfermeiro do Trabalho	1	1								1		l)
			Administrativo	5	5										
			Tesoureiro	1	1										
Administrativo	26		18									8	m);n)		
Assistente de Ação Educativa	6	6													
Natação	1	1													
Segurança no Trabalho	1	1													

[Assinatura]

MUNICÍPIO DE MARCO DE CANAVESES
MAPA DE PESSOAL 2016 (artº 29º da Lei nº 35/2014, de 20 de junho)

Unidade Orgânica	Atribuições/Competências/Atividades	Cargo/carreira/Categoria	Área de formação académica e/ou profissional	Total	Comissão Serviço		Trabalhadores em funções						OBS.						
					Preenchidos	A preencher	Preenchidos		A preencher		COTR			COTR					
							Temp Int	Temp parci	Temp Int	Temp parci	Temp Int	Temp parci							
DFES	As definidas na estrutura orgânica em vigor no Município e no anexo referido no nº 2 do artº 88º da Lei 35/2014	Encarregado Operacional	Encarregado	2			2												
		Assistente Operacional	Auxiliar Administrativo	6			6												
			Auxiliar Acção Educativa	46			46												
			Auxiliar Serviços Gerais	17			17												
			Canalizador	1			1												
			Cantoneiro	1			1												
			Fiel de Armazem	5			5												
			Fiel Mercados e Feiras	2			2												
			Leitor Cobrador Consumos	2			2												d)
			Jardineiro	2			2												
			Museografia	1			1												
			Nadador Salvador	4			4												
			Pedreiro	2			2												
			Porta Miras	1			1												
			Restaurador Azulejos	1			1												
			Fiscal Leituras Cobranças	1			1												
			Fiscal Municipal	1			1												
	Sub Total			184	4	0	142	0	0	14	0	0	24						
DOU	As definidas no Estatuto do Pessoal Dirigente	Diretor de Departamento	Obras e Urbanismo	1			1												
		Chefe de Divisão	Planeamento e Gestão Urbanística	1			1												
			Ambiente e Serviços Urbanos	1			1												
			Edifícios e Equipamentos	1			1												
			Vias de Comunicação	1			1												
			Arquiteto	3			3												b)
			Ambiente e Recursos Naturais	1			1												b)
			Florestal	1			1												
			Engenheiro Civil	6			6												g)
			Engenheiro Eletrotécnico	1			1												
			Planeamento	1			1												
			Geografia (Especialização em Ordenamento do Território)	1			1												
			Informática de Gestão	1			1												
	Especialista Informática	1			1														
	Técnico Informática	2			2														
	Assistente Técnico	11			11														
	Desenhador	2			2														
	Topógrafo	5			5														

MUNICÍPIO DE MARCO DE CANAVESES
MAPA DE PESSOAL 2016 (artº 29º da Lei nº 35/2014, de 20 de junho)

Unidade Orgânica	Atribuições/Competências/Atividades	Cargo/carreira/Categoria	Área de formação acadêmica e/ou profissional	Total	Comissão Serviço		Trabalhadores em funções						OBS.															
					Preenchidos	A preencher	Preenchidos		A preencher		CTTR			CTTR														
							Temp Int	Temp parci	Temp Int	Temp parci	CTTI	CTTR		Temp Int	Temp parci													
DOU	As definidas na estrutura orgânica em vigor no Município e no anexo referido no nº 2 do artº 88º da Lei 35/2014	Encarregado Geral Operacional	Encarregado	2			2																					
		Encarregado Operacional	Encarregado	7			7																					
		Assistente Operacional	Assaltador	1			1																					
			Auxiliar Serviços Gerais	1			1																					
			Calceteiro	2			2																					
			Canalizador	15			15																					
			Cantoneiro Limpeza	4			4																					
			Cantoneiro de Vias Municipais	16			16																					
			Carpinteiro	6			6																					
			Coveiro	1			1																					
			Condutor Maquinas Pesadas Veic. Esp.	7			7																					
			Fiel de Armazem	1			1																					
			Eletricista	4			4																					
			Jardineiro	14			14																					
			Limpa-Coletores	2			2																					
			Marceneiro	3			3																					
			Marteleiro	1			1																					
			Mecânico	1			1																					
			Mineiro	1			1																					
			Montador Eletricista	1			1																					
			Motorista de Pesados	4			4																					
			Motorista Ligeiros	6			6																					
			Motorista Transportes Coletivos	3			3																					
			Operador Est. Elevatorias Trat.Dep.	6			6																					f)
	Museografia	1			1																							
	Pedreiro	12			12																							
	Pintor	5			5																							
	Restaurador Azulejos	8			8																						i)	
	Serralheiro Civil	5			5																							
	Tratorista	2			2																							
	Trolha	12			12																							
	Porta Miras	1			1																							
	Vigilante Jardins Parques Infantis	2			2																							
	Fiscal Municipal	1			1																							
					199	4	1	188	0	0	0	6	0	0	0													
			Sub Total																									
DAJF	As definidas no Estatuto do Pessoal Dirigente	Chefe de Divisão	Chefe Divisão	1			1																					

MUNICIPIO DE MARCO DE CANAVESES
MAPA DE PESSOAL 2016 (artº 29º da Lei nº 35/2014, de 20 de junho)

Unidade Orgânica	Atribuições/Competências/Atividades	Cargo/carreira/Categoria	Área de formação académica e/ou profissional	Total	Comissão Serviço		Trabalhadores em funções						OBS.						
					Preenchidos	A preencher	Preenchidos		A preencher		CTTR			CTTR					
							CTTI	Temp Int	Temp Int	Temp Int	Temp Int	Temp Int		Temp Int	Temp Int				
DAJF	As definidas na estrutura orgânica em vigor no Município e no anexo referido no nº 2 do artº 88º da Lei 35/2014	Técnico Superior	Jurista	3															
			Polícia Municipal	1															
			Polícia Municipal	10															
			Assistente Técnico	2															
			Assistente Operacional	1															
			Fiscal Municipal	9															
			Sub Total	27	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0		
			TOTAL	420	9	1	365	0	0	0	21	0	0	24					

SMPC - Serviço Municipal de Protecção Civil
DFES - Departamento Financeiro, Económico e Social
DOU - Departamento de Obras e Urbanismo
DAJF - Divisão de Assuntos Jurídicos e Fiscalização

MUNICÍPIO DE MARCO DE CANAVESES
MAPA DE PESSOAL 2016 (artº 29º da Lei nº 35/2014, de 20 de junho)

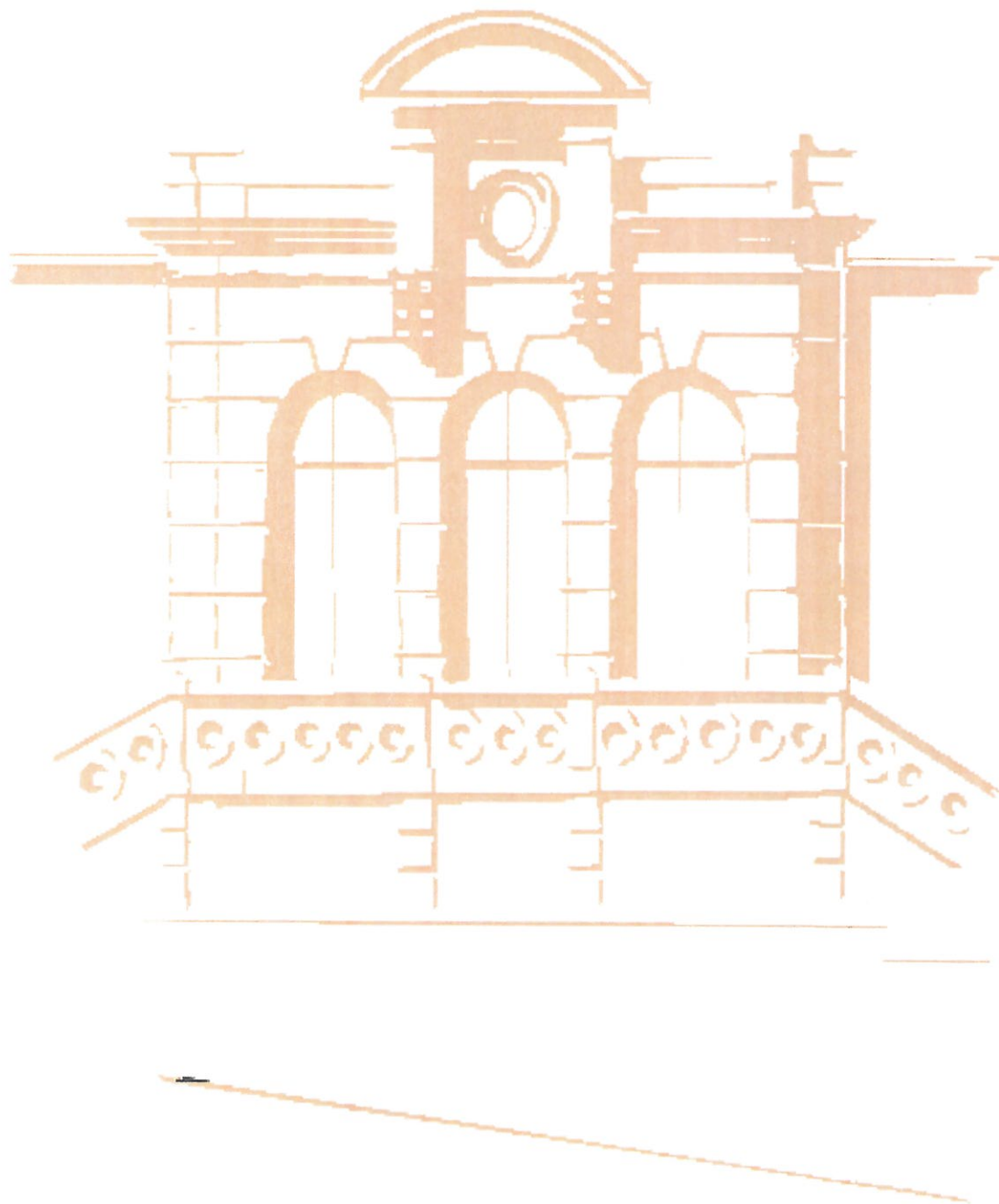
Unidade Orgânica	Atribuições/Competências/Atividades	Cargo/carreira/Categoria	Área de formação académica e/ou profissional	Total	Comissão Serviço				Trabalhadores em funções				OBS.
					Preenchidos		A preencher		Preenchidos		A preencher		
					CTTI	Temp Int	CTTR	Temp Int	CTTR	Temp Int	Temp parci	Temp parci	

Mapa Resumo dos postos de trabalho por cargo/carreira/categoria

Cargo/carreira/Categoria	N.º Postos de Trabalho	Observações
Diretor de Departamento	2	
Chefe de Divisão	8	
Técnico Superior	68	24 j), 26 l)
Coordenador técnico	6	
Assistente técnico	56	
Encarregado Geral Operacional	2	
Encarregado Operacional	9	
Assistente Operacional	243	
Especialista de Informática	1	
Técnico Superior PM	1	
Técnico Informática	2	
Polícia Municipal	10	
Fiscal Leituras Cobran.	1	
Fiscal Municipal	11	
Total	420	

- a) Titular de posto de trabalho designado secretário do Gabinete de Apoio à Vereação (nºs 2, alínea b) e 3 do artº 42º e nº 4 do artº 43º da Lei nº 75/2013, de 12/09)
- b) Um titular do posto de trabalho em regime de comissão de serviço como dirigente
- c) Um posto de trabalho ocupado por trabalhador abrangido pelo Estatuto dos Eleitos Locais
- d) Um Titular do posto de trabalho em situação de licença sem remuneração
- e) Seis titulares de posto de trabalho em regime de cedência de interesse público
- f) Um titular de posto de trabalho em regime de cedência de interesse público
- g) Dois titulares do posto de trabalho em regime de comissão de serviço como dirigente
- i) Um titular de posto de trabalho em regime de mobilidade interna intercategorias (Encarregado Operacional)
- j) Postos de trabalho a preencher com relação jurídica de emprego público por tempo determinado
- l) Postos de trabalho a tempo parcial
- m) Dois titulares do posto de trabalho em situação de licença sem remuneração
- n) Seis postos de trabalho a criar para o exercício de funções de atendimento digital assistido nos Espaços do Cidadão
- o) Posto de trabalho a criar para o exercício de funções de atendimento digital assistido nos Espaços do Cidadão

11-Propostas de Gestão das Despesas com Pessoal - 2016





MUNICÍPIO DE MARCO DE CANAVESES

PROPOSTA

GESTÃO DAS DESPESAS COM PESSOAL - 2016

Nos termos do disposto no artigo 5º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro, compete ao órgão executivo decidir sobre o montante máximo de cada um dos seguintes encargos:

- Com o recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalho previstos, e não ocupados, nos mapas de pessoal aprovados e, ou;
- Com alterações do posicionamento remuneratório na categoria dos trabalhadores que se mantenham em exercício de funções;
- Com atribuição de prémios de desempenho dos trabalhadores do órgão ou serviço.

Nestes termos **proponho**, relativamente a cada um dos referidos domínios, o seguinte:

1 – Recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalho:

O montante para recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalho previstos e não ocupados no mapa de pessoal é de 179.317,00 €.

Modalidade de Relação Jurídica de Emprego Público	Unidade Orgânica	Carreira/Categoria	Nº de Postos de Trabalho	Despesa €
Contratos de Trabalho por Tempo Indeterminado	DFES	Técnico Superior (Recursos Humanos / Higiene e Segurança no Trabalho)	1	14.417,76
	DOU	Técnico Superior (Geografia, Especialização em Ordenamento do Território)	1	14.417,76
	DAJF	Técnico Superior (Jurista)	1	14.417,76
	DFES	Técnico Superior (Medicina do Trabalho) ⁽¹⁾	1	2.162,66
	DFES	Técnico Superior (Enfermagem) ⁽¹⁾	1	2.162,66
	DOU	Técnico Superior (Informática de Gestão) ⁽²⁾	1	10.813,32
	DFES	Assistente Técnico (Segurança no Trabalho)	1	6.148,17
	DFES	Assistente Técnico (Administrativo) ⁽²⁾	6	36.889,02
	DFES	Assistente Operacional (Nadador-Salvador)	1	6.060,00
	DOU	Assistente Operacional (Coveiro)	1	4.545,00
Contratos de Trabalho a Termo Certo	DFES	Técnico Superior (Desporto - AEC's) ⁽¹⁾ ⁽³⁾	24	67.282,88
Total			39	179.317,00

(1) Posto de trabalho a tempo parcial;

(2) Pessoal necessário para assegurar o exercício de funções no âmbito do atendimento digital assistido nos Espaços do Cidadão. Não considerado para efeitos da redução de trabalhadores nos municípios em situação de saneamento ou rutura prevista no nº 1 do artigo 63º da LOE 2015, conforme o disposto no nº 3 do mesmo artigo;



MUNICÍPIO DE MARCO DE CANAVESES

(3) *Pessoal necessário para assegurar o exercício de atividades objeto de transferência ou contratualização de competências da administração central para a administração local no domínio da educação. Não considerado para efeitos da redução de trabalhadores nos municípios em situação de saneamento ou rutura prevista no nº 1 do artigo 63º da LOE 2015, conforme o disposto no nº 3 do mesmo artigo. Rege-se por regras de contratação a termo previstas em diplomas próprios, estando sujeito à definição de objetivos específicos de redução pelos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, da Administração Pública, da educação e da ciência, conforme o disposto no nº 11 do artigo 54º da LOE 2015.*

2 – Alteração do posicionamento remuneratório:

Para efeitos do disposto no artigo 5º, conjugado com o artigo 7º e 8º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro, tendo em atenção as limitações impostas pelo Contrato de Reequilíbrio Financeiro, as restrições orçamentais existentes por força da consolidação orçamental do Governo e o já avultado montante afeto a despesas com o pessoal, bem como a proibição de valorizações remuneratórias prevista dos últimos orçamentos de Estado e que se anuncia vir a ser mantida no orçamento de estado a aprovar para o ano de 2016, não há alteração de posicionamento remuneratório por opção gestonária.

3 – Prémios de desempenho:

Para efeitos do disposto no artigo 5º, conjugado com o artigo 13º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro, face às razões explanadas anteriormente, também não existem valores inscritos nos documentos previsionais para o ano económico de 2016 de encargos com prémios de desempenho.

Paços do Concelho de Marco de Canaveses, 27 de outubro de 2015

O Presidente da Câmara Municipal

Dr. Manuel Moreira



MUNICÍPIO DE MARCO DE CANAVESES

PROPOSTA

DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO DOS TITULARES DE CARGOS DE DIREÇÃO SUPERIOR DE 1º GRAU E DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DA 1º E 2º GRAUS

Considerando que o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado se encontra aprovado pela Lei nº 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis nºs 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 64/2011, de 22 de dezembro, 68/2013, de 29 de agosto e 128/2015, de 3 de setembro;

Considerando que o estatuto remuneratório do pessoal dirigente definido no artigo 31º da referida Lei prevê, no nº 2, que ao pessoal dirigente são abonadas despesas de representação de montante fixado em despacho do Primeiro-Ministro e do membro do Governo responsável pela área da Administração Pública;

Considerando que a adaptação à administração local da Lei nº 2/2004, operada pela Lei nº 49/2012, de 29 de agosto, veio determinar, no artigo 24º, que a atribuição das referidas despesas de representação é da competência da assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal;

Proponho, ao abrigo do estabelecido na alínea a) do nº 2 do artigo 35º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e nos termos dos nºs 1 e 2 do artigo 24º da Lei nº 49/2012, de 29 de agosto, que a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, autorize a atribuição de despesas de representação aos titulares de cargos de direção intermédia de 1.º e 2.º graus que exerçam funções no Município, no montante fixado para o pessoal dirigente da administração central, através do despacho conjunto a que se refere o n.º 2 do artigo 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, sendo-lhes aplicáveis as correspondentes atualizações anuais.

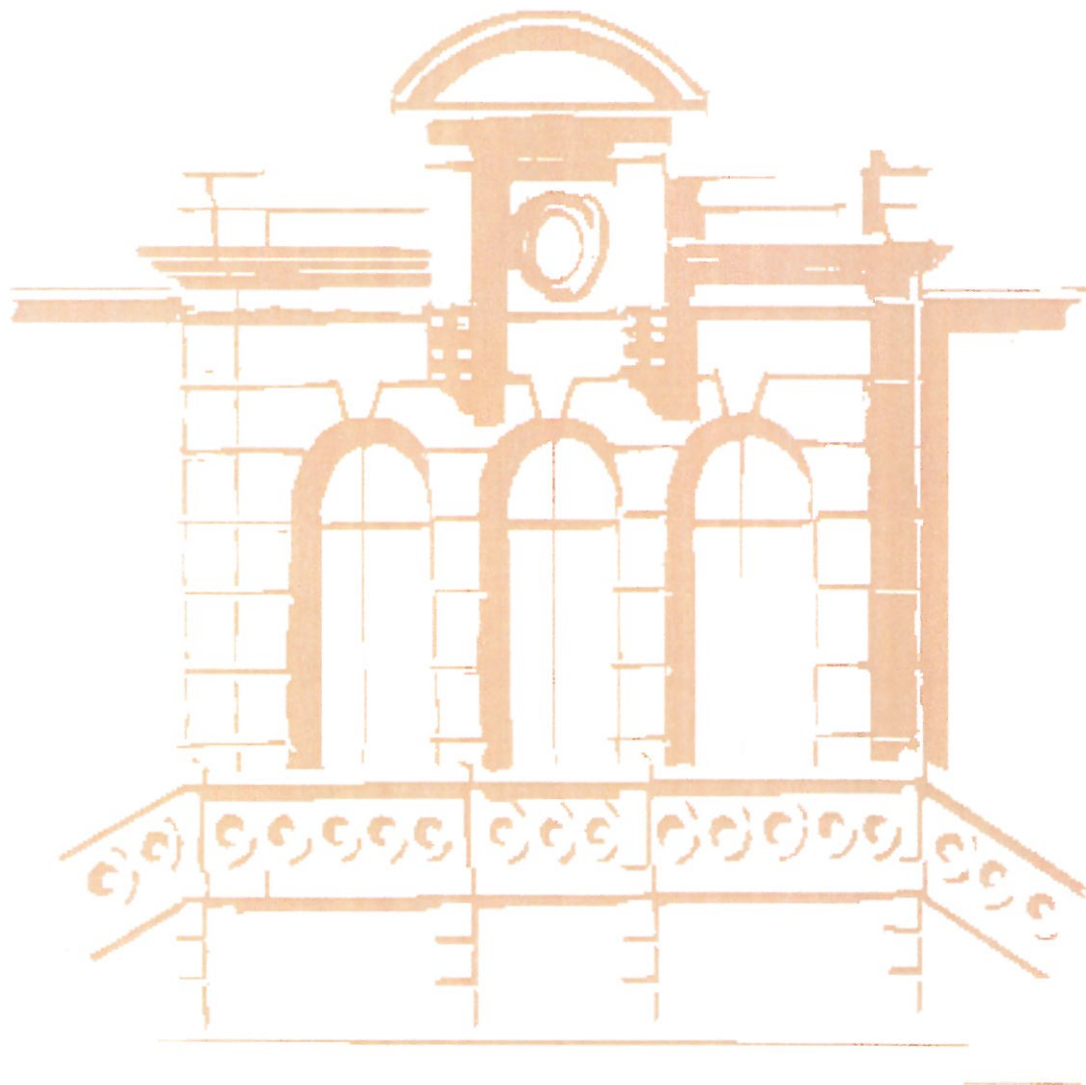
Paços do Concelho de Marco de Canaveses, 27 de outubro de 2015

O Presidente da Câmara Municipal

Dr. Manuel Moreira



12-Mapa das Responsabilidades Contingentes e Provisões



MAPA DAS RESPONSABILIDADES CONTINGENTES E PROVISÕES (alínea a) do n.º 1 do artigo 46.º da Lei n.º 73/2013, 03/09)

Município de Marco de Canaveses				
Ação Interposta Por	Descrição Sumária		Tribunal	Valores em euros
Parte Contrária	Natureza	Nº Processo	Tribunal	Valor
José Carlos dos Santos Carvalho Mendes	Acção Administrativa Especial	569/08.1 BEPNF	Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel	7 500,00 €
Verónica Alexandra Leite de	Acção Administrativa Especial	155/08.6 BEPNF	Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel	30 000,01 €
Emília dos Anjos Pereira da	Acção Administrativa Especial	325/08.7 BPNF	Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel	25 000,00 €
Ministério Público	Acção Administrativa Especial	322/08.2 BEPNF	Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel	30 000,01 €
Maria Júlia Marques de Sousa	Acção Administrativa Especial	688/07.1 BEPNF	Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel	15 000,01 €
José Vieira Pinto, Mendes, Paiva & Correia, S.A.	Acção Administrativa Comum	2355/04.9 BEPRT	Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel	873 857,36 €
Freguesia de Sande, Patricia Pinto Vieira e outros	Acção Administrativa	15/09.3BEPNF	Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel	9 227 762,00 €
Maria Isabel Pinto Pereira e Outro	Acção de Processo Ordinário	610/04.7TBMCN	Tribunal Judicial do Marco de Canaveses	128 250,45 €
Joaquim Luís Espírito Santo Mendes vasconcelos	Acção Administrativa Comum	230/09.0 BEPNF	Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel	207 500,00 €
António Teixeira Azevedo e	Acção Administrativa Especial	359/09.4BEPNF	Tribunal Administrativo e Fiscal de	31 000,00 €
Teófilo da Cunha Florim e Joaquim da Conceição s. Madurago	Recurso Jurisdicional	159-A/95	Tribunal Central Administrativo Norte	- €
Fernando Maria Ferreira e Mulher	Recurso contencioso	1367/03	Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto	- €
Avelino Ferreira Torres	Acção Adm. Especial	868/10.2BEPNF	PENAFIEL - Tribunal Administrativo e Fiscal	100 946,44 €
Ministério Público	Acção Administrativa Especial	266/11.0BEPNF	Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel	224 568,74 €
Hidrocap - Sondagens e	Acção Administrativa Comum	80/11.3BEPNF	Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel	11 976,33 €
Manuel António Pinto Ferreira	Acção Administrativa Comum	448/12.8BEPNF	Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel	5 437,50 €
José António Moreira & filhos, Lda.	Acção Administrativa Comum	452/12.6BEPNF	Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel	- €
Elisabete Maria Ferreira Pimenta	Acção Administrativa Comum	1798/12.9BEPRT	Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel	9 967,94 €
António Luís Soares Ferreira e outros	Execução Comum	1836/12.5TBMCN	Tribunal da Comarca de Marco de Canaveses	838 057,33 €
Joaquim Teixeira Carneiro	Acção Administrativa Comum	2654/12.6 BEPRT	Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel	73 810,00 €
José Sousa da Silva e Margarida da Conceição Ferreira	Acção sumária cível	1304/12.5TBMCN	Tribunal da Comarca de Marco de Canaveses	5 001,00 €
Mendes & Mendes - Sociedade de Granitos e Mármore, Lda	Acção Administrativa Especial de Impugnação com Efeito Suspensivo	382/12.1BEPNF	Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel	40 000,00 €



MAPA DAS RESPONSABILIDADES CONTINGENTES E PROVISÕES (alínea a) do n.º 1 do artigo 46.º da Lei n.º 73/2013, 03/09)

Ação Interposta Por	Descrição Sumária		Tribunal	Valores em euros
Parte Contrária	Natureza	Nº Processo	Tribunal	Valor
Vodafone Portugal - Comunicações Pessoais, SA	Impugnação	351/13.4BEPNF	Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel	4 441,40 €
Maria da Purificação Ferraz da Silva		313/13.1BEPNF	Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel	8 000,00 €
Miguel José Bezerra Barbosa de Bourbon Teles	Ação administrativa - Comum Ordinária	388/13.3BEPNF	Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel	335 803,55 €
Maria Manuela Ferreira Coelho e Outros	Ação Principal	355/13.7TBMCN	Tribunal da Comarca de Marco de Canaveses	36 000,00 €
Manuel Fernando Ribeiro e Fernanda Isabel Borges Cardoso	Ação Administrativa Comum	615/13.7BEPNF	Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel	60 000,00 €
Henrique Fernando Pinheiro Rodrigues	Ação Administrativa Comum	741/13.2BEPNF	Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel	13 702,04 €
Maria de Fátima Conceição Pinto	Ação Administrativa Comum	63/14.4BEPNF	Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel	39 997,86 €
José Carlos Santos Carvalho Mendes e Delmira Rosa Ribeiro	Ação de Processo Comum	271/14.5TBMCN	Tribunal da Comarca de Marco de Canaveses	8 000,00 €
Ana Maria Rodrigues Ribeiro	Ação Administrativa Comum	184/14.0BEPNF	Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel	15 000,00 €
Dr. Luís Monteiro Duarte	Ação de Honorários	571/14.4TBMCN	Tribunal da Comarca de Marco de Canaveses	31 800,99 €
Sintap - Joaquim de Sousa Teixeira Carneiro	Impugnação Ato Administrativo	388/14.6BEPNF	Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel	30 000,01 €
Maria Corália Alão Correia de Assis Miranda	Ação Administrativa Comum	435/14.1BEPNF	Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel	5 050,00 €
Ministério Público	Processo Administrativo	P.A. 15/4	Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel	0
Paula Cristina Vieira de Sousa	Ação Administrativa Comum	504/14.8BEPNF	Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel	341 899,50 €
ARQUIGRUPO - Arquitetura e Planeamento, Lda		979/14.5BEPNF	Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel	0
Maria do Céu Pires Teixeira Melo e Filhos Menores		Processo nº 163/03. TAC-P	Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto-6º Juiz	425 449,42 €
Águas do Marco	Processo de Concessão de Exploração e Gestão dos Sistemas de Abastecimento de Água para Consumo Público e de Recolha, Tratamento e Rejeição de Efluentes no Concelho do Marco de Canaveses		Tribunal Arbitral	31 152 642,70 €
Maria do Céu Ferreira		Morte por afogamento por causa imputável ao Município	Tribunal Marco de Canaveses	385 000,00 €
Total Geral				44 778 422,59 €

Notas: (*) Dados existentes em outubro de 2015





13-Mapa das Entidades Participadas pelo Município



MAPA DAS ENTIDADES PARTICIPADAS PELO MUNICÍPIO

(alínea c) do n.º 2 do artigo 46.º da Lei n.º 73/2013, 03/09)

ANO: 2015

<i>Denominação Social</i>	<i>N.I.P.C</i>	<i>Participação Valores em Euros</i>	<i>% Part.</i>
CARNAGRI-Matadouro Regional do Vale do Sousa e Baixo Tâmega, S.A	501831894	55 300,00	0,84
ADREDT-Agência de Desenvolvimento Regional de Entre Douro e Tâmega, S.A	504649221	44 675,00	8,94
RESINORTE-Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A	509143059	218 745,00	2,73
DOLMEN-Cooperativa de Formação, Educação e Desenvolvimento do Baixo Tâmega, C.R.L	502973544	1 250,00	0,94
CIMTS-Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa	508889910	40 058,55	9,09
Turismo do Porto e Norte de Portugal, ER	508905435	1 500,00	1,16
Associação Nacional de Municípios Portugueses	501627413	5 854,00	0,39
Associação de Municípios Portugueses do Vinho	508038430	1 300,00	0,02
Associação de Municípios do Baixo Tâmega - AMBT	509896448	63 826,65	25,00






PROPOSTA DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DE RECEITA E DESPESA

Os documentos das Grandes Opções do Plano e Orçamento da Receita e Despesa, para o ano económico de 2016, foram apresentados e aprovados em reunião extraordinária da Câmara Municipal de Marco de Canaveses, realizada a 30 de outubro de 2015, por 4 votos a favor, - votos contra e 3 abstenções.

Paços do Concelho do Marco de Canaveses, 30 de outubro de 2015

A Câmara Municipal,

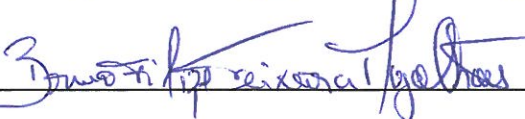




Gorete Monteiro







Agostinho Sousa Pinho



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MARCO DE CANAVESES

----As Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano Financeiro de 2016 e respetivo Mapa de Pessoal, apreciado e aprovado pela Assembleia Municipal do Marco de Canaveses, em Sessão Ordinária do dia 16 de novembro de 2015. -----

O Presidente

A. L. - - -



O Primeiro Secretário

G. J. S.



del. A Segunda Secretária

Mário José de ...

